

# GOOP

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

2  
0  
1  
7



## ÍNDICE

Relatório do Orçamento .....	7
Enquadramento Orçamental .....	7
Análise geral do orçamento .....	11
Indicadores .....	13
RECEITA.....	15
DESPESA.....	20
Despesa Corrente .....	21
Despesa Capital.....	22
GRANDES OPÇÕES DO PLANO .....	25
Distribuição por Classificação Funcional .....	25
Distribuição por Unidade Orgânica .....	30
Atividades a desenvolver pelos serviços municipais .....	34
GABINETES.....	34
Gabinete da Presidência.....	34
Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico .....	35
Gabinete de Desenvolvimento Municipal .....	36
Gabinete de Apoio às Freguesias.....	41
Gabinete de Comunicação .....	42
Gabinete de Tecnologias e Sistemas de informação .....	45
DEPARTAMENTO DE POLICIA MUNICIPAL E PROTEÇÃO CIVIL .....	49
DEPARTAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL.....	51
Divisão de Modernização Administrativa.....	54
Divisão de Recursos Humanos.....	57
Divisão de Gestão Financeira .....	60
Divisão de Contratação Pública .....	60
Divisão de Gestão patrimonial .....	62
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA .....	64
DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA .....	67
Divisão de Projetos Especiais .....	68
Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional .....	71
Divisão de Gestão do Parque Habitacional .....	73

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS.....	74
Divisão de Estudos e Projetos.....	75
Divisão de Equipamentos Municipais.....	77
Divisão de Gestão do Espaço Público e Infraestruturas Municipais .....	79
DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS .....	81
Divisão de Espaços Verdes .....	85
Divisão de Higiene Urbana/Unidade de Higiene Urbana.....	86
Divisão de Viaturas e Máquinas .....	87
DEPARTAMENTO DE COESÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL .....	88
Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude .....	89
Divisão de Desporto .....	91
DEPARTAMENTO DE CULTURA E PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO .....	92
Divisão Património Histórico, Cultura e Turismo .....	92
Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação .....	94
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO .....	96
Mapa Entidades Participadas.....	98
Contingentes.....	100
Mapa Empréstimos ML Prazo .....	107
Mapa do Orçamento.....	109

## INTRODUÇÃO

"Se amanhã o que eu sonhei não for bem aquilo, eu tiro um arco-íris da cartola. E refaço. Colo. Pinto e bordo. Porque a força de dentro é maior. Maior que todo mal que existe no mundo. Maior que todos os ventos contrários. É maior porque é do bem. E nisso, sim, acredito até o fim..."

Excerto de texto de Caio Fernando de Abreu

Este documento é a prova de que em Oeiras existe a capacidade e a vontade de construir o futuro sob uma gestão consciente, estratégica, metódica e justa.

A gestão em 2017 dependerá da definição de estratégias, fruto de profundo planeamento, que permitirão ao Município continuar ativamente a sua missão enquanto parte atuante no futuro do concelho.

No próximo ano o desafio será enorme porque, tal como tem acontecido nos últimos anos, fruto da crise, os meios financeiros disponíveis serão menores (só para o Estado, que há muito não nos disponibiliza um centimo, no próximo ano sairão cerca de 776 mil euros do nosso orçamento para auxiliar municípios em dificuldades) e, certamente, ainda mais restrições impostas pela legislação surgirão no nosso caminho.

São condicionantes objetivas e duras para o trabalho do Município, mas que trazem a oportunidade de gerirmos de forma mais objetiva e seletiva, com maior criatividade, transformando desafios em oportunidades, definindo estratégias, traçando objetivos, dando primazia ao que é essencial.

E em Oeiras planeia-se o futuro valorizando a responsabilidade e a cidadania. Afinal, o nosso papel enquanto servidores públicos é sermos agentes de mudança e promotores de políticas públicas locais que promovam cada vez mais qualidade de vida no nosso Município.

Como em primeiro lugar estão as pessoas, sempre as pessoas, deu-se prioridade à área social, nomeadamente ao que às crianças e aos idosos diz respeito, os mais vulneráveis, dando-se continuidade às políticas sociais e aos projetos que contribuem para uma sociedade mais justa e mais feliz.

E porque o património histórico e cultural de Oeiras deve ser respeitado, qualificado e preservado, continuar-se-á a investir na política de revitalização dos centros históricos do concelho, com o objetivo de devolver-lhes a sua dinâmica e importância histórica. E a vida nestes núcleos dependerá de algumas medidas como, por exemplo, a sua repovoação, nomeadamente através das políticas de Habitação Jovem.

Na área do Ambiente o objetivo é recuperar os elevados índices de higiene urbana e de qualidade dos espaços verdes e, por isso, continuamos a investir parte significativa do orçamento nesta área.

É nossa finalidade manter os indicadores de desenvolvimento bem como o grau de competitividade do concelho, para que o mesmo se torne cada vez mais atrativo para o investimento.

De facto, temos menos mas queremos sempre mais. Diante das dificuldades conseguimos substituir o “não consigo” pelo “vamos fazer bem”. A ambição continua no nosso ADN.

O Presidente,

Paulo Vistas

## RELATÓRIO DO ORÇAMENTO

### Enquadramento Orçamental

Os documentos previsionais para o ano de 2017 do Município de Oeiras foram construídos em sintonia com o planeamento estratégico daquele que é o programa municipal, traduzidos financeiramente nas Grandes Opções do Plano (GOP). Não foram descuidados, naturalmente, o enquadramento macroeconómico Nacional e o novo paradigma legal que as Administrações Públicas se têm confrontado.

Em termos técnicos, o Orçamento de 2017 foi elaborado inicialmente com recurso à projeção de receita, por forma a obter o valor máximo de dotação de despesa. Nestes termos, e conforme dispõe o POCAL<sup>1</sup>, a estimativa de receita é apurada apenas com base na média de cobrança registada nos últimos 24 meses para a generalidade dos agregados em relação aos quais não é possível efetuar projeções. Para aqueles que, à data da construção dos documentos previsionais, o Município já dispunha de dados que permitam construir cenários previsionais, foram assumidos os valores encontrados no âmbito de análises económico-financeiras. São disso exemplo os Impostos Diretos, uma vez que a Autoridade Tributária disponibiliza a informação que permite sustentar atempadamente a referida análise. Também já existe deliberação acerca das taxas a aplicar aos Municípios, para o ano de 2017.

Acresce ainda o facto da elaboração do Orçamento para o exercício de 2017 ser fortemente influenciado por uma conjuntura económica bastante instável a nível global, com grande impacto nas contas públicas nacionais. São frequentemente revistos, com alterações, os diversos indicadores económicos para os períodos futuros, nomeadamente o PIB<sup>2</sup>, valor tido como referência para a elaboração do Orçamento de Estado. Isto não permite a quem faz projeções estabilizar outras variáveis que possam estar na base da previsão da Receita. Embora se constate a existência de

---

<sup>1</sup> DL n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua redação atual

<sup>2</sup> PIB – Produto Interno Bruto

indicadores mais otimistas, os quais rompem ligeiramente com o paradigma verificado na economia portuguesa até 2014, a incerteza quanto à evolução da economia mundial e, conseqüentemente, da nacional, determina uma volatilidade subjacente à arrecadação de receita por parte dos Municípios, que toma maior dimensão devido aos ajustamentos periódicos em matéria fiscal efetuados em sede de Orçamento de Estado, para colmatar as variações estimadas do PIB.

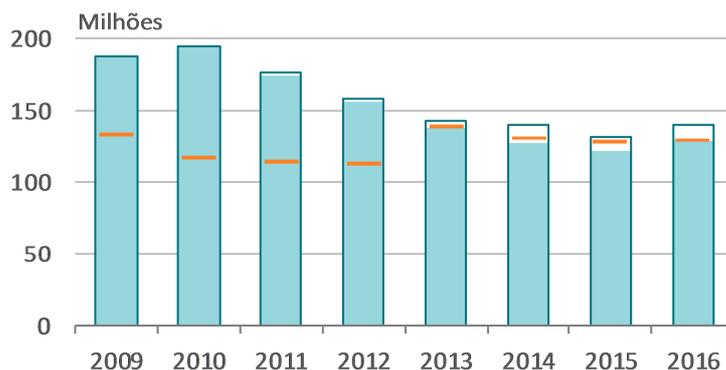
O paradigma das receitas municipais tem sofrido alterações substanciais ao longo dos últimos anos. Para além da crise económica em que Portugal vive desde 2008, fortes restrições legais têm condicionado, quer a previsão, quer a própria captação de receita.

Destacam-se aqui a Participação nos Impostos do Estado, com uma variação máxima permitida de 5% face ao ano transato, ou as transferências ao abrigo do Fundo Social Municipal, que para 2016 foi inexistente. Para além destas, algumas medidas de política fiscal instituídas pelo Orçamento de Estado visam conceder alguma folga fiscal aos contribuintes. É o caso do Imposto Municipal sobre Imóveis, com a isenção da taxa de IMI a quem recebe menos, e a redução da taxa de IMI, consoante o agregado familiar.

A aplicação destas medidas sociais, necessárias em face da crise que se assistiu, tem um impacto direto nas finanças das Autarquias Locais, e no caso concreto no Município de Oeiras, que é a quem cabe *exceder as expectativas dos nossos cidadãos/municipes, mediante políticas públicas inovadoras, de sustentabilidade territorial, ambiental e de desenvolvimento social integrado, apostando no conhecimento, nas novas tecnologias de informação e comunicação e na qualidade da prestação dos serviços, garantindo a excelência de vida em Oeiras quem presta os serviços.*

Em face desta realidade, é efetuado o apuramento do valor de receita máximo previsto para o ano seguinte, considerando os pressupostos anteriormente enunciados, e subseqüentemente o levantamento das

FORTE REDUÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS  
Realização vs. Dotação Inicial e Dotação Final



necessidades dos serviços, no âmbito da despesa. O valor deste último agregado não poderá em caso algum exceder o valor previsto no primeiro, em cumprimento da regra basilar de equilíbrio orçamental estabelecida pelo n.º 1 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente, prever valor de receita suficiente para cobrir todas as despesas.

Nesta conformidade, para 2017 o valor previsto do Orçamento situa-se nos 128.023.360 €, registando um incremento inexpressivo de 0,47% face ao valor inicialmente previsto no ano de 2016, representando em termos absolutos um acréscimo de cerca de 600.000 €.

Quanto à despesa, importa aqui evidenciar, uma vez mais, a imposição da participação do Município de Oeiras no Fundo de Apoio Municipal (FAM), num valor total de 5.430.542,18 €, realizado em 7 anos, sendo o ano de 2017 o terceiro ano da referida transferência.

Destaca-se ainda que o Orçamento Municipal ora apresentado cumpre escrupulosamente as regras definidas pela Lei n.º 73/2009, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, tanto quanto ao cumprimento do equilíbrio orçamental, como ao nível do Limite de Dívida Total, como se comprova na tabela seguinte:

### Controlo do cumprimento da regra de equilíbrio

Lei n.º 73/2013 de 30/09

Total Previsto	Fonte / Regra	Valor (€)	Resultado
Receitas	Estimativa	128 023 360	
Despesas	Pedido	128 023 360	
Saldo	[nº 1 do art.º 40º]	0	Cumpre
A   Receitas Correntes Cobradas	Estimativa a 31/12	125 569 903	
B   Despesas Correntes Pagas	Estimativa a 31/12	80 489 415	
D   Amortizações médias Previstas EMLP	[nº 4 do art.º 40º]	2 626 774	
C   Diferença (A)-[(B)+[C)]>0	[nº 2 do art.º 40º]	42 453 714	Cumpre
E   Saldo Corrente [(A)-(B)]		45 080 488	
F   Amortizações Previstas do ano 2016		2 626 774	
G   Diferença [(C)-(D)]		42 453 714	
H   5% das Receitas Correntes Totais		6 278 495	
I   G > 5% das Receitas Correntes Totais	[nº 3 do art.º 40º]	36 175 219	Cumpre

O artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro estabelece a forma de cálculo do Limite da Dívida Total dos municípios, com base na receita corrente cobrada líquida nos três últimos anos. São aqui incluídos os serviços municipalizados, uma vez que constituem serviços dos municípios, embora estruturados segundo modelo empresarial. Assim, o apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento por iniciativa do Município junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, conforme estipula o art.º 52.º da Lei n.º 73/2003 de 3 de setembro.

Recorde-se ainda que o Orçamento do Estado para 2015 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o Limite da Dívida Total previsto no normativo anteriormente referenciado, normativo que ainda se mantém em vigor.

Os dados mostram um decréscimo considerável no valor total das operações orçamentais do Município, face ao período homólogo em cerca de 11 milhões de euros, promovido essencialmente pela redução das dívidas a terceiros.

A data de referência dos dados apresentados neste estudo, é de 31 de agosto, dados oficialmente reportados às entidades que regulam a as entidades que compõem a Administração Local, no caso a DGAL.

Acresce ainda referir que o limite da dívida total àquela data, se situa nos 209.216.316 €, o que promove uma margem absoluta de 150.338.211 €.

EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS



## ANÁLISE GERAL DO ORÇAMENTO

Como já foi referido, o Orçamento para o ano de 2017 prossegue as linhas traçadas nos anteriores documentos previsionais, as quais contemplam uma política financeira sustentada na estabilidade estrutural das finanças do Município, promovendo o investimento em áreas prioritárias do concelho. Para tal, o rigor na estimativa da receita e o controlo da despesa exercem um papel prioritário na abordagem técnica dos documentos em apreço.

O exercício efetuado à previsão da receita é cada vez mais prudente, com a apresentação de estimativas mais equilibradas e que asseguram o equilíbrio das contas do Município.

O Orçamento para o ano de 2017 situa-se nos **128.023.360 €**, o que significa um crescimento, em termos absolutos, de 599.310 €, comparativamente ao Orçamento apresentado em 2016.

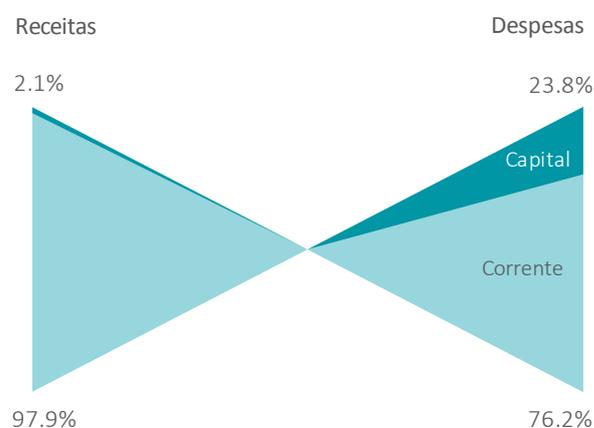
O Orçamento reparte-se por duas tipologias, Receita e Despesa, e estas por natureza, Capital e Corrente. No orçamento de Receita destaca-se a receita **Corrente** com um peso de **97,9%** e a de **Capital** com **2,1%**. Relativamente ao Orçamento da Despesa, evidencia-se a componente **Corrente** com um peso de **76,2%** do total e a componente de **Capital**, com **23,8%**.

Comparativamente ao Orçamento do ano anterior, o valor apresentado regista um crescimento de **0,47%**, sendo a maior variação, registado na Despesa corrente, com uma variação positiva na ordem dos **3,5 p.p.**

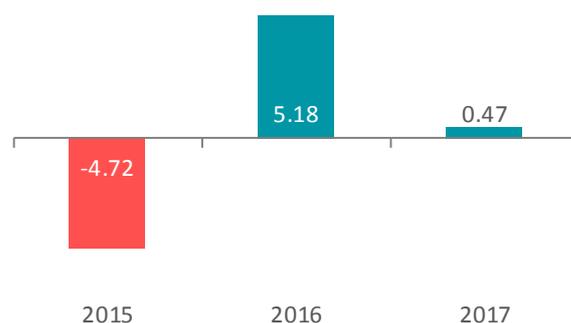
### ORÇAMENTO MUNICIPAL



### TIPOLOGIA E NATUREZA



### EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL (%)



Da análise por tipologia e natureza, podemos concluir que, para o Orçamento para 2017, a Receita Corrente permite satisfazer **toda** a Despesa Corrente e ainda aproximadamente **91%** da Despesa de Capital, sendo o remanescente suportado por receita da mesma natureza.

A previsão orçamental para o ano de 2017, por tipologia e natureza apresenta-se com a seguinte estrutura:

### Estrutura da Previsão Orçamental para 2017

	Valor	Peso (%)	Varição (%)
<b>TOTAL</b>	<b>128,023,340</b>		<b>0.5</b>
<b>RECEITA</b>	<b>128,023,340</b>		<b>0.5</b>
Receita Corrente	125,353,070	97.9	0.9
Impostos Diretos	71,625,880	57.1	-3.5
Impostos Indiretos	1,975,080	1.6	-1.5
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1,104,130	0.9	-7.6
Rendimento de Propriedade	4,215,630	3.4	31.9
Transferências Correntes	29,206,320	23.3	2.6
Venda Bens e Serviços Correntes	16,816,100	13.4	12.6
Outras Receitas Correntes	409,930	0.3	179.4
Receita Capital	2,670,270	2.1	-17.4
Venda de Bens Investimento	188,690	7.1	22.2
Transferências de Capital	2,477,390	92.8	-18.1
Ativos Financeiros	10	0.0	-50.0
Passivos Financeiros	10	0.0	-50.0
Outras Receitas de Capital	4,160	0.2	-92.3
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	10	0.0	0.0
<b>DESPESA</b>	<b>128,023,360</b>		<b>0.5</b>
Despesa Corrente	97,538,575	76.2	3.5
Despesas com o Pessoal	43,474,141	44.6	-0.6
Aquisições de Bens e Serviços	38,908,282	39.9	7.5
Juros da Dívida Pública	1,088,373	1.1	-30.4
Transferências Correntes	12,741,231	13.1	9.8
Outras Despesas Correntes	1,326,548	1.4	21.5
Despesa Capital	30,484,785	23.8	-8.2
Aquisição de Bens de Capital	25,115,057	82.4	-10.3
Transferências de Capital	1,916,364	6.3	15.8
Ativos Financeiros	776,000	2.5	0.0
Passivos Financeiros	2,674,364	8.8	-3.5
Outras Despesas de Capital	3,000	0.0	0.0

## INDICADORES

Os indicadores financeiros e de gestão mostram-nos de forma clara e sintética a *saúde* financeira de qualquer entidade.

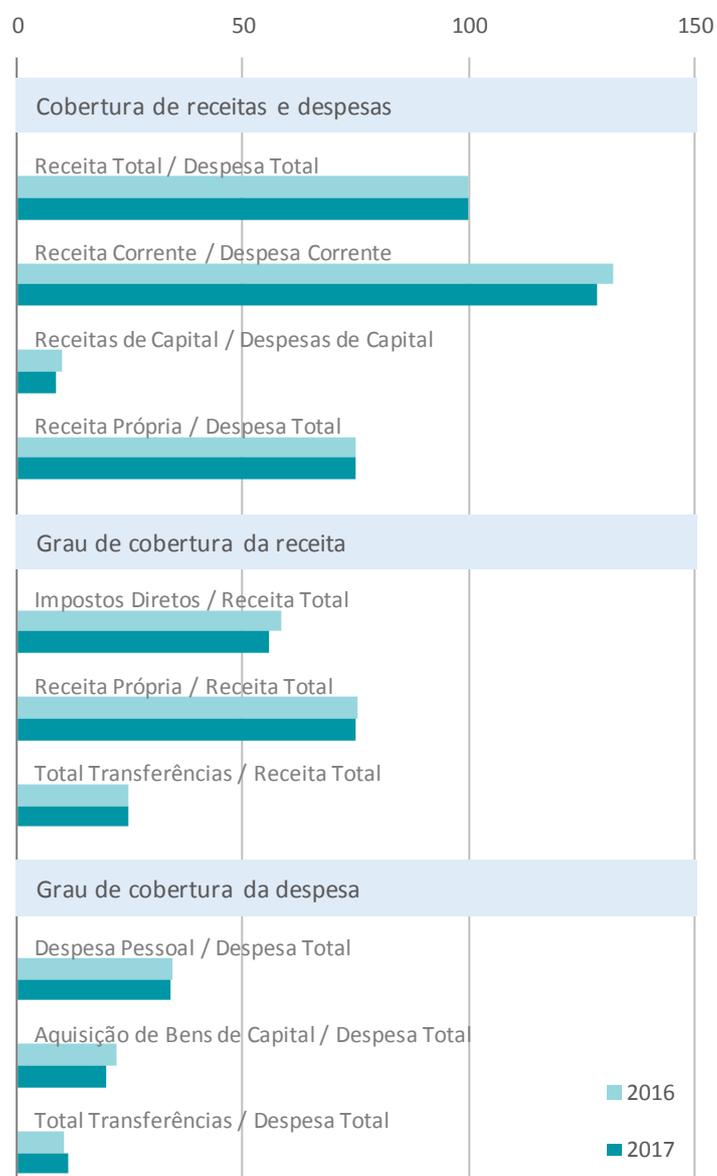
Assim, para 2017 foram apurados os indicadores que se consideram interessantes evidenciar, tendo os mesmos sido analisados à luz do que define o POCAL<sup>3</sup>. Eles caracterizam a prestação do Município de Oeiras em face do Orçamento apresentado para 2017, em comparação com o documento previsio- nial elaborado no período homólogo.

Podemos verificar que a realidade financeira do Município apresenta a mesma consistên- cia face ao ano transato.

Detalhando um pouco os dados apresenta- dos, destaca-se a cobertura das despesas correntes pela receita corrente, em mais de 100%, tendo um decréscimo de 3,3 p.p. A receita própria representa cerca de  $\frac{3}{4}$  do valor das despesas totais, assim como das receitas totais.

No que respeita ao grau de cobertura das despesas, destaca-se o peso das despesas de pessoal, representado, em ambos os anos, cerca de 34% to total.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ORÇAMENTAIS



<sup>3</sup> Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

## Indicadores Financeiros e de Gestão

Rácios	2016	2017
<b>Grau de cobertura total das receitas e despesas</b>		
Receita Total [RT] / Despesa Total [DT]	100.0%	100.0%
Receita Corrente [RC] / Despesa Corrente [DC]	131.8%	128.5%
Receita de Capital [RK] / Despesa de Capital [DK]	9.7%	8.8%
Receitas Próprias [RP] / Despesa Total [DT]	75.1%	75.1%
<b>Grau de cobertura da Receita</b>		
Impostos Diretos [ID] / Receita Total [RT]	58.3%	55.9%
Receitas Próprias [RP] / Receita Total [RT]	75.3%	75.1%
Total das Transferências [TT] / Receita Total [RT]	24.7%	24.7%
<b>Grau de cobertura da Despesa</b>		
Despesas de Pessoal [DP] / Despesa Total [DT]	34.3%	34.0%
Aquisição de Bens de Capital [ABK] / Despesa Total [DT]	22.0%	19.6%
Total das Transferências [TT] / Despesa Total [DT]	10.4%	11.4%

## RECEITA

O apuramento da Receita obedeceu, para além dos pressupostos legais estipulados no ponto 3.3 do POCAL<sup>4</sup>, a uma rigorosa e prudente estimativa na previsão da mesma.

A receita total prevista arrecadar em 2017 situa-se nos **128.023.360 €**, com a receita corrente a apresentar valores na ordem dos **125.353.070 €** e a receita de capital **2.670.290 €**.

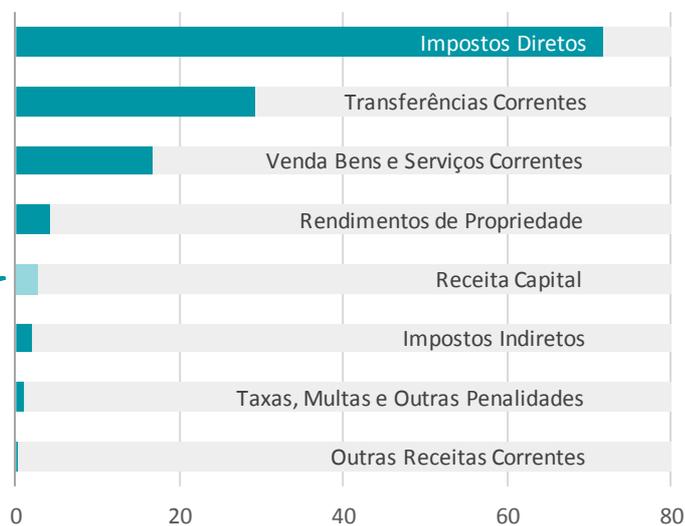
A receita corrente representa **97,9%** do total previsto, apresentando um ligeiro crescimento face ao ano de 2016, em torno dos **0,9 p.p.**

No que concerne a esta tipologia, destaca-se o subagrupamento Impostos Diretos, com valores apurados na ordem dos **71 milhões de Euros**, sendo o agregado com maior expressão no total da receita.

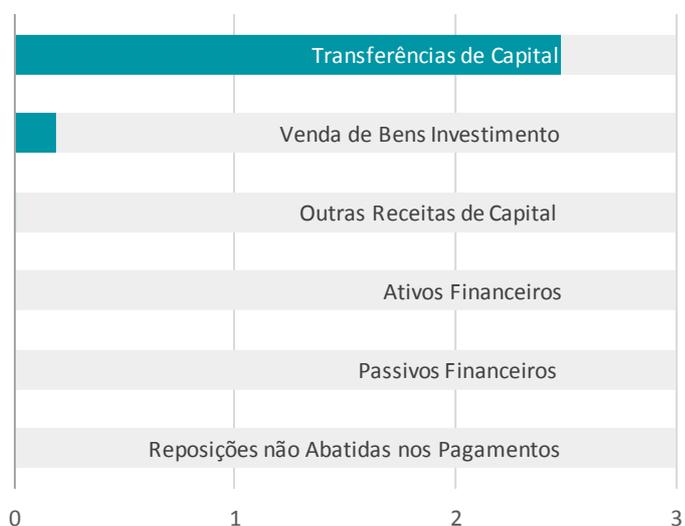
Ainda assim, regista uma redução de **3,5%** face ao ano transato, em grande medida, decorrente:

- > Da redução da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a liquidar em 2017, para o valor de 0,33%, a aplicar a todos os prédios urbanos, evidenciando um compromisso para com os Municípios de Oeiras, no sentido da adoção de uma política fiscal atrativa para o Concelho;

ESTRUTURA DA RECEITA



DAS QUAIS RECEITAS DE CAPITAL



<sup>4</sup> Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais, DL nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual

- > Da cobrança de Imposto Municipal sobre Transações Imóveis (IMT) com uma redução de **2.227.980 €**.

Analisando ainda a receita corrente, destaca-se, ao contrário da variável anterior, um crescimento positivo face ao Orçamento de 2016, devido a:

- > Rendimentos de Propriedade, com uma variação positiva de **31,9%**, justificado pelo aumento no valor dos dividendos pagos pelo SIMAS;
- > Vendas de Bens e Serviços Correntes, com um incremento de **1.886.530 €**, justificado na sua maioria pelo impacto do aumento da taxa de Gestão de Resíduos Sólidos, aplicado no ano de 2016, com o desígnio de cumprir a determinação estabelecida pela ERSAR de se obter uma taxa de cobertura gradual do serviço na ordem dos 90%.

A receita de capital, comparativamente ao ano anterior, regista um decréscimo de **564.020 €**, o que representa uma variação negativa de **17,4%**, sustentado na redução das Transferências de Capital, especificamente nas transferências decorrentes do Contrato Interadministrativo com o Ministério da Educação, que reduzirá a componente de capital por contrapartida do aumento que fará na componente corrente.

#### Análise Comparativa dos Agregados de Receita

	2016		2017		Var. Valor	%
<b>Receita Total</b>	<b>127,424,050</b>	<b>100.0</b>	<b>128,023,340</b>	<b>100.0</b>	<b>599,290</b>	<b>0.47</b>
<b>Receita Corrente</b>	<b>124,189,740</b>	<b>97.5</b>	<b>125,353,070</b>	<b>97.9</b>	<b>1,163,330</b>	<b>0.9</b>
Impostos Diretos	74,245,220	58.3	71,625,880	55.9	-2,619,340	-3.5
Impostos Indiretos	2,004,850	1.6	1,975,080	1.5	-29,770	-1.5
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1,194,360	0.9	1,104,130	0.9	-90,230	-7.6
Rendimentos de Propriedade	3,196,190	2.5	4,215,630	3.3	1,019,440	31.9
Transferências Correntes	28,472,810	22.3	29,206,320	22.8	733,510	2.6
Venda Bens e Serviços Correntes	14,929,570	11.7	16,816,100	13.1	1,886,530	12.6
Outras Receitas Correntes	146,740	0.1	409,930	0.3	263,190	179.4
<b>Receita Capital</b>	<b>3,234,310</b>	<b>2.5</b>	<b>2,670,270</b>	<b>2.1</b>	<b>-564,040</b>	<b>-17.4</b>
Venda de Bens Investimento	154,360	0.1	188,690	0.1	34,330	22.2
Transferências de Capital	3,025,710	2.4	2,477,390	1.9	-548,320	-18.1
Ativos Financeiros	20	0.0	10	0.0	-10	>100
Passivos Financeiros	20	0.0	10	0.0	-10	>100
Outras Receitas de Capital	54,190	0.0	4,160	0.0	-50,030	-92.3
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	10	0.0	10	0.0	0	>100

Conforme estipula o preceituado no art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a execução da receita não pode registar, durante dois anos consecutivos, valores inferiores a 85%. Com base nos dados registados até 31 de agosto, estima-se que a receita irá cumprir o estipulado na lei, obtendo uma execução prevista de **98%**.



### Receita Fiscal Municipal

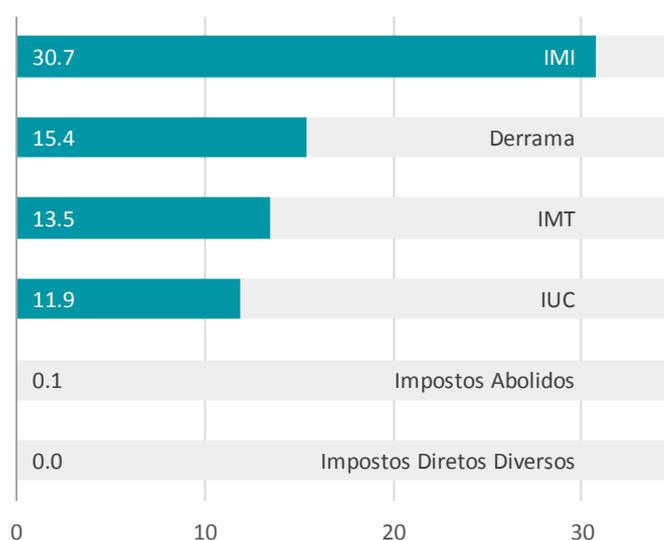
Sendo a receita Fiscal a principal fonte de receita do Orçamento Municipal, estima-se realizar o valor de **74.705.090€**, representando cerca de 59,6% do total da Receita Corrente e 58% do total. Esta receita é constituída pelos Impostos Diretos, Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades.

Os **Impostos Diretos**, são apurados com base nas regras estabelecidas no POCAL, designadamente pela média das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, com exceção do Imposto Municipal sobre Imóveis, uma vez que a Autoridade Tributária disponibiliza dados que possibilitam a tomada de decisão relativamente às taxas a liquidar em 2017.

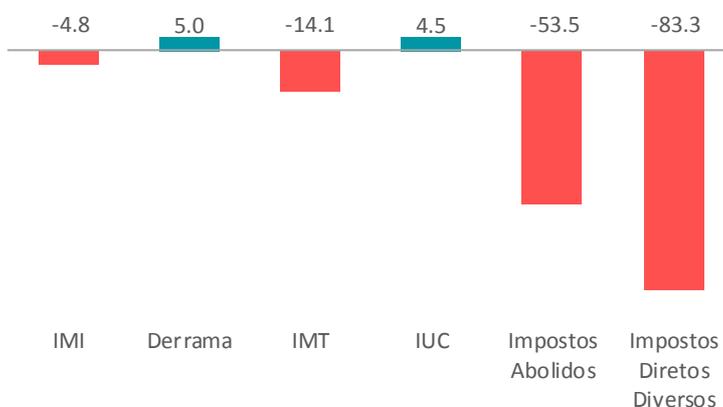
Neste grupo de impostos, destaca-se com variação positiva o Imposto Municipal de Circulação (IUC) e a Derrama. Todos os restantes impostos apresentam-se com variações negativas, e onde os Impostos Diretos Diversos apresentam a maior redução.

Apesar das variações negativas verificadas em alguns impostos, este grupo é o principal agregado de receita, sendo

### IMPOSTOS DIRETOS



### VARIAÇÃO DA RECEITA FISCAL



de dar destaque para o Imposto Municipal de Imóveis (IMI) e para a Derama, que *per si* representam cerca de **61,8%** da Receita Fiscal e **36,1%** do total da Receita.

Os **Impostos Indiretos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades** apresentam quebras de **1,5%** e **7,5%**, respetivamente, face aos valores previstos no Orçamento de 2016, reduções suportadas não só pelo Licenciamento Zero, que isenta o pagamento de algumas taxas, mas a também pela envolvente económica que, apesar manifestar uma maior estabilidade, não é suficiente para superar as quebras verificadas.

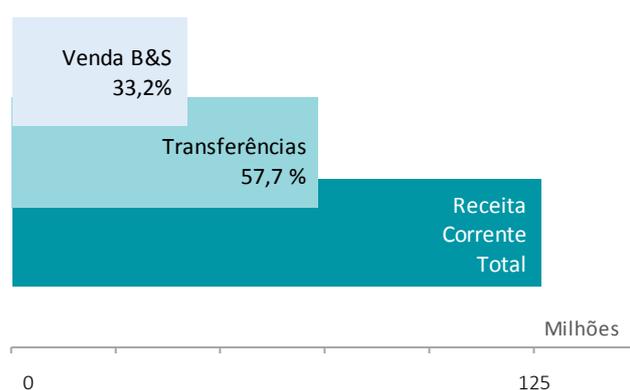
### Receita Não Fiscal Municipal

As receitas que constituem este grupo estimam *realizar* **53.318.270 €**, valores que indicam um crescimento de **6,7%**, comparativamente ao Orçamento de 2016, e um peso de cerca de **41,6%** no total da receita.

No grupo da Receita Não Fiscal corrente, destacam-se as **Transferências Correntes** com o valor de **29.206.320 €**, e um peso **de 57,7 %** do total das receitas correntes, as quais compreendem entre outras, as transferências oriundas do Orçamento de Estado. Os valores estimados para o FSM (€0) e para IRS (€17.825.527) correspondem aos que constam do mapa XIX para o ano de 2016, uma vez que a Proposta de Lei para Orçamento Estado de 2017, foi divulgada após a elaboração dos documentos previsionais, não tendo sido possível atualizar os dados, sob pena de criar constrangimentos técnicos quanto a construção dos documentos. Sabe-se, no entanto, que o valor relativo à participação nos impostos do estado (PIE) terá, à partida, um acréscimo de meio milhão de Euros, face ao valor registado na receita.

Neste agregado de receita também se inclui o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com o Ministério da Educação, no

PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES



valor aproximado de **11.206.400 €** respeitante à comparticipação das despesas da área de Ação Educativa, designadamente despesas de pessoal, despesas de funcionamento e outras despesas correntes (apoio à família, transportes, refeições, encargos com limpeza).

A Venda de Bens e Serviços com um peso de **31,5%** do total estimado, apresenta um crescimento de **12,6 p.p.**, comparativamente ao valor previsto no Orçamento de 2016, aumento que decorre do cálculo da média das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses, sendo a referência dos dados de 31 de agosto.

O valor da receita de capital, prevê um decréscimo de **564.020 €**, redução suportada nas Transferências de Capital efetuadas pelo Ministério da Educação e decorrente do Contrato Interadministrativo, como anteriormente já se explanou.

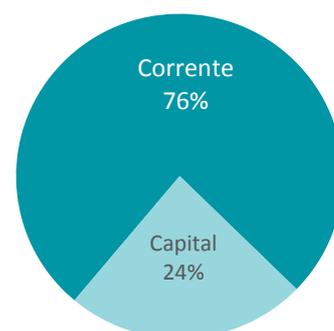
## DESPESA

O Orçamento para 2017 prevê uma despesa total, agrupada por tipologia, no montante de **128.023.360 €**, naturalmente em simbiose com o valor apresentado na receita, e que corresponde a um crescimento de 3,7% face ao valor previsto no ano de 2016.

A despesa corrente, com um total de **97.538.575 €** apresenta-se como a maior componente do total da despesa e reflete um aumento de 3,5% face ao ano anterior, justificado pelo aumento de 7,5 p.p nas Aquisições de Bens e Serviços e 9,8 p.p. nas Transferência Correntes. Destaca-se ainda a redução dos encargos com os Juros da Dívida Pública com 30,4 p.p.

A Despesa de Capital está dotada em **30.484.785 €**, regista um decréscimo de 8,2% face ao ano anterior, suportado no decréscimo das Aquisições de Bens de Capital, com uma redução de 2.893.534€, e os Passivos Financeiros, com uma diminuição de 3,5%.

ESTRUTURA DA DESPESA



### Análise Comparativa dos Agregados de Despesa

	2016		2017		Var. Valor	%
<b>Despesa Total</b>	<b>127,424,050</b>	<b>100.0</b>	<b>128,023,360</b>	<b>100.0</b>	<b>599,310</b>	<b>0.5</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>94,210,170</b>	<b>73.9</b>	<b>97,538,575</b>	<b>76.2</b>	<b>3,328,405</b>	<b>3.5</b>
Despesas com o Pessoal	43,756,730	34.3	43,474,141	34.0	-282,589	-0.6
Aquisições de Bens e Serviços	36,196,490	28.4	38,908,282	30.4	2,711,792	7.5
Juros da Dívida Pública	1,564,300	1.2	1,088,373	0.9	-475,927	-30.4
Transferências Correntes	11,601,100	9.1	12,741,231	10.0	1,140,131	9.8
Outras Despesas Correntes	1,091,550	0.9	1,326,548	1.0	234,998	21.5
<b>Despesa Capital</b>	<b>33,213,880</b>	<b>26.1</b>	<b>30,484,785</b>	<b>23.8</b>	<b>-2,729,095</b>	<b>-8.2</b>
Aquisição de Bens de Capital	28,008,590	22.0	25,115,057	19.6	-2,893,534	-10.3
Transferências de Capital	1,654,540	1.3	1,916,364	1.5	261,823	15.8
Ativos Financeiros	775,800	0.6	776,000	0.6	199	0.0
Passivos Financeiros	2,771,950	2.2	2,674,364	2.1	-97,587	-3.5
Outras Despesas de Capital	3,000	0.0	3,000	0.0	-1	0.0

## Despesa Corrente

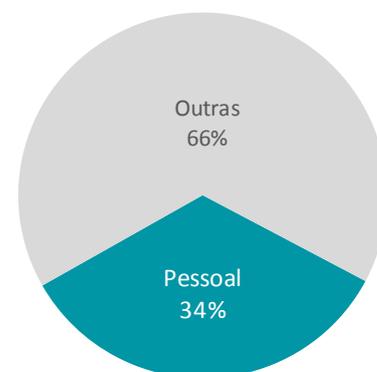
### Despesa com o Pessoal

A despesa com o pessoal corresponde ao maior agregado económico tanto da despesa corrente, com 44,6%, como do total da despesa, com 34%.

Em 2016 com uma dotação de **43.756.730 €**, observa-se um decréscimo pouco expressivo, de 0,6% face ao ano transato.

Da análise aos valores deste agregado de despesa, verifica-se um decréscimo pouco expressivo com as Remunerações Certas e Permanentes, e subsequentemente com a segurança social.

PESO DA DESPESA COM PESSOAL



### Análise comparativa desagregada dos componentes da despesa com Pessoal

	2016		2017		Var. Valor	%
<b>Despesas de Pessoal</b>	<b>43,756,730</b>	<b>100.0</b>	<b>43,474,141</b>	<b>100.0</b>	<b>-282,589</b>	<b>-0.6</b>
Remunerações Certas e permanentes	31,945,429	73.0	31,800,502	73.1	-144,927	-0.5
Abonos variáveis e eventuais	1,827,791	4.2	1,923,500	4.4	95,709	5.2
Segurança Social	9,983,510	22.8	9,750,139	22.4	-233,371	-2.3

### Aquisição de Bens e Serviços

As despesas associadas à aquisição de serviços, apresenta-se como o segundo maior agregado nas despesas correntes e regista um crescimento de 7,5% face ao valor previsto no ano anterior, registando para o ano de 2017 a dotação de **38.908.282 €**.

Este crescimento encontra-se suportado, principalmente, no valor associado à aquisição de serviços de Gestão de Resíduos Urbanos, aumento decorrente da aprovação do Contrato de Gestão Delegada celebrado com a “Tratolixo, EIM, SA”, constante da PD n.º 282/2016, e na aquisição de serviços de manutenção e levantamento de espaços verdes.

### Juros da Dívida Pública

Os juros e outros encargos decorrentes da dívida pública apresentam uma redução de 30,4% face ao valor do ano anterior, o que significa uma

**poupança de 475.927 €**, facto resultante da redução do valor dos juros a pagar à MRG, no âmbito da transação judicial do processo da Oeiras Primus.

### Transferências Correntes

Este grupo de despesas observa um crescimento de 9,8 p.p face ao ano anterior. O montante total estimado ascende a **12.741.231 €**, valor que se destina às transferências efetuadas ao abrigo do contrato Interadministrativo com o Ministério da Educação, à manutenção dos equipamentos escolares, à transferência para as corporações de bombeiros, apoio às atividades relativas ao associativismo desportivo, apoio social das famílias, entre outros.

### Despesa Capital

A despesa de capital apresenta um valor estimado de **30.484.785 €**, o que significa um peso de 23,8% no total das despesas e um decréscimo de 8,2% face ao ano de 2016. Esta redução, que em valores absolutos se traduz em 2.729.095 €, é suportada pela Aquisição de Bens de Capital que regista uma variação negativa de 10,3 p.p., em virtude da redução do valor adstrito ao Passeio Marítimo Algés e aos Centros de Saúde de Algés e Carnaxide.

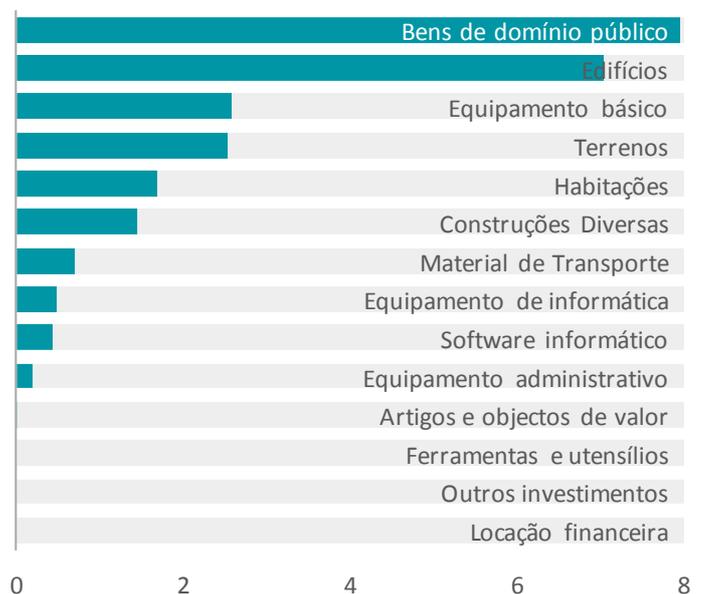
### Aquisição de Bens de Capital

Este agregado económico traduz um peso de 82,4% nas despesas de Capital e de 19,6% no total das despesas.

O valor de **25.115.057 €** estimado para 2017, destina-se a investimento direto na autarquia, e a aquisição de bens do domínio público.

Os Bens de Domínio Público apresentam uma dotação inferior ao ano anterior em 1.973.961 €, decorrente da finalização da

ESTRUTURA DAS DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL



obra relativa ao Passeio Marítimo de Oeiras. Os valores dotados para esta rubrica destinam-se à requalificação de espaços públicos e de equipamentos escolares.

**Análise comparativa desagregada dos componentes da despesa com aquisição de bens de capital**

	2016		2017		Var. Valor	%
<b>Aquisição de Bens de Capital</b>	<b>28,008,590</b>	<b>100%</b>	<b>25,115,057</b>	<b>100%</b>	<b>-2,893,533</b>	<b>-10.33</b>
<b>Investimentos</b>	<b>18,065,350</b>	<b>64.5</b>	<b>17,145,778</b>	<b>68.3</b>	<b>-919,572</b>	<b>-5.1</b>
Terrenos	840,210	3.0	2,535,500	10.1	1,695,290	201.8
Habitacões	1,608,470	5.7	1,682,978	6.7	74,508	4.6
Edifícios	8,159,330	29.1	7,051,731	28.1	-1,107,599	-13.6
Construções Diversas	3,279,140	11.7	1,464,533	5.8	-1,814,607	-55.3
Material de Transporte	677,890	2.4	709,200	2.8	31,310	4.6
Equipamento de informática	425,190	1.5	493,895	2.0	68,705	16.2
Software informático	428,270	1.5	433,474	1.7	5,204	1.2
Equipamento administrativo	106,400	0.4	189,500	0.8	83,100	78.1
Equipamento básico	2,460,350	8.8	2,574,867	10.3	114,517	4.7
Ferramentas e utensílios	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Artigos e objectos de valor	80,100	0.3	10,100	0.0	-70,000	-87.4
Outros investimentos	0	0.0	0	0.0	0	0.0
<b>Locação financeira</b>	<b>0</b>	<b>0.0</b>	<b>0</b>	<b>0.0</b>	<b>0</b>	<b>0.0</b>
<b>Bens de domínio público</b>	<b>9,943,240</b>	<b>35.5</b>	<b>7,969,279</b>	<b>31.7</b>	<b>-1,973,961</b>	<b>-19.9</b>

O investimento em Edifícios, apresenta uma redução de 1.107.599 € face ao ano anterior, tal como anteriormente se referiu, os montantes previstos para 2017 destinam-se à conclusão do Centro de Saúde de Barcarena, à requalificação de equipamentos municipais, entre outras.

O agregado Terrenos regista um crescimento de mais de 200% valor justificado com o investimento no Planeamento Estratégico, o que significa a aquisição e expropriação de terrenos.

O equipamento Básico regista uma ligeira variação positiva, e destina-se a aquisição de equipamento de enterrado e semienterrado de Resíduos Urbanos.

As Construções Diversas com um decréscimo de 55,3%, estimam valores para a conclusão da extensão do Centro de Saúde de Algés, instalação de “Ilhas Ecológicas”, “Molok’s” e “Encaixes para contentores, e sinalização de segurança rodoviária no Concelho.

No Material de Transporte destaca-se a aquisição de viaturas e máquinas diversas, e ainda as despesas associadas às grandes reparações de viaturas e equipamentos de Resíduos Urbanos, apresentando um crescimento de pouca significância, face ao ano transato.

O incremento verificado ao nível de Equipamento Administrativo, fundamenta-se essencialmente pela aquisição de equipamento para as Escolas.

### Transferências de Capital

As Transferências de Capital apresentam uma dotação superior ao valor de 2016 em 15,8%, suportado pelo aumento do valor relativo à delegação de competências para as juntas de freguesia, na componente capital.

### Ativos Financeiros

Neste agregado de despesa encontra-se registada a participação do Município no Fundo de Apoio Municipal, mantendo-se, por conseguinte, o valor inalterado face ao ano anterior. Ressalva-se que o ano de 2017 será o terceiro a registar movimentos.

### Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros agregam o valor das amortizações dos empréstimos em vigor para ano de 2017 e que se encontram discriminados no Anexo “Empréstimos de Médio e Longo Prazo 2017”.

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO

**Distribuição por Classificação Funcional**

A distribuição da despesa por diferentes Classificações Funcionais tem como objetivo agrupar as despesas de acordo com a natureza das funções exercidas pela Administração local, destacando-se as *Funções Gerais*, que compreendem as atividades de âmbito geral interno da Administração Local, com um peso de **48%**, uma vez que é nesta funcional que se inclui a despesa com pessoal, que como anteriormente foi referido representa *per si* 34% do total da despesa municipal. Seguem-se as *Funções Sociais*, com **40,1%**, que abrange os serviços que atendem à satisfação de necessidades tais como a Educação, a Saúde, a Segurança e Ação Social, a Habitação, o Ordenamento do território, o Saneamento básico, Abastecimento de água, Resíduos Sólidos e os Serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos. As restantes Funções, Económicas e Outras representam no seu conjunto apenas 11% do total do orçamento.

A Função Social é a que apresenta a segunda maior dotação, com uma dotação de 51.276.696 € e destacam-se entre outras as seguintes despesas:

- > *Educação* - Requalificação de espaços escolares; Transferências ao abrigo do Contrato Interadministrativo ME; Apoio ao funcionamento das escolas
- > *Saúde* - Transferências para Instituições de apoio Social e de Saúde; Novas instalações do Centro de Saúde de Barcarena
- > *Segurança e Ação Sociais* – Atribuição de subsídios a diversas entidades de cariz social do Concelho
- > *Habitação e Serviços Coletivos* – Reabilitação de edifícios no âmbito do programa habitação jovem, Aquisição de equipamentos enterrados e semienterrados de Resíduos Urbanos; Requalificação de espaços públicos; Aquisição de serviços de gestão de resíduos sólidos; Aquisição de serviços de manutenção e levantamento de

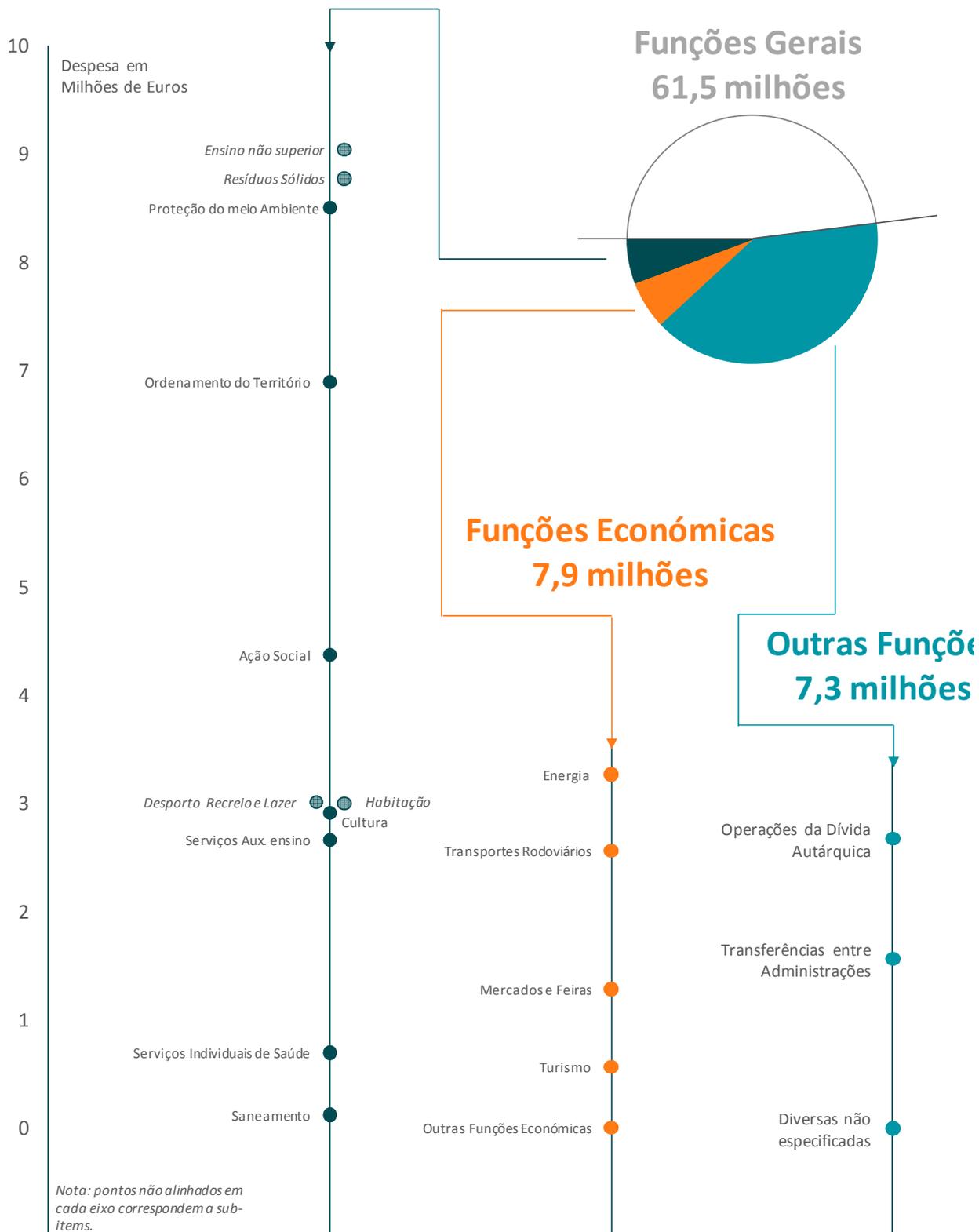
espaços verdes; Requalificação e manutenção do espaço urbano; Requalificação do Bairro Casal da Choca, Requalificação e manutenção do património arbóreo, Prestação de serviços de limpeza e recolha; Imóveis a adquirir; Sistema de informação geográfica; Estudos, projetos e fiscalização no âmbito da atividade exercida pelo DHRU.

- > *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos* – Protocolos de apoio a agentes culturais; Requalificação do complexo do Palácio Marques de Pombal e da Quinta Real de Caxias.

As Funções Económicas compreendem as despesas com a iluminação pública, transportes e rede viária assim como outras funções económicas. Apresentam um orçamento de 7.985.001 €, com uma variação negativa de 10,3% face ao valor previsto no ano anterior, destaca a subfunção Outras Funções Económicas com um crescimento de 2.267.967 € face a 2016, justificado pela reclassificação de algumas ações que se encontravam inscritas nas funções gerais, designadamente a indemnização a pagar no âmbito das Parcerias Publico Privadas e ainda o pagamento em cumprimento de sentenças judiciais condenatórias, aumentando indevidamente as funções gerais do Município.

Também, nas Outras Funções procedeu-se a alguns ajustamentos, corrigindo a inscrição do valor correspondente aos encargos com os Empréstimos de Médio e Longo Prazo do Município, quer na componente amortização quer nos juros, tendo estas lugar na subfunção Operações da Dívida Autárquica, facto que faz disparar o valor desta Funcional em mais 5.832.987 €, quando comparada com o valor inscrito no Orçamento de 2016.

## Funções Sociais 51,2 milhões



Despesas por Classificação Funcional

Funções / Subfunções		Total	Peso (%)	PAM	PPI	Peso
<b>Total</b>		<b>128,023,360</b>		<b>96,890,737</b>	<b>31,132,623</b>	
<b>1</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>61,456,176</b>	<b>48.0%</b>	<b>58,449,965</b>	<b>3,006,211</b>	
<b>110</b>	<b>Serviços Gerais da Administração Pública</b>	<b>59,551,461</b>	<b>46.5%</b>	<b>56,600,750</b>	<b>2,950,711</b>	
111	Administração Geral	59,551,461	46.5%	56,600,750	2,950,711	
<b>120</b>	<b>Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>1,904,715</b>	<b>1.5%</b>	<b>1,849,215</b>	<b>55,500</b>	
121	Proteção Civil e luta contra incêndios	1,869,000	1.5%	1,833,500	35,500	
1211	Bombeiros	1,865,500	1.5%	1,830,000	35,500	
1212	Proteção Civil	3,500	0.0%	3,500	0	
122	Polícia Municipal	35,715	0.0%	15,715	20,000	
1221	Polícia Municipal	35,715	0.0%	15,715	20,000	
<b>2</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>51,276,696</b>	<b>40.1%</b>	<b>28,654,212</b>	<b>22,622,484</b>	
<b>210</b>	<b>Educação</b>	<b>11,703,020</b>	<b>9.1%</b>	<b>7,231,730</b>	<b>4,471,290</b>	
211	Ensino não superior	9,041,570	7.1%	4,570,280	4,471,290	
2111	Pré-Escolar e 1º Ciclo	5,936,080	4.6%	1,622,170	4,313,910	
2112	2º e 3º Ciclos	2,087,650	1.6%	1,930,270	157,380	
2113	Ensino Secundário	1,017,840	0.8%	1,017,840	0	
2114	Educação de Adultos	0	0.0%	0	0	
2115	Prevenção Rodoviária e Educação Cívica	0	0.0%	0	0	
212	Serviços Auxiliares de Ensino	2,661,450	2.1%	2,661,450	0	
2121	Ação Social	2,661,450	2.1%	2,661,450	0	
<b>220</b>	<b>Saúde</b>	<b>1,974,665</b>	<b>1.5%</b>	<b>429,163</b>	<b>1,545,502</b>	
221	Serviços Individuais de Saúde	1,974,665	1.5%	429,163	1,545,502	
2211	Saúde	1,974,665	1.5%	429,163	1,545,502	
<b>230</b>	<b>Segurança e Ação Sociais</b>	<b>4,373,164</b>	<b>3.4%</b>	<b>2,449,181</b>	<b>1,923,983</b>	
231	Segurança Social	0	0.0%	0	0	
2311	Segurança Social	0	0.0%	0	0	
232	Ação Social	4,373,164	3.4%	2,449,181	1,923,983	
2321	Infância	251,403	0.2%	251,153	250	
2322	Juventude	250	0.0%	0	250	
2323	Terceira Idade	1,656,185	1.3%	100,000	1,556,185	
2324	Outros	2,271,013	1.8%	1,954,715	316,298	
2325	Cooperação com CPLP e Geminações	14,400	0.0%	13,400	1,000	
2326	Emprego e Formação Profissionais	179,913	0.1%	129,913	50,000	
<b>240</b>	<b>Habituação e Serviços Coletivos</b>	<b>27,304,218</b>	<b>21.3%</b>	<b>14,054,195</b>	<b>13,250,023</b>	
241	Habituação	3,002,867	2.3%	182,500	2,820,367	
2411	Habituação	3,002,867	2.3%	182,500	2,820,367	
242	Ordenamento do Território	6,898,168	5.4%	2,761,947	4,136,221	
2421	Planeamento Urbano	3,347,895	2.6%	2,271,747	1,076,148	
2422	Urbanização	965,073	0.8%	5,000	960,073	
2423	Planeamento Estratégico	2,585,200	2.0%	485,200	2,100,000	
243	Saneamento	121,594	0.1%	0	121,594	
2431	Saneamento	121,594	0.1%	0	121,594	
244	Abastecimento de Água	0	0.0%	0	0	
2441	Abastecimento de Água	0	0.0%	0	0	
245	Resíduos Sólidos	8,776,270	6.9%	6,069,097	2,707,173	
2451	Resíduos Sólidos	8,776,270	6.9%	6,069,097	2,707,173	
2452	Amtres	0	0.0%	0	0	
246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	8,505,319	6.6%	5,040,651	3,464,668	
2461	Espaços Verdes	7,797,158	6.1%	4,414,490	3,382,668	
2462	Higiene Pública	382,210	0.3%	372,210	10,000	
2463	Cemitérios	500	0.0%	500	0	
2464	Canil/Gatil	36,100	0.0%	36,100	0	
2465	Educação e Promoção Ambiental	202,351	0.2%	202,251	100	
2466	Proteção do Meio Ambiente	100	0.0%	100	0	
2467	Conservação da Natureza	86,900	0.1%	15,000	71,900	
<b>250</b>	<b>Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>	<b>5,921,629</b>	<b>4.6%</b>	<b>4,489,943</b>	<b>1,431,686</b>	
251	Cultura	2,911,627	2.3%	2,112,504	799,123	
2511	Atividades Culturais	2,535,499	2.0%	1,976,204	559,295	
2512	Património Cultural	376,128	0.3%	136,300	239,828	
252	Desporto, Recreios e Lazer	3,010,002	2.4%	2,377,439	632,563	
2521	Desporto, Recreios e Lazer	3,010,002	2.4%	2,377,439	632,563	
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0	0.0%	0	0	
2531	Atividades Cívicas e Religiosas	0	0.0%	0	0	

Despesas por Classificação Funcional

Funções / Subfunções		Total	Peso (%)	PAM	PPI	Peso
<b>3</b>	<b>Funções Económicas</b>	<b>7,985,001</b>	<b>6.2%</b>	<b>6,719,037</b>	<b>1,265,964</b>	
<b>310</b>	<b>Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca</b>	<b>0</b>	<b>0.0%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
<b>320</b>	<b>Indústria e Energia</b>	<b>2,561,500</b>	<b>2.0%</b>	<b>2,480,000</b>	<b>81,500</b>	
321	Energia	2,561,500	2.0%	2,480,000	81,500	
3211	Iluminação Pública	2,561,500	2.0%	2,480,000	81,500	
<b>330</b>	<b>Transportes e Comunicações</b>	<b>1,284,767</b>	<b>1.0%</b>	<b>564,415</b>	<b>720,352</b>	
331	Transportes Rodoviários	1,284,767	1.0%	564,415	720,352	
3311	Rede Viária	1,047,638	0.8%	564,415	483,223	
3312	Sinalização	237,129	0.2%	0	237,129	
3313	Transportes, Parques e Terminais	0	0.0%	0	0	
332	Transportes Aéreos	0	0.0%	0	0	
333	Transportes Fluviais	0	0.0%	0	0	
<b>340</b>	<b>Comércio e Turismo</b>	<b>870,767</b>	<b>0.7%</b>	<b>570,047</b>	<b>300,720</b>	
341	Mercados e Feiras	4,000	0.0%	4,000	0	
3411	Mercados e Feiras	4,000	0.0%	4,000	0	
342	Turismo	566,047	0.4%	566,047	300,720	
3421	Turismo	866,767	0.7%	566,047	300,720	
<b>350</b>	<b>Outras Funções Económicas</b>	<b>3,267,967</b>	<b>2.6%</b>	<b>3,104,575</b>	<b>163,392</b>	
351	Outras Funções Económicas	3,267,967	2.6%	3,104,575	163,392	
3511	Outras Funções Económicas	2,543,863	2.0%	2,543,863	0	
3513	Núcleos Empresariais	553,712	0.4%	553,712	0	
3514	Orçamento Participativo	170,392	0.1%	7,000	163,392	
<b>4</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>7,305,487</b>	<b>5.7%</b>	<b>3,067,523</b>	<b>4,237,964</b>	
<b>410</b>	<b>Operações da Dívida Autárquica</b>	<b>3,762,737</b>	<b>2.9%</b>	<b>1,088,373</b>	<b>2,674,364</b>	
411	Operações da Dívida Autárquica	3,762,737	2.9%	1,088,373	2,674,364	
4111	Encargos da Dívida - Juros	1,088,373	0.9%	1,088,373	0	
4112	Amortização de Empréstimos	2,674,364	2.1%	0	2,674,364	
<b>420</b>	<b>Transferências entre Administrações</b>	<b>3,346,900</b>	<b>2.6%</b>	<b>1,783,300</b>	<b>1,563,600</b>	
421	Transferências entre Administrações	3,346,900	2.6%	1,783,300	1,563,600	
4211	Freguesias - Transferência de Competências	2,020,900	1.6%	1,233,300	787,600	
4212	Freguesias - Subsídios	550,000	0.4%	550,000	0	
4213	FAM	776,000	0.6%	0	776,000	
<b>430</b>	<b>Diversas não especificadas</b>	<b>195,850</b>	<b>0.2%</b>	<b>195,850</b>	<b>0</b>	
431	Diversas não especificadas	195,850	0.2%	195,850	0	
4311	Participação no Capital Social de Empresas	0	0.0%	0	0	
4312	Atribuição de Subsídios a diversas entidades	195,850	0.2%	195,850	0	

### Distribuição por Unidade Orgânica

Com a reestruturação orgânica dos Serviços do Município de Oeiras, publicada no Diário da República, 2.ª série, N.º 178, 15 de setembro de 2016, e a vigorar no ano de 2017, verifica-se naturalmente alterações quer na reorganização e reafecção de algumas competências adstritas aos diversos serviços municipais quer na criação de novas unidades orgânicas. Tem especial destaque a Direção Municipal de Administração Geral, a qual tem como missão apoiar o executivo na conceção e implementação de políticas e estratégias para o Município. Em face destas alterações não foi possível efetuar a evolução comparativa das despesas.

### Despesas por Unidade Orgânica e Tipologia

Unidades	PAM	Peso (%)	PPI	Peso (%)	Total	Peso
<b>TOTAL</b>	<b>128,023,360</b>	<b>100.0</b>	<b>96,890,737</b>	<b>100.0</b>	<b>31,132,623</b>	
Assembleia Municipal [AM]	155,301	0.1	155,301	0.2	0	
Câmara Municipal [CM]	376,739	0.3	376,739	0.4	0	
Operações Financeiras [OF]	3,762,737	2.9	1,088,373	1.1	2,674,364	
Direção Municipal de Administração Geral [DMAG]	7,075,044	5.5	4,891,775	5.0	2,183,269	
Departamento de Polícia Municipal e Proteção Civil [DPMPC]	1,906,215	1.5	1,850,515	1.9	55,700	
Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional [DGDO]	62,523,052	48.8	55,099,883	56.9	7,423,169	
Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística [DPGU]	185,210	0.1	183,710	0.2	1,500	
Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana [DHRU]	7,159,888	5.6	667,726	0.7	6,492,162	
Departamento de Obras Municipais [DOM]	13,656,248	10.7	5,285,822	5.5	8,370,426	
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos [DASU]	16,929,308	13.2	14,007,241	14.5	2,922,067	
Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento [DCPC]	2,442,364	1.9	2,337,764	2.4	104,600	
Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social [DCDS]	4,427,984	3.5	3,776,998	3.9	650,986	
Departamento de Educação [DE]	7,423,270	5.8	7,168,890	7.4	254,380	

Os **Serviços de Assessoria** apresentam um orçamento total de 7.075.044 €, onde o Gabinete de Apoio às Juntas [GAF] se destaca com a maior dotação. O GAF apresenta uma dotação de 2.020.900 € para prosseguir a gestão da delegação de competências para as Juntas de Freguesia.

O **Departamento de Polícia Municipal e Proteção Civil** propõe aumentar o valor das transferências para as corporações de Bombeiros, aumentando

assim a qualidade de vida do espaço público urbano, a segurança e bem-estar e a satisfação dos munícipes.

O **Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional** apresenta-se como o departamento com a maior dotação do orçamento municipal, cerca de 48,8%, para prosseguir as competências das divisões que fazem parte da sua estrutura orgânica. Desta estrutura destaca-se a Divisão de Recursos Humanos com a gestão do orçamento de pessoal com um peso de 34%, onde as despesas assentam no desígnio de reforço das competências e qualificações dos trabalhadores e no aumento da responsabilidade social do Município para com os seus trabalhadores e suas famílias, acionando o Fundo de Emergência Social nas situações de comprovada carência ao nível económico e social articulando com parceiros sociais respostas para situações de vulnerabilidade.

A Divisão de Gestão Patrimonial é a unidade que se apresenta com o segundo maior orçamento, cerca de 12.432.260 €, vê o seu orçamento aumentar face ao ano anterior, justificado pelas novas competências que passaram para a sua responsabilidade na sequência do novo Regulamento Orgânico, designadamente as despesas associadas à Unidade de Serviços Gerais.

O **Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística** exhibe com um orçamento de 185.210 €, valor que representa 0,1% do total do orçamento municipal, sendo a despesa associada à aquisição de serviços de inspeção de elevadores e outros a que maior peso apresenta no cômputo do seu orçamento.

O **Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana** regista uma dotação de 7.159.888 €, para prosseguir a gestão e o acompanhamento da empreitada do Centro de Saúde de Algés, reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, requalificação e reabilitação dos Centros Históricos, recuperação do Património Histórico e Cultural por parte da Divisão de Projetos Especiais. A Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional propõe-se dar continuidade aos trabalhos de manutenção e reparação corrente do parque habitacional, nas suas vertentes de reparação de fogos ocupa-

dos e devolutos, reabilitação exterior dos bairros municipais de habitação e reparação e requalificação de espaços de equipamento.

O **Departamento de Obras Municipais** com uma dotação de 13.656.248 € em orçamento, apresenta um peso de 10,7% no orçamento municipal. A Divisão de Gestão do Espaço Público e Infraestruturas Municipais é a unidade que maior percentagem lhe cabe gerir, dentro do departamento, cerca de 49,5% do total, para reformulação e reforço da iluminação pública, dando continuidade ao Plano de Iluminação do Concelho (PIC), com a escolha de equipamentos eficientes e resistentes, reparação e manutenção de arruamentos, manutenção e reparação do sistema semaforico, entre outros.

O **Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos**, com uma dotação estimada de 16.929.308 € apresenta-se como a segunda unidade orgânica com maior peso no orçamento municipal, com cerca de 13,2%. Nesta unidade orgânica destaca-se a Divisão de Espaços Verdes, com um orçamento de 4.824.842 €, representando 28,5% do total do Departamento.

O **Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento**, apresenta um orçamento de 2.442.364 €. Valor que regista uma redução substancial face ao Orçamento de 2016, uma vez que a Divisão de Educação passa a Departamento, com a reestruturação orgânica, e deixa de concorrer para este Departamento. Ainda assim ao DCPC cabe a o apoio aos agentes culturais municipais e a promoção de iniciativas de cariz cultural e turístico.

O **Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social** detém um orçamento para 2017 no montante de 4.427.984 € para projetos e iniciativas que respondam a necessidades relacionadas com a dimensão social da vida dos Munícipes, como a criação de oportunidades para a inclusão social e profissional, na complementaridade ao nível das respostas às famílias em situação de fragilidade económica e social, na promoção da participação social e adoção de estilos de vida saudável por via da educação para a saúde e pela prática de atividade física.

O Departamento de Educação, dispõe de um orçamento de 7.423.270 €, para dar continuidade às novas competências que foram adquiridas no ano de 2016 no âmbito da vigência do Contrato Interadministrativo de delegação de competências para a Área Educativa, onde a descentralização abrange a gestão de Pessoal Não Docente assim como a manutenção dos equipamentos escolares.

## ATIVIDADES A DESENVOLVER PELOS SERVIÇOS MUNICI- PAIS

### GABINETES

#### Gabinete da Presidência

No Gabinete da Presidência (GP), a estrutura orgânica que presta apoio direto ao Presidente do Município no desempenho das suas funções, coordenam-se e executam-se diversas atividades inerentes à assessoria política, técnica, protocolar e administrativa, tendo em vista uma gestão que se traduza na tomada das melhores decisões, que contribuam para uma maior qualidade para quem mora, trabalha ou visita Oeiras.

De entre as várias atividades refira-se, por exemplo, a recolha e tratamento de informação, a elaboração de informações, pareceres e estudos necessários à tomada de decisão, a representação do Presidente em diferentes atos, a assessoria de imprensa, a organização da agenda e das audiências públicas, o assegurar das funções de protocolo nas cerimónias e atos oficiais do Município.

Além do mais o GP também faz a “ponte” com e entre os vereadores, os dirigentes, os diferentes órgãos autárquicos e as demais entidades públicas e privadas e, também, assegura o contacto com todos os munícipes que queiram expor algum assunto ao Presidente da Câmara. Ao longo dos últimos anos, os colaboradores do GP efetuaram para cima de três mil audiências deste género.

Além de todas as atividades em cima descritas, em 2017, o Gabinete da Presidência dará *continuidade ao desenvolvimento e à promoção das relações institucionais entre o Município e outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com os municípios com os quais se encontra geminado ou mantém acordos de cooperação.*

Por último, com vista a atração de investimento e o intercâmbio entre empresas, o GP, à semelhança do que tem feito, dinamizará programas

de visitas institucionais, de cortesia e técnicas a delegações de municípios ou regiões de diferentes partes do mundo, promovendo a competitividade empresarial entre regiões, a investigação e o desenvolvimento em novas tecnologias, o intercâmbio entre polos universitários e a procura de novos mercados.

### **Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico**

Relativamente ao Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico (GCAJ), serviço de assessoria jurídica que tem por missão *zelar pela legalidade da atuação global do município nas suas múltiplas incidências*<sup>5</sup>, no cômputo geral, evidencia-se uma redução de verbas em cerca de (34,2%) relativamente ao período homólogo de 2016.

Esta situação resulta em particular do fim da despesa considerada na rubrica Aquisição por Via do Direito Privado de Terrenos, despesa que resulta da condenação do Município, pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, em sede de recurso apresentado pela empresa ROLIM COMERCIAL, S.A. ao pagamento de uma indemnização por uma expropriação de facto, em Paço de Arcos, cujo montante ascende a 464.843,00€, e que para efeito da execução deste Acórdão deverá ser paga até Dezembro de 2016.

Relativamente à rubrica Pagamentos em Cumprimento de Sentenças Judiciais Condenatórias procedeu-se a uma redução da dotação do ano transato em virtude da projeção que se fez com base na fase processual em que se encontram ações de natureza condenatória para pagamento de quantias pecuniárias em que o Município é demandado (exercício efetuado no âmbito das responsabilidades pelos contingentes).

No que concerne às demais rúbricas, mantêm-se as dotações orçamentais do ano anterior, ou com ligeiro aumento, considerando as sucessivas reduções orçamentais dos últimos anos, bem como as necessidades imperativas essenciais para a prossecução da missão do GCAJ.

Assim:

---

<sup>5</sup> Cf. artigo 27.º e artigo 30.º ambos do novo Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Oeiras, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 15 de setembro de 2016.

No que concerne à rubrica Despesas Judiciais, Emolumentares e Agentes de Execução, esta foi objeto de um ligeiro reforço para o ano de 2017, tendo em conta *o aumento de emolumentos com a celebração de escrituras públicas*, bem como com a litigiosidade e custos inerentes ao acesso à justiça, aumentando-se a respetiva dotação para 60.000,00€;

No que concerne à rubrica Indemnização a Pagar no Âmbito de Processos de Acidente, considerando o volume de processos pendentes e a existência de *uma nova apólice de seguro de cobertura da responsabilidade civil extracontratual do Município* e da franquia contratual àquela inerente (250,00€), previu-se uma dotação de 10.000,00€, passando a mesma a ser plurianual;

Por último, a rubrica Pareceres Jurídicos a solicitar a Juriconsultos Externos e Aquisição de Serviços foi reforçada, contemplando verba necessária para, em virtude do grau de especialidade nas áreas do Direito e em articulação com os recursos disponíveis nos serviços, fazer face às necessidades do Município neste domínio.

### **Gabinete de Desenvolvimento Municipal**

Inerente às atribuições do GDM mantem-se a preocupação em promover e desenvolver estudos, análises e levantamentos relevantes nas áreas de atuação do Município de Oeiras, tendo em vista a sua potenciação tecnológica, o planeamento e o desenvolvimento estratégico e prospetivo, bem como a estratégia *“Cidades Sustentáveis 2020” e Smart Cities*.

Tendo presente as prioridades de intervenção dos fundos comunitários no período 2014-2020 continuar-se-á a recolher, acompanhar e difundir pelos serviços a informação relativa a instrumentos financeiros, comunitários ou nacionais, instruindo os processos de candidatura e acompanhando posteriormente as fases de apreciação e aprovação.

Quanto às outras áreas de trabalho mais estruturantes, elas centrar-se-ão:

1. *Monitorização do Plano Diretor Municipal* – uma vez aprovado o PDMOeiras impõe-se assegurar a sua monitorização tendo por base os indicadores de monitorização territorial nele definidos, incidindo sobre os seguin-

tes aspetos: Verificação da realização das medidas e das ações propostas pelo PDM – monitorização da implementação; Avaliação do grau de alcance das metas do PDM e dos resultados alcançados – monitorização de impactes; Confirmação da adequação das medidas e das ações propostas ao alcance dos objetivos – monitorização estratégica;

2. **A Agenda 21 Local de Oeiras, Oeiras 21+**, continuará a ser dinamizada pelo Grupo Oeiras 21+ (Despacho 66/2014 de 11 de Junho), sob coordenação do GDM, e envolverá em 2017 as seguintes ações:

> Continuar a apostar na qualificação, formação, debate e reflexão sobre os temas da sustentabilidade local, realizando quatro “Pequenos-Almoços com a Sustentabilidade”;

> Continuar a promover a divulgação externa dos planos, projetos e ações do Município relevantes para o Desenvolvimento Sustentável, através da distribuição da newsletter eletrónica trimestral, da realização dos “Pequenos-Almoços com a Sustentabilidade” e da participação noutras eventos nacionais com vista à troca de experiências;

> Promover o processo participado de revisão da Agenda 21 Local de Oeiras durante o ano de 2017, mediante uma reflexão alargada sobre a visão, estratégia e plano de ação para a sustentabilidade do concelho de Oeiras para o próximo quinquénio (2015 - 2020).

> Acompanhamento do processo de implementação das ações enquadradas no âmbito da Agenda 21 Local, nomeadamente os Projetos-Motor.

3. PROCESSO DE **Orçamento Participativo**

O Grupo de Trabalho do Orçamento Participativo irá acompanhar a implementação das propostas aprovadas no âmbito das duas edições do processo (2012/2013 e 2014/2015), e continuar o processo de reflexão dos novos termos de referência para os próximos processos, por forma a ultrapassar as dificuldades e contingências das primeiras edições.

4. GRUPO DE TRABALHO DOS **Eventos Sustentáveis**

O Despacho nº 34/2015 de 21 de Abril levou à criação do Grupo de Trabalho dos Eventos Sustentáveis, coordenado pelo GDM em articulação com o Sr. Vereador Ângelo Pereira. Em 2017 prevê-se que o Grupo de Trabalho dê continuidade ao seu trabalho de acompanhamento e promoção de boas práticas dos eventos realizados no concelho de Oeiras.

5. PROJETO-PILOTO BAIRRO 21

Por Despacho de 22/4/2015 sobre a Informação nº 12/GPDEIG/2015 de 25/3, foi decidido levar *a cabo um projeto-piloto de agenda 21 de Bairro*, com a designação “Projeto-piloto Bairro 21”, que envolve um grupo de trabalho interdepartamental sob coordenação do GDM.

Elaborado o relatório referente ao Diagnóstico do Bairro prevê-se o desenvolvimento das seguintes fases de trabalho:

- I. Identificação de Propostas e estabelecimento de prioridades;
- II. Plano de Ação - compromisso dos parceiros da Agenda 21 de Bairro;
- III. Arranque da implementação do Plano de Ação.

6. PLANO DE REDUÇÃO DE RUÍDO

Uma vez aprovado pela Câmara Municipal o *Plano de Redução e Ruído de Oeiras* e feita a respetiva Discussão Pública irão desenvolver-se os trabalhos inerentes à sua monitorização.

7. PACTO DOS AUTARCAS INTEGRADO PARA O CLIMA E A ENERGIA DE OEIRAS – PAICEO.

Na sequência da decisão do Município de aderir ao PAICEO torna-se necessário proceder à realização de vários estudos dos quais se destaca a elaboração de proposta *de Plano de Adaptação às Alterações Climáticas*

8. Acompanhamento da *dinâmica empresarial de Oeiras*

Neste domínio pretende-se dar continuidade ao trabalho de recolha, compilação, tratamento, produção e difusão de informação e conhecimento, no domínio do Desenvolvimento Económico e Social. Sempre que considerado pertinente faz-se a comparação dos indicadores socioeconómicos com a média nacional e a AML. A análise trimestral e semestral das estatísticas do desemprego registado reveste-se, também, de particular relevância e insere-se na preocupação que o GDM tem de análise de informação estatística, que se encontra disponível nas diversas fontes, relativa ao Emprego, Desemprego e Empresas, e que é fundamental como apoio em qualquer processo de decisão.

9. Análise Estatística

Com base em informação disponível nas diversas fontes oficiais pretende-se continuar a manter atualizada os estudos que suportam o posicio-

namento do concelho de Oeiras na AML incidindo sobre uma série de indicadores: população, habitação e condições de vida, educação, saúde, emprego e empresa, cultura e turismo, proteção social, justiça e segurança, finanças autárquicas e eleitores, tecnologia e informação, território, energia e ambiente. Trata-se de disponibilizar internamento, pela presença noutros grupos de trabalho com destaque para o *Programa Rede Social*, mas também para o nível exterior, análises com leituras relevantes sobre o território de Oeiras nos mais diversos domínios, que possam permitir suportar os diagnósticos, a monitorização e a avaliação das dinâmicas urbanas e territoriais nas suas múltiplas facetas e que simultaneamente seja suporte ao processo de tomada de decisão.

No âmbito do Programa da Rede Social, em 2017, será atualizado o *Diagnóstico Social de Oeiras* e elaborado o novo Plano de Desenvolvimento Social, com contributo do GDM decorrente da sua participação no Núcleo Executivo da Rede Social de Oeiras.

10. PLANO DE URBANIZAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA - Sub UOPG Litoral Poente - iniciado em 2016 com participação de vários técnicos do GDM no grupo de trabalho que está responsável pela sua elaboração, prevê-se a continuidade dos trabalhos no próximo ano.

#### 11. Informação Geográfica

Neste domínio pretende-se:

> Promover as ações inerentes à manutenção e *desenvolvimento de um sistema de informação geográfica municipal*, integrado com o Enterprise Resource Planning (ERP) do Município;

– Integração de SIG com ERP: Processos de Obras, Processos de Loteamento, Património Municipal, etc.

> Definir e implementar uma *Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE)* com serviços de pesquisa, visualização, descarregamento, transformação (tendo em vista a interoperabilidade) e outros serviços que permitam invocar serviços de dados geográficos, estando de acordo com as especificações técnicas emanadas pelo Open Geospatial Consortium (OGC);

– Manutenção da Infraestrutura IDE

- Soluções e serviços de dados para monitorização de viaturas (Cartrack)
- Elaboração do cadastro de iluminação pública
- Desenvolvimento de módulos da Framework MunWebGis, incluindo o desenvolvimento de aplicações móveis: Gestão de Redes Rodoviárias Municipais; Proteção Civil; Oeiras eCity; Espaços Verdes, Recolha de RSU, Educação, etc.
- > Dotar de toda a informação geográfica, em ambiente SIG, de metadados de acordo com o *perfil de Metadados de Informação Geográfica* (MIG);
- > Assegurar o desenvolvimento e manutenção de bases de dados de informação cartográfica de âmbito municipal e promover a criação de condições para a sua divulgação aos serviços;
- GeoPortal: desenvolvimento e manutenção de novos canais e gestão de conteúdos
- > Assegurar a *aquisição e manutenção do cadastro SIG* de infraestruturas subterrâneas e aéreas em articulação com as entidades exploradoras das respetivas redes, designadamente abastecimento de água, saneamento básico, eletricidade, gás, telecomunicações;
- > Desenvolvimento e manutenção de um *sistema municipal de endereços* em articulação com os serviços de toponímia e números de polícia;
- GeoPortal: manutenção dos conteúdos do módulo Toponímia
- > Conceção, desenvolvimento e manutenção de um *banco de dados estatísticos do território municipal* em articulação com as entidades competentes;
- > Analisar todas as necessidades de informação geográfica na autarquia, dando prioridade aos temas constantes nos anexos da diretiva INSPIRE;
- Atualização da cartografia topográfica à escala 1/2000 e respetiva homologação
- Aquisição/manutenção de Bases de Dados Geográficas de diferentes áreas temática (Edifícios, Comercio e Serviços, Equipamentos, Rede Viária, entre outras)
- > Promover e articular a partilha de informação geográfica relevante com a Proteção Civil e Forças de Segurança para suporte a *Planos de Defesa e*

*de Emergência*, a ações de prevenção de catástrofes e acidentes, alerta e socorro e recuperação de áreas atingidas;

– Elaboração de *Cartografia Temática* (de Risco, de suporte aos IGT, ou outra)

> Implementação de procedimentos que garantam a qualidade total dos produtos do GIS com vista à certificação, segundo as especificações “International Organization for Standardization” (normas ISO) da série 9000;

> Dar apoio a todos os serviços na utilização da informação geográfica;

> Desenvolver um Plano de Formação Interno do Município de Oeiras definido em articulação com a DRH/NPS, em domínios SIG e CAD.

### **Gabinete de Apoio às Freguesias**

No ano de 2017, as principais preocupações mantêm-se sobretudo no acentuar de um rigoroso controlo de despesa motivado pela atual necessidade de contenção financeira: continuar a tornar o controlo da despesa eficiente, particularmente no que se refere nos apoios às festividades, quer em termos da atribuição de apoios financeiros, quer em termos do apoio logístico; procurar reforçar os contactos e a passagem de informação dos serviços do Município de Oeiras para as Juntas de Freguesia e vice-versa; continuidade da delegação de competências nas Freguesias e Uniões através dos Acordos de Execução e dos Contratos Interadministrativos, e acompanhar a sua operacionalização propondo soluções, muitas vezes em articulação com as várias unidades orgânicas, conforme as competências técnicas, de modo a tornar a execução pelas Freguesias o mais eficiente possível.

Deste modo, irão manter-se as rubricas: despesa de capital e despesa decorrente, relativas à transferência das verbas correspondentes à execução das Juntas de Freguesia no âmbito dos *Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos*.

Continuará, também, o *apoio às festividades das Juntas de Freguesia*, Paróquias e Coletividades do Concelho, no que respeita ao apoio logístico e organizacional, bem como financeiro, mantendo sensivelmente os valores do ano anterior, contemplando desta forma as *iniciativas de apoio a*

*transportes no âmbito das festividades e comemorações das freguesias*, apoio ao fogo de artifício da festa do Sr. Jesus dos Navegantes e o apoio às festividades populares - sardinhada. Relativamente ao apoio logístico, o GAF faz a articulação com as restantes unidades orgânicas, sendo que é uma situação que só tem expressão financeira nas unidades orgânicas responsáveis pelos diversos tipos de apoio logístico: cedência de palco, divulgação, equipamento técnico variado, som, apoio técnico, auditórios, limpeza, autocarros, mesas, cadeiras, entre outros.

O tratamento de informação: continua a ser dada grande relevância à visibilidade do trabalho das Freguesias no âmbito dos Acordos de Execução (com a colaboração da Divisão de Higiene Urbana) e dos Contratos interadministrativos, com a apresentação de registo fotográfico. Procurando-se, simultaneamente, registar o estado anterior à intervenção e a forma como ficou após a intervenção. Será feita a apresentação de breves pontos de situação, por bimestre, relativos à evolução da execução financeira das Juntas de Freguesia. À semelhança dos anos anteriores será também preparado um relatório anual resumo das intervenções efetuadas, dando especial enfoque à realização física, bem como um relatório com vista à apreciação à forma como decorreram as festividades.

### **Gabinete de Comunicação**

Nunca antes se produziram e consumiram tantos conteúdos, nunca a informação circulou tão rapidamente e nunca a dispersão de audiências teve tanto impacto. O digital alterou profundamente o modelo de negócio e paradigma da comunicação exigindo uma grande capacidade de adaptação na gestão do conhecimento pondo-o ao serviço da produção e circulação de conteúdos diferenciadores.

É neste contexto que é vital definir *estratégias mais criativas* e é neste quadro de novas oportunidades que surgem as propostas para 2017.

Considerando que compete ao Gabinete de Comunicação responder pela política de comunicação global do município, mediante a conceção, proposta e execução de ações tidas como adequadas à difusão de informa-

ção e promoção da boa imagem institucional, tanto ao nível interno como a nível externo, traçamos um plano que responde pelo conjunto das orientações estratégicas do município de Oeiras. Estas orientações estão previstas no Mapa Estratégico Corporativo do Município (ME) para o quadriénio 2014-17, materializadas nos objetivos estratégicos que, para a área da comunicação são: Assegurar a satisfação dos munícipes e partes interessadas e Promover a Comunicação, Informação e Imagem Institucional. Aos objetivos estratégicos foram associadas dez ações síntese que vão orientar toda a atividade do Gabinete de Comunicação no decurso do ano de 2017.

A nossa prioridade vai ser dada aos *meios digitais de difusão de informação regular não só aos munícipes de Oeiras*, como a todos os que vivem, trabalham ou fruem do concelho, quer a nível nacional quer a nível internacional. Para esta finalidade o município dispõe de uma *plataforma digital integrada*. O principal suporte é o portal do município de Oeiras na Internet, que está a ser alvo de uma profunda transformação não apenas ao nível do layout gráfico mas principalmente em toda a lógica de produção e disponibilização de conteúdos e arquitetura tecnológica, prevendo que esteja disponível uma renovação de fundo no primeiro trimestre de 2017. Manterá como objeto a *disponibilização de informação de qualidade*, de forma democrática, simples, acessível e transparente, garantindo a promoção pública das iniciativas da autarquia e prevendo o acesso de todos os cidadãos, particularmente aqueles que possuem necessidades especiais, estando garantida a acessibilidade através de mecanismos de vocalização de conteúdos e multiplataforma. No novo portal ficará disponível uma *funcionalidade que prevê a tradução automática de conteúdos em qualquer língua*. De referir ainda que com o *alargamento dos pontos de acesso a Internet* – Oeiras Wifi – e ainda em espaços criados especificamente para o efeito, se vai assegurando a progressiva democratização do acesso à informação junto daqueles que não possuem estes meios em casa. O segundo suporte desta plataforma é o *canal Oeiras* que tem uma programação diária sendo disponibilizadas notícias, destaques e vídeos temáticos sobre a vida social, cultural e desportiva do concelho. O objetivo de alargamento a outros pontos vitais de difusão de informação no

município, permitindo-nos assim chegar a outros públicos, foi conseguido, estando atualmente disponível em 7 locais do concelho, a saber, nas zonas de atendimento nos paços do concelho – geral e urbanismo – no atendimento da Habitação no Bairro de Pombal e em todos os Espaço Cidadão sites no concelho. Por último, e de forma cada vez mais relevante, é de salientar o investimento na presença do Município de Oeiras nas principais redes sociais na internet, que dinamizam de uma forma simples e com recurso a suportes multimédia, a presença institucional dando visibilidade aos órgãos do município, às atividades da autarquia e aos serviços que a mesma presta ao cidadão, permitindo-lhe interagir com a autarquia de forma rápida e cómoda. São eles:

- > Twitter ([www.twitter.com/municipiodeoeiras](http://www.twitter.com/municipiodeoeiras));
- > Issue (<http://issuu.com/municipiodeoeiras>);
- > Youtube (<http://www.youtube.com/municipiodeoeiras>);
- > Linkedin (<http://pt.linkedin.com/municipiodeoeiras>);
- > Flickr (<http://www.flickr.com/photos/municipiooeiras/>)
- > o Facebook ([www.facebook.com/municipiodeoeiras](http://www.facebook.com/municipiodeoeiras)) no qual conta já com cerca de 35800 pessoas a acompanhar quotidianamente o que se passa em Oeiras.
- > Está prevista ainda a integração com aplicativos móveis para as plataformas IOS levando Oeiras mais longe de forma mais imediata.

No plano da divulgação e promoção da imagem institucional do município, para além de ser assegurada toda a comunicação urbana e institucional, a grande transformação dá-se com **a integração do roteiro cultural Trinta Dias no Boletim Oeiras Atual**, levando a programação cultural, desportivo e recreativa junto de todos os munícipes. Vamos editar cinco publicações periódicas, uma em encarte: o Roteiro Trinta dias (6 edições), o Boletim Oeiras Atual (6 edições), a Oeiras em Revista através da qual se difunde informação seletiva e de prestígio do Município (2 edições) e ainda as revistas “Real Idade” e a nova **“POS – Programa Oeiras Solidárias”** que se afirma como a revista de responsabilidade social do Município de Oeiras (ambas com uma edição por ano). Foi descontinuado o investimento específico em exposições e eventos de larga escala através da criação e produção do stand institucional, dado que esta presença será

dinamizada através do stand móvel airstream concebido de forma versátil para se ajustar às diferentes ações de comunicação do Município de Oeiras.

O número de ações previstas mantém-se em número mas altera em natureza de conteúdo relativamente às desenvolvidas no ano anterior, sem acréscimo significativo de orçamento. O gabinete mantém-se como um pólo de serviços multi-canal que comunica a identidade, a imagem e o modo como a autarquia se relaciona, no quadro das responsabilidades políticas e cívicas que lhe estão acometidas, com a comunidade local, regional, nacional e internacional, acumulando a vertente de comunicação interna que, embora parcialmente, já vinha a assumir com o trabalho desenvolvido no âmbito da reestruturação gráfica e de conteúdos da intranet.

### **Gabinete de Tecnologias e Sistemas de informação**

Enquanto serviço interno de suporte, o GTSI assume a responsabilidade e dever de atender às necessidades das várias unidades orgânicas no âmbito dos Sistemas, Tecnologias de Informação e de Comunicação. Face ao suporte que os recursos tecnológicos representam para as organizações atuais, a exigência na disponibilização das estruturas técnicas e equipamento tecnológico é complementada pela implementação de soluções aplicacionais de suporte à atividade municipal e respetivos processos críticos e/ou transacionais.

Durante 2017 será realizada a *implementação e consolidação de vários projetos* que se têm desenvolvido ao longo dos períodos mais recentes. Entre os mesmos releva-se o *Sistema Integrado de Gestão da Receita (SIGR)* que esteve em implementação progressiva ao longo dos últimos meses de 2016, assim como o *Sistema Integrado de Gestão da Despesa (SIGD)*, mais recentemente desenvolvido. Ambos integrarão a nova arquitetura Enterprise Resource Planning (ERP). Esta nova arquitetura, cuja implementação resultou das dificuldades há muito sentidas e manifestadas pelos serviços, com especial ênfase na área financeira relativamente à fraca qualidade dos dados extraídos da anterior solução, foi o culminar do processo de estabilização do SIGR e das vicissitudes decorrentes das

dificuldades de integração com o ERP AIRC em funcionamento no Município desde final de 2006. Também enquadrados neste conjunto de projetos críticos, será realizada a consolidação das soluções implementadas no final de 2016, nomeadamente a nova solução de Gestão Documental e da solução de Gestão de Atendimento com funcionalidades de CRM (Customer Relationship Management), assim como a integração com novo módulo de SelfCare, a saber serviços on-line, numa primeira fase focalizado apenas no atendimento genérico. Acresce a este projetos a conclusão no desenvolvimento e implementação da solução *de Gestão da Manutenção da DEM – Divisão de Equipamentos Municipais e da DHU – Divisão de Higiene Urbana* que teve início no final do período transato, a consolidação do nova solução de gestão da formação para a área de DRH, garantindo as funcionalidades de suporte a esta atividade específica dos Recursos Humanos. De elevada criticidade para o Município na perspetiva comunicacional, será também consolidada a implementação de novo Portal Institucional Município de Oeiras, cujo desenvolvimento funcional e de imagem decorreu ao longo dos últimos meses e que se prevê que entre em funcionamento a 31 Dezembro 2016.

No que concerne aos novos projetos para 2017, numa perspetiva genérica, será dada continuidade ao levantamento das necessidades funcionais e implementação de novos Sites e Sistemas de informação identificados pelos serviços ou resultantes das análises realizadas pela equipa interna junto dos mesmos. O mesmo será realizado no âmbito dos equipamentos necessários de disponibilizar aos serviços e soluções comunicacionais identificadas.

Durante este período, será também implementado e consolidado o *Projeto de infra-estruturação do Parque dos Poetas em rede WIFI de larga cobertura*, assim como a identificação e *implementação de soluções digitais e IOT* (Internet Of Things) que permitam alavancar a eficiência da gestão financeira dos custos de manutenção daquele equipamento, assim como tornar mais apelativo e explorável o tema do parque através da inovação da experiência de utilização/usufruto do mesmo pelos respetivos visitantes.

No mesmo contexto, será dada especial atenção à arquitetura aplicacional e de dados na integração de soluções verticais que venham a ser identificadas em complemento à Gestão de Ocorrências implementada durante 2016 e integrada na *nova Plataforma de Gestão do Projeto Oeiras SmartCity*. Este projecto continuará a ser articulado com o GDM, gestor da plataforma.

Será realizada a implementação de outras soluções que se prevêem de impacto na operação de várias unidades orgânicas. Entre as mesmas, e por não ter tido implementação no ano transacto, destaca-se a solução de Gestão Transversal de Pedidos, que permitirá às várias unidades orgânicas a gestão/monitorização do estado de pedidos que lhe são solicitados pelos vários serviços, independentemente da natureza dos mesmos. Complementarmente serão *desenvolvidas soluções no âmbito da Ação Social e rede sem-abrigo, Desporto, no suporte aos vários eventos, Bibliotecas, na potenciação da rede de serviços ao público, Atendimento, evolução da solução de gestão de filas de espera e TV corporativa, entre outras*.

Durante 2017 prevê-se a implementação faseada das ferramentas Office 365, com a atualização das versões do software desktop de apoio às normais tarefas desempenhadas pelos utilizadores com o apoio do computador, mas também com as novas ferramentas de comunicação interna no seio da denominada Web 2.0 e 3.0, no que representa para as organizações da presente década.

Para o período em análise, está assegurado o recurso ao desenvolvimento interno de outras soluções aplicacionais que integram o Plano Interno de Desenvolvimento do GTSI definido para 2017 e de acordo com a metodologia de Gestão de Projetos implementada. Neste contexto será realizada a expansão da ferramenta/plataforma de EPM (Enterprise Project Management) por outros serviços que desenvolvem projetos na organização, prestando e consolidando serviços internos de PMO (Project Management Office).

Está também prevista a *contínua cobertura da rede OeirasWIFI no Concelho de Oeiras*, reforçando e interligando os vários espaços públicos de

forma abrangente, promovendo a mobilidade do munícipe e visitantes dos mesmos.

Na vertente mais operacional de suporte e manutenção da atual infraestrutura, o GTSI assegurará as operações gerais de suporte desta unidade orgânica, garantirá o *suporte informático, apoio aos diversos serviços municipais e às escolas básicas do concelho*, bem como a disponibilização de recursos de correio eletrónico, acesso à Internet e rede de dados, impressão, serviços de comunicações de voz (fixo e móvel) e gestão do parque informático com os níveis de segurança e fiabilidade adequados ao Município.

Encontrando-se a GTSI integrada no Sistema de Gestão da Qualidade do Município, com a implementação do Processo Gestão de Tecnologias e de Sistemas Informação, integrando as atividades de Gestão de Pedidos de Intervenção, Gestão de Backups de Segurança e Gestão de Portfólio de Projetos, 2017 será período de expansão para outras atividades. Acresce a esta ambição a definição de plano de integração/certificação na Norma ISO 20000 de Gestão de Serviços TIC, ficando salvaguardada a evolução dos processos/atividades da área de informática do Município no sentido da melhoria contínua.

Na perspetiva financeira, e à imagem de anos anteriores, será também dada especial atenção à imputação interna aos serviços municipais dos custos de licenciamento de software, consultoria de apoio externo, custos indiretos dos projetos desenvolvidos/implementados, como forma de custeio, o reporte periódico de informação relativa aos consumos de recursos informáticos de cada serviço e utilizador, de onde se destacam os consumos com comunicações de voz, internet, correio eletrónico, espaço em disco e número de solicitações de apoio informático, sempre numa perspetiva de contabilidade analítica. Será também assegurada a correta gestão orçamental da GTSI, minimizando os custos de exploração das soluções implementadas e das novas iniciativas na área TIC e dos SI's.

Face ao exposto, e para além da satisfação do conjunto de necessidades operacionais dos serviços ao nível de Sistemas e Tecnologias de Informa-

ção que decorrem ao longo do ano, estamos em crer que 2017 será um período de consolidação dos projetos inovadores recentemente implementados ou com implementação agendada para início do mesmo, *reforçando a imagem de um Município moderno e empenhado na crescente qualidade dos serviços disponibilizados através das plataformas tecnológicas de elevada funcionalidade* e usabilidade no quadro das necessidades identificadas do munícipe.

## **DEPARTAMENTO DE POLICIA MUNICIPAL E PROTEÇÃO CIVIL**

Durante o ano de 2017 pretende-se dinamizar ainda mais a função preventiva e fiscalizadora do DPMPC e aumentar a sua eficácia e eficiência e qualidade dos serviços prestados (DPM, DACO e SPC), aumentando desta forma a qualidade do espaço público urbano, a segurança e bem-estar e a satisfação dos munícipes.

Para atingir este objetivo, no âmbito da DPM há a necessidade de aumentar o número de efetivos afetos ao policiamento de proximidade nas zonas históricas e património municipal, o número de ações preventivas e fiscalizadoras e dar continuidade às ações de sensibilização e formação junto dos idosos e das escolas. Pretende-se com estas ações de sensibilização e vigilância junto dos idosos contribuir para um aumento do seu sentimento de segurança e qualidade de vida. É de referir que se encontra ligado ao DPMPC, o sistema de teleassistência.

No decurso do serviço, os Agentes têm-se deparado com situações/ocorrências em que se constata a necessidade de formação técnico-profissional em algumas áreas, situação que urge ultrapassar com o aumento do número de ações de formação, de forma a melhorarmos a nossa eficácia e eficiência e, por conseguinte, a qualidade do serviço prestado e imagem. É também determinante para atingirmos este desiderato que a polícia municipal seja dotada de meios humanos e equipamentos necessários e adequados ao desempenho das suas funções.

É indispensável que se faça, em colaboração com todos os atores da segurança, uma análise da situação social e da segurança do concelho com o objetivo de se implementar novos modelos de policiamento, instru-

mentos essenciais para a prevenção da criminalidade e aumento da segurança.

Há ainda, em matéria de segurança, na vertente da proteção e socorro, a necessidade de aprofundar no plano pedagógico e informativo a intervenção do Serviço de Protecção Civil (SPC), procurando sensibilizar a sociedade civil, em particular a comunidade escolar e as juntas de freguesia, para situações de risco, pelo que se torna imperioso aumentar o número de ações de sensibilização e formação e dar continuidade ao projeto da “Semana da Protecção Civil”.

A política de apoio às corporações de bombeiros será mantida no intuito de aumentar a sua eficácia, eficiência e prontidão, dotando-as de formação, meios e recursos adequados às suas necessidades, entre outros, com a manutenção dos GPS, reforçando-os com mais 1 elemento em relação a 2016, passando de 3 para 4 elementos em 2017.

Manter-se-á também a estreita colaboração e articulação com as corporações de bombeiros, no sentido de assegurar a sua eficiência e eficácia em situações de prevenção, emergência e resposta.

O SPC continuará a dar apoio às várias solicitações das diversas unidades orgânicas da câmara, zelando pelo cumprimento das normas de segurança dos espaços e equipamentos municipais. O apoio à realização de diversos eventos, traduzir-se-á na disponibilização de meios próprios e/ou das corporações de bombeiros (meios humanos e materiais).

Assegurará ainda a avaliação das vulnerabilidades municipais perante situações de risco, em estreita colaboração com entidades locais e nacionais, bem como a elaboração de planos de contingência em situações de emergência.

No âmbito das competências e atribuições da DACO, pretendemos dar continuidade ao processo de desburocratização e racionalização dos serviços, desenvolvendo novas práticas e metodologias de trabalho, e diminuir a pendência de processos de contraordenação, dado o seu efeito preventivo, no sentido de aumentar a satisfação dos munícipes.

Com este objetivo é nossa intenção implementar um sistema integrado de contraordenações, o qual não foi possível em 2016, que deverá incluir o de contraordenações de trânsito gerido pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, por forma a desmaterializar, otimizar, automatizar, controlar, uniformizar procedimentos, diminuir, acelerar e agilizar tempos de resposta do processo.

### **DEPARTAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL**

A elaboração das GOP'S e Orçamento de 2017 foi efetuado na via das orientações estratégicas traçadas para o Município, tendo em conta os desafios e oportunidades colocados a este Departamento, não só pela sua dimensão, como pela relevância dos conteúdos que abrange e pela transversalidade e suporte no contexto municipal.

Da aprovação da Nova Orgânica publicada a 15/09/2016, resultou para o Departamento a sua integração na Direção Municipal de Administração Geral, designada abreviadamente por DMAG, que tem por missão fundamental apoiar o executivo na conceção e implementação de políticas e estratégias para o município, a desintegração da Divisão de Tecnologias e Sistemas de Informação, os ajustamentos dos conteúdos funcionais das Divisões de Recursos Humanos, Divisão de Modernização Administrativa e Divisão de Gestão Patrimonial, mantendo-se inalteradas as demais Divisões/Unidades Orgânicas.

Neste contexto mantem-se, a orientação de consolidação, *num cenário de quebra acentuada de receita de capital*, com a preocupação de ajustar a despesa à disponibilidade financeira efetiva do Município, respeitando as regras de equilíbrio orçamental e limite da dívida, bem como, a *preocupação com o cumprimento das normas legais aplicáveis e da consistência dos objetivos fixados aproximando o universo do Orçamento à conformidade das ações*, através de um acompanhamento e controlo de projetos de investimento, incluindo parcerias e concessões, que permita uma linha de atuação norteada para o desenvolvimento de projetos, financeiramente sustentáveis e orçamentalmente enquadrados, assentes numa adequada ponderação de custos e benefícios, vocacionados para potenciar uma gestão transparente e eficaz, suscetível de otimizar a qualidade

dos serviços prestados aos cidadãos e a boa utilização dos recursos públicos.

Este Departamento, segue uma dinâmica de funcionamento assente numa filosofia de serviço público orientado para o cidadão, apoiando-se na capacidade de participação e esforço dos serviços, no reforço coletivo, para a modernização, partilha de melhorias e assunção de responsabilidades numa organização que se pretende mais progressiva/moderna, fomentando-se uma cultura pró-ativa que representa uma mais-valia, com ênfase na consistência de funcionamento, norteado pela eficiência, eficácia, através de uma comunicação interativa e aberta com os diversos serviços no acompanhamento das iniciativas e projetos, transmitindo e recebendo informação sobre conteúdos e objetivos pretendidos com os mesmos.

Pretende-se ainda um reajustamento na organização dos serviços, dotando-os de uma melhor e maior capacidade de resposta quer na articulação com outros serviços municipais, quer na sua ligação ativa e dinâmica com outras atividades (Conservatórias, Serviços de Finanças, e outros Organismos Públicos), *simplificando aspetos estruturais, circuitos e procedimentos, e apostando na crescente modernização e qualificação dos serviços que integram esta Unidade Orgânica*, garantindo a salvaguarda dos ativos, a regularidade e o cumprimento de todos os procedimentos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável.

Este Departamento, prossegue o seu interesse, a nível de planeamento e gestão estratégica, na *informatização integrada das finanças do município*, e bem assim, na articulação e garante das condições necessárias à transição para o Sistema de Normalização Contabilística (SNC, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2017), com a adoção de normas harmonizadas às normas internacionais de contabilidade.

Resulta, desde logo, do Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de Setembro, uma necessidade de mudança e modernização encaradas como um pilar essencial a uma administração de qualidade, alterando mentalidades no sentido de acautelar a melhor gestão dos dinheiros públicos, planeando (definindo metas, critérios e prioridades) e operacionalizando as ações,

porquanto esta matéria trata bem mais do que uma questão meramente económico-financeira, importando o envolvimento e responsabilidade de todos.

Os desafios e oportunidades que se colocam, face à mudança estrutural implementada, no sentido de melhorar e reforçar a sustentabilidade, requer recursos, com novas e melhores qualificações, contribuindo para a melhoria da gestão e aumento da qualidade do serviço público prestado, sem os quais estarão em causa as transformações e procedimentos conducentes à instalação de uma plataforma de comunicação transversal ao município.

Nos pressupostos elencados resta evidenciar os objetivos propostos pelas unidades orgânicas que compõem o Departamento, ressalvando ainda, que este plano não se poderá cingir a uma inventariação de objetivos e ações a desenvolver por estas (unidades orgânicas), ao contrário, terá de ser visto como um documento dinâmico e aberto a toda a comunidade, incluindo aos parceiros externos, integrando os seus contributos neste esforço de adequação permanente. Pretende-se com o presente texto uma reflexão interna no contexto atual, resultando desta análise a necessidade de acentuar estes objetivos e um crescimento qualitativo dos mesmos.

São objetivos primordiais do [Serviço de Execuções Fiscais](#) para o ano de 2017:

Sem prejuízo da natureza dos processos que se tramitam neste Serviço de Execuções Fiscais, sendo a qualidade do serviço público um fator de bem-estar, coesão social e equidade, que proporciona uma base institucional potenciadora da competitividade económica, a qualidade dos serviços prestados depende do cumprimento de critérios de eficiência e eficácia, pautada pela competência, simplificação, rigor e celeridade.

Nesse contexto, mantem-se a adoção de medidas de natureza administrativa e organizacional, visando a modernização e melhoria na atuação, de onde se destacam, a formação de todos os trabalhadores afetos à unidade orgânica e a preparação para a certificação do serviço.

Também assim, *pretende-se aumentar o valor de cobrança, face ao ano 2016, em 5%*, centrar a atuação nas áreas que a seguir se apresentam, consideradas cruciais ao bom desempenho, com elevados níveis de eficácia integrada, eficiência e visando a sua afirmação como uma organização moderna, transparente e produtiva, que presta um serviço de alta qualidade e valor:

- > Na identificação das prioridades de atuação que garantam resultados com elevados índices de eficiência e eficácia;
- > Na colaboração com outras entidades públicas tendo em vista a obtenção de informação que potencie os resultados das ações de controlo, designadamente possibilitando a realização de cruzamentos de dados (Base de dados de Identificação Civil);
- > Na continuação da aposta na melhoria dos sistemas internos de gestão e informação.

### **Divisão de Modernização Administrativa**

No âmbito da reestruturação orgânica e para o ano de 2017, a Divisão de Modernização Administrativa (DMA), privilegiará os projetos no âmbito da Modernização Administrativa e Qualidade em Serviços Público, nos seguintes domínios:

No que respeita ao *Modelo Integrado de Gestão – MIG*, suportado na metodologia de *Balanced Scorecard – BSC*, procederemos ao reforço e aperfeiçoamento das ferramentas de gestão.

Quanto ao *Sistema de Gestão da Qualidade e ao Sistema Integrado de Gestão - Qualidade, Ambiente e Segurança, ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001*, daremos a devida sequência mediante a sua consolidação e a extensão da certificação a novos processos. Será também dado início à formação em novos referenciais normativos na área das “Tecnologias de Informação/Segurança da Informação”, “Recursos Humanos/Formação Profissional” e “Responsabilidade Social” tendo em vista a sua implementação no Município de Oeiras.

Em matéria simplificação administrativa e de *e-governement*, em 2017, privilegiaremos a submissão dos pedidos no Balcão Único Eletrónico, em detrimento da submissão dos pedidos em suporte de papel, dando cumprimento aos requisitos do *Licenciamento Zero* (DL nº48/2011 de 1 de Abril) e da Diretiva de Serviços (DL n.º 92/2010, de 26 de julho), que estabelece a redução dos encargos administrativos sobre o cidadão e as empresas, através da eliminação de licenças, autorizações e outros atos permissivos.

No domínio do *atendimento generalista*, em 2017, avançaremos com a sua reorganização em termos procedimentais e de localização, tendo em vista o desenvolvimento de um modelo de atendimento único nos Espaços do Cidadão, apostando na integração dos diferentes canais de atendimento e do relacionamento com o cidadão (presencial, telefónico e online).

Ainda nesta área do atendimento e relacionamento com o Cidadão, a DMA privilegiará a estratégia de longo prazo para a constituição de uma cidade analítica que influencie de forma positiva a atratividade do município e que seja capaz de fomentar a participação cívica. Esta estratégia irá adicionar funcionalidades e usabilidade dos principais portais existentes (e.g. E-CITY, Geoportal) e integrá-los num portal único. A DMA será responsável pela gestão da plataforma de todas as ocorrências georreferenciáveis (obras, iluminação pública, ambiente, etc...) – Oeiras *Smart City* - submetidas através dos diversos canais disponíveis.

Relativamente ao atendimento nos *Espaços do Cidadão* (EdC's), vamos continuar a apostar no atendimento municipal desmaterializado, através do Portal Serviços Online permitindo aceder, em qualquer local e momento, a uma série de conteúdos e funcionalidades, desde a informação relativa à atividade municipal e à submissão eletrónica de pedidos. Iremos ainda propor parcerias para a integração dos serviços prestados por outras entidades públicas.

Encontrando-se o Arquivo Municipal em situação de rutura, há vários anos, com uma enorme dispersão dos espaços que cumprem função de depósito para os mais de seis mil metros lineares de documentação à sua

guarda, sem as condições mínimas exigíveis para o efeito, é urgente que se encontre uma solução para este problema, com a instalação do *Arquivo Municipal de Oeiras num único espaço*, condigno, que reúna as condições necessárias a uma eficaz, eficiente e segura gestão da informação sob a sua responsabilidade. Esta medida permitirá rentabilizar os meios existentes, além de elevar a qualidade dos serviços prestados e, acima de tudo, preservar e honrar a memória do Município de Oeiras. Neste sentido, será necessário equipar devidamente o espaço de Arquivo que venha a ser atribuído ao SAM, com estanteria e arquivadores horizontais, que permitam uma correta organização, instalação e preservação da documentação.

No âmbito da desmaterialização dos processos, o Serviço de Arquivo Municipal (SAM), continuará a promover o acesso à informação por parte dos cidadãos, designadamente com o tratamento e digitalização dos processos de urbanismo e, ainda, do tratamento e divulgação da documentação histórica, assim como das coleções fotográficas e do material não livro, através do Arquivo Online e da Pesquisa Integrada de Conteúdos. Simultaneamente, numa ótica de partilha de recursos, o SAM continuará a apoiar os serviços que solicitem trabalhos de digitalização, como se tem verificado quer na reprodução de documentos de grandes formatos provenientes de diversos serviços. A disponibilização da informação tratada deverá apoiar-se ainda em ações de divulgação do património arquivístico e da História do Concelho, por via da realização de exposições (tanto em espaço municipal como público), publicação de artigos nos canais disponíveis (intranet, internet e publicações municipais) e noutras iniciativas de dinamização, como intervenção em congressos e workshops.

Ainda com o objetivo da rentabilização dos recursos disponíveis e da otimização da gestão da informação produzida pelo Município, o SAM continuará a proceder à avaliação, seleção e eliminação da documentação à sua guarda, tendo por base a legislação em vigor. Pretende-se, ainda, em 2017, dar continuidade à inventariação sistemática da documentação à guarda do SAM, utilizando o módulo do X-Arq de gestão do “Espaço”.

Com o objetivo de tornar a utilização da aplicação de Gestão Documental transversal a todos os serviços do Município, espera-se o alcance de ganhos significativos na recuperação e controlo da informação, a par de uma redução de custos, otimização de processos e rentabilização dos recursos existentes. O SAM, em colaboração com o GTSI, continuará a trabalhar no processo de implementação do EdocLink, dando continuidade à abordagem de gestão documental por processos, com base no Plano de Classificação para a Administração Local. O SAM colaborará ainda de forma proactiva na sensibilização dos serviços para as boas práticas administrativas, através da realização de ações de formação interna e da divulgação de regras e de orientações, quer no âmbito da implementação do EdocLink, quer no habitual acompanhamento dos serviços municipais.

No âmbito do Apoio aos Órgãos Municipais, continuaremos a garantir a recensão administrativa e jurídica das propostas submetidas à deliberação do executivo atendendo que se continua a verificar deficiências ao nível da redação e da instrução dos processos e das propostas de deliberação. Estes constrangimentos condicionam a boa apreciação e decisão dos membros do órgão executivo municipal.

### **Divisão de Recursos Humanos**

Tendo por missão definir, instituir e gerir uma política de recursos humanos orientada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores, com elevados níveis de desempenho, envolvimento e responsabilização, promovendo a partilha de conhecimentos e desenvolvimento de competências sociais, profissionais e organizacionais, visando a adequação do capital humano às necessidades do município, a DRH, numa perspetiva de melhoria continua, propõe o desenvolvimento do seguinte plano de ações/ projetos em 2017:

Ao nível do **reforço de competências e qualificação:**

- > Numa visão de melhoria contínua de gestão previsional de recursos humanos, pretende-se efetuar a elaboração antecipada de um **plano de recrutamento anual** focado no levantamento de necessidades dos demais

serviços bem como numa perspetiva de racionalização de gestão de stocks.

- > Ao nível da Formação, assumiremos a continuidade dos *modelos de Formação Profissional*, de modo a dar resposta às necessidades de desenvolvimento de competências dos trabalhadores bem como o grau de reforço das mesmas. Pretende-se através do modelo de Levantamento de Necessidades de Formação, e do Modelo de Avaliação da Eficácia, aproximar ao máximo as competências existentes na organização às competências necessárias para atingir os objetivos dos serviços, e cumulativamente do município.
- > Continuaremos a promover os programas de *Mobilidade Interna*, com vista, ao desenvolvimento de novas competências, a colmatar eventuais necessidades em determinadas Unidades Orgânicas e, ao mesmo tempo, aumentar os níveis motivacionais dos trabalhadores.
- > Vamos promover *programas de integração de novos trabalhadores, através de Ações de Acolhimento*, bem como desenvolver Ações de Team Building com vista ao desenvolvimento das capacidades de liderança, níveis de responsabilização, coesão e espírito de equipa, com especial enfoque na motivação dos trabalhadores do Município.

Ao nível da *Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho*:

- > Continuaremos alinhados com as políticas de promoção da saúde no local de trabalho cumprindo com o *Plano Anual de Medicina do Trabalho*, através da realização de consultas médicas, enfermagem e análises laboratoriais, aos trabalhadores.
- > Daremos continuidade ao sistema de *apoio ao Trabalhador Sinistrado*, através da Rede de Apoio contratualizada com intuito de dar resposta em situações de acidente de trabalho.
- > Promoveremos o acesso a *Consultas de Clínica Geral e Familiar aos trabalhadores no ativo, aposentados e familiares diretos*. Este apoio tem-se revelado eficaz para as famílias, uma vez que as taxas moderadoras e o tempo de espera por consulta são fatores preponderantes, que impedem a ida ao Serviço Nacional de Saúde.
- > Pretendemos dar continuidade ao cumprimento das políticas e do *regulamento interno de segurança higiene e saúde no trabalho*, avaliando

os riscos profissionais por forma a desenvolver medidas preventivas, de sensibilização com especial enfoque na fiscalização.

- > Daremos continuidade ao levantamento das necessidades das unidades orgânicas no que respeita aos *Equipamentos de Proteção Individual de trabalho*, visando promover a diminuição do absentismo por acidente de trabalho.
- > Asseguraremos a *promoção da saúde e do bem-estar através de parcerias com entidades externas*, através de campanhas como ações de sensibilização para as boas práticas da saúde, nomeadamente vacinação, rastreios e proteção solar.
- > Pretendemos continuar a prestar o *apoio à mulher trabalhadora grávida*, através do acompanhamento médico e aconselhamento de enfermagem, bem como a introdução de ações de preparação para a maternidade e paternidade.
- > *Apoiaremos os trabalhadores com comprovada carência económica*, na aquisição de medicamentos e latas de leite artificial.
- > Assumiremos para 2017 novas competências, de intervenção nas áreas mais operacionais, focado na *otimização da gestão dos refeitórios e bares do Município*.

Pretendemos, mediante uma criteriosa gestão previsional, uma adequação dos recursos necessários sempre que se verifique de forma justificada uma renegociação contratual.

Ao nível da *Responsabilidade Social do Município*

- > Continuaremos a acionar o *Fundo de Emergência Social* nas situações de comprovada carência económico e social, bem como a articulação com parceiros sociais, no sentido de dar respostas a situações de vulnerabilidade, por forma a contribuir para o desenvolvimento gradual das capacidades individuais e coletivas, sociais e profissionais, com o objetivo atribuir a autonomia a participação do trabalhador bem como o desenvolvimento das capacidades individuais, sociais e profissionais.

Ao nível da *Responsabilidade Social Externa do Município*

- > Prosseguiremos em *parceria com o IEFP, a empregabilidade dos desempregados e beneficiários do Rendimento Social de Inserção*, a integração no meio laboral de populações com necessidades especiais junto das respetivas entidades, com o objetivo de contrariar o atual panorama

social e profissional, com o qual se pretende eliminar o isolamento e a marginalização que têm persistido ao nível da integração e recrutamento.

### **Divisão de Gestão Financeira**

Para o próximo ano a DGF pretende dar continuidade à sua missão elaborando *a proposta de orçamento dando cumprimento e assegurando as normas legais e das diretivas superiores para o efeito*, bem como acompanhar a execução orçamental através de propostas e medidas necessárias com impacto na atividade orçamental, económica e financeira.

Proceder ao registo de todas as operações contabilísticas de processos de receita e de despesa após verificação da conformidade legal e da regularidade financeira dos mesmos, acautelar todos os procedimentos inerentes à cabimentação da estimativa de despesas no início do ano económico, seu registo e liquidação.

Executar e supervisionar os procedimentos e medidas que visem a agilização de processos de prestação de contas, a sustentabilidade e a fiabilidade do sistema de controlo interno da receita e da despesa.

Aumentar e reforçar a proximidade com as diferentes unidades orgânicas otimizando a aplicação dos recursos orçamentais e simplificando métodos de processos de trabalho.

Prestar apoio à tomada de decisão superior e assegurar o reporte de informação aos organismos oficiais nos termos exigidos.

### **Divisão de Contratação Pública**

Em 2017, no âmbito das competências e atribuições da Divisão de Contratação Pública, novos desafios se colocam. A transposição da Diretiva Comunitária nº 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro (que revogou a Diretiva nº 2004/18/CE), culminará na entrada em vigor de alterações ao Código dos Contratos Públicos, que se prevê que venha a ocorrer no início de 2017.

Naturalmente o impacto de alterações legislativas refletir-se-á sempre numa necessidade de adaptação às mesmas, implicando um reajuste de procedimentos internos que acompanhem essa mudança.

O desafio principal será que a mesma ocorra sem grande atribulação e sem consequências menos positivas que ecoem à restante organização. O processo de mudança cria sempre alguma instabilidade e um necessário período de reflexão, o que é exigente para uma atividade que é de suporte e instrumental ao cumprimento da missão da própria organização e que não pode desacelerar.

A par de alterações processuais nos procedimentos de contratação pública, verifica-se, com a nova Diretiva, uma exigência e assertividade cada vez maior no que respeita à sustentabilidade das compras públicas. Pretende-se que os contraentes públicos assimilem uma verdadeira preocupação com essa matéria, procurando assumir uma postura de defensores das compras públicas ecológicas. A sustentabilidade ambiental, social e financeira deverá ser uma preocupação dos decisores públicos, defendendo, assim, o interesse público a que estão vinculados. A esse respeito deveremos procurar assumir o caminho da *Estratégia Nacional de Compras Públicas 2020*, aprovada pelo Conselho de Ministros, através da Resolução nº 38/2016.

Este será mais um verdadeiro desafio para o próximo ano. Sensibilizar a organização e em particular as Unidades Orgânicas que despoletam as necessidades de contratação pública e os respetivos decisores públicos de encetarem o caminho das compras verdes, de forma a não comprometerem o sucesso das gerações vindouras. Tal refletir-se-á em realizar compras de bens, serviços ou empreitadas que contenham especificações técnicas que promovam a redução de consumo de matérias-primas, reduzam a poluição, que causem menor impacto ambiental, ou que o modelo de avaliação de propostas contenham fatores que valorizem as propostas que reflitam essa preocupação.

Em 2017 - naturalmente decorrente de uma visão autocrítica - pretendemos continuar a inovar e *encontrar soluções que potenciem uma resposta mais eficaz à organização*, no que respeita aos prazos dos procedimentos de contratação pública, com especial enfoque nos procedimentos internos. Envolver a equipa neste desafio será um fator crucial para o sucesso.

Mantemos como intenção para 2017 a exigência de uma fundamentação mais cuidada e sustentada das aquisições a realizar, uma vez que a informação que chega à DCP é muitas vezes insuficiente e nem sempre adequadamente enquadrada na estratégia definida pelo Município.

Mantemos ainda a intenção de obtermos uma ferramenta informática para gestão de contratos, que ainda não existe, bem como para a seleção, qualificação e avaliação de fornecedores, para que seja possível concretizar o Portal de Fornecedores, intenção já manifestada em 2016.

### **Divisão de Gestão patrimonial**

A centralização e gestão de informação relativa a todo o património municipal, missão desta divisão, dependem do trabalho de equipa e colaboração estreita com os restantes serviços.

O *processo de revisão global dos bens móveis*, depende da organização dos armazéns de bens móveis e da transição de sistema informático que está prevista, situação que pode representar atrasos e risco adicional à disponibilidade e qualidade de informação. A implementação da figura do Gestor de Bens Móveis está em curso, contando já com quatro serviços, prevendo-se a conclusão durante 2017. Ainda no âmbito dos bens móveis, será dada continuidade aos *procedimentos de hasta pública com o objetivo de libertar os armazéns de bens obsoletos que ocupam espaço desnecessariamente*, dificultando o processo de gestão dos mesmos.

A reorganização e centralização dos inúmeros espaços de armazém e arquivo, necessidade identificada e sentida em particular por todos os que quotidianamente sofrem as consequências da enorme dispersão existente, carece da colaboração dos vários serviços. Estão em curso *projetos de adaptação de espaços existentes*, com o objetivo de minimizar este problema. A concretização deste projeto pode implicar uma significativa redução de custos e libertar vários espaços atualmente ocupados, aumentando ainda a eficiência e capacidade de resposta nestas áreas de atividade. O aprovisionamento e gestão de stocks deve assentar em procedimentos de fornecimento elaborados atempadamente, recolhendo para o efeito informação de todos os serviços para identificar as necessi-

dades existentes. A concretização do projeto anteriormente referido seria uma mais-valia inestimável neste ponto. Contamos *intensificar a redução da quantidade e diversidade de materiais de armazém, eliminando referências que deixaram de ser utilizadas, ou que pela baixa rotatividade* ou outros critérios a definir, não devam existir em armazém, apostando no fornecimento contínuo.

Em relação aos imóveis, existe um vasto património, muito disperso e de características significativamente diversas. Para lá das instalações de todos os serviços administrativos municipais, escolas, mercados, bibliotecas, entre outros, existe um elevado número de locais cedidos a terceiros, através de arrendamento ou comodato. A gestão deste parque é complexa e depende de informação disponível e partilhada com os restantes serviços. Os critérios de atribuição dos espaços e o princípio da onerosidade, exigem atenção redobrada a este tema, estando em curso a confirmação de todos os pedidos existentes nas restantes unidades orgânicas. A definição de regras objetivas para o procedimento de atribuição é fundamental para garantir a transparência e a igualdade de tratamento de todos os interessados. Existem também espaços nos quais pagamos rendas, pelo que a gestão global e integrada de todos os contratos (a pagar e a receber) é necessária e urgente, salientando-se que as rendas a receber já ultrapassaram as rendas pagas. No que diz respeito aos espaços cedidos existem ainda contratos a regularizar, sendo importante *assegurar que as atualizações de rendas se verifiquem atempadamente*, bem como outras questões relacionadas com estes processos. Faz ainda parte do nosso património todo o parque habitacional, cuja gestão está a cargo da habitação, mas que conta com a nossa participação direta na gestão dos condomínios que vão sendo constituídos, existindo uma tendência de crescimento desta despesa por via da comparticipação das obras de manutenção dos edifícios.

A gestão do património do Município passa também pela *cobertura de riscos através da realização de contratos de seguro*, sendo necessário ter em conta que existem áreas em que a cobertura não é total. O procedimento lançado em 2015 está finalmente ativo, estando prevista a atuali-

zação de coberturas, para o que se torna imprescindível o levantamento de informação anteriormente referido.

### Unidade de serviços Gerais

Nas áreas de intervenção mais operacional, atendendo ao não reforço de Recursos Humanos em algumas áreas, apresentaremos proposta para a *adjudicação de serviços de limpeza das instalações, e reforço dos serviços de vigilância das instalações*. Recorreremos a outsourcing para limpezas específicas e de espaços com grandes dimensões, como por exemplo limpeza de vidros, locais onde se realizem eventos, etc. Na área das Portarias, em locais com atendimento público, vamos recorrer aos serviços da empresa de Vigilância e em edifícios de utilização interna recorreremos aos colaboradores desta unidade. Iremos assegurar o fornecimento de fardamentos aos vários serviços. Vamos contar com a colaboração das várias unidades orgânicas que indicarão um colaborador para fazer a ligação á USG. A ligação da nossa unidade orgânica e o elemento de cada serviço irá garantir, que as quantidades de fardamento e os respetivos tamanhos, sejam os adequados. Haverá locais de entrega e de recolha de fardamentos para posterior reparação. Atempadamente será feita a divulgação destes procedimentos. Vamos assegurar a otimização da gestão dos contratos com a empresa que fornece os serviços de Reprografia e multifunções, mediante uma criteriosa previsão/gestão e adequação dos plafonds, uma maior utilização da Reprografia dos Paços do Concelho bem como, sempre que se justifique, a respetiva renegociação contratual.

### DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

O Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística desenvolve a sua atividade na persecução de metas para o Desenvolvimento do Concelho, atentos objetivos de sustentabilidade em matéria de:

- > Ordenamento do território e valorização ambiental e paisagística;
- > Programação e instalação de infraestruturas, equipamentos e atividades económicas;

> Promoção da matriz de urbanidade da rede de aglomerados do Concelho, assente na qualificação de espaços, funções e imagem dos tecidos existentes, e na exigência de padrões inovadores na conceção de projetos de consolidação e expansão do território urbanizado e urbanizável;

> Planeamento e gestão do sistema de mobilidade municipal e da sua articulação com a envolvente em cooperação com outros serviços da CMO e com outras entidades externas à Câmara.

Estes objetivos são operacionalizados através das Divisões que integram o Departamento, DLAA, DGUAEE e DPM e UAM, consubstanciados na execução de:

Instrumentos de Planeamento, de natureza normativa ou orientadora, vocacionados para o acolhimento de novos tecidos urbanos e novas centralidades funcionais, para a qualificação dos espaços, infraestruturas e habitabilidade, para a reabilitação do património edificado, para a promoção da mobilidade urbana e das melhores condições de acessibilidade de pessoas e bens de e para o Concelho.

Gestão e acompanhamento para a concretização de oportunidades de investimentos, de determinante económica ou social; de iniciativa empresarial, institucional, ou individual, com incidência no território e repercussão no bem-estar populacional e no perfil de Desenvolvimento do Concelho que contribuam para a consolidação de ambientes residenciais, sociais e económicos equilibrados, e como tal referenciáveis.

Apoio técnico à instalação de serviços de utilidade pública e equipamentos sociais, à dinamização do comércio local, através da elaboração de estudos, informação e aconselhamento procedimental específico.

A atividade do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, programada para 2017, incidirá nas seguintes ações:

***Planos Municipais de Ordenamento do Território*** e outros ***Instrumentos de Planeamento e Gestão*** de carácter normativo ou orientador, a desenvolver sob a coordenação da Divisão de Planeamento e da Divisão de Gestão Urbanística e Apoio às Atividades Económicas nomeadamente:

> ***Plano de Pormenor da Margem Direita da Foz do Rio Jamor*** (acompanhamento do Processo de Desmantelamento das Construções Industriais, Concurso da Marina de Porto Cruz e Infraestruturas Gerais);

> *Estudos para Reversão Funcional e Requalificação Urbana das Zonas Industriais* (em desenvolvimento);

> *Estudos de Requalificação Urbana em Áreas Consolidadas* (processo continuado);

> Estudos programáticos para áreas de elevado potencial estratégico (processo continuado);

> *Plano de Urbanização da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão do Litoral*, Sector Poente, (em desenvolvimento).

> Alto dos Agudinhos (acompanhamento do Processo).

*Estudos Sectoriais de Circulação e Estacionamento e da Oferta de Transportes Coletivos*, coordenados pela Unidade Acessibilidade e Mobilidade sendo de referir, para além da supervisão e articulação das propostas de âmbito alargado nos domínios de atuação e competência do DHRU:

> Desenvolvimento e implementação das propostas e recomendações do *Estudo de Mobilidade e Acessibilidade* (EMA);

> Adequação da oferta de estacionamento com destaque para as zonas das interfaces (processo continuado – através do apoio à Parques Tejo ou coordenando iniciativas particulares);

> Ajuste /consolidação da *rede viária municipal* (Adequação funcional / Reforço da hierarquia da rede), designadamente nas áreas empresariais de Quinta da Fonte em Paço de Arcos, Queluz de Baixo, Carnaxide e Algés/Miraflores (incluindo o acompanhamento e coordenação de iniciativas particulares);

> *Alargamento da rede de infraestrutura de Transporte Coletivo* totalmente em sítio próprio (processo continuado) – Proposta dos corredores;

> *Ciclovias – Proposta de Corredores*, dando especial referência aos empresariais.

> Alargamento dos conteúdos e do acesso à base de dados da atividade do Departamento, no âmbito da consulta de processos e da divulgação criando uma Base de Dados das Atividades Económicas e dos Equipamentos Privados, Ensino, Saúde e Apoio Social e manter o registo cartográfico digital sobre os pedidos de particulares (processo continuado).

> Promoção de medidas de facilitação da comunicação com os Municípios, desde do atendimento público ao acompanhamento dos processos (processo continuado).

Prevê-se igualmente que se mantenham os ritmos de crescimento da informação *on-line* quer de natureza específica associada a obras particulares quer de natureza geral, designadamente a relativa a dados estatísticos, atividades económicas, planeamento e comunicações temáticas escritas em órgãos de comunicação locais ou nacionais.

Com este conjunto de projetos concorre o acompanhamento da concretização dos seus objetivos, traduzido por toda a atividade de gestão que lhe está associada: da apreciação técnica de projetos, do controle e fiscalização de obras e dos competentes procedimentos administrativos, bem como da conciliação de interesses públicos e privados envolvidos.

Merece ainda destaque, com a entrada em vigor do novo PDM, o controle e monitorização do processo em articulação com o GDM.

## **DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA**

Das principais áreas de atuação do DHRU há uma que deverá, em 2017, merecer uma atenção especial A REABILITAÇÃO.

Manter-se-á naturalmente a necessidade construir equipamentos; recuperar património edificado; legalizar e reordenar as AUGIS; dinamizar e requalificar os núcleos antigos; manter e recuperar os edifícios e os equipamentos dos bairros municipais e promover a requalificação das áreas envolventes, infraestruturas e espaços públicos. À gestão do parque habitacional municipal competirá assegurar o arrendamento, reforçando a vigilância sobre o cumprimento do pagamento das rendas, dinamizar e incentivar a venda de fogos e dar um forte impulso no desenvolvimento de projetos de intervenção social que facilitem a integração dos moradores no tecido social do concelho.

O modelo de gestão integrada em áreas previamente delimitadas, com gestores que compatibilizem os vários níveis de intervenção e garantam uma maior proximidade à população, deverá em 2017 implementar-se definitivamente e alargar-se, através de Gabinetes Técnicos Locais, em todas as áreas sob gestão do DHRU.

Os programas onde melhor se manifestará a intenção de reabilitar são:

- Requalificação do Espaço Público e do edificado nos Bairros Municipais.
- Requalificação do Espaço Público nos Núcleos Antigos e apoio à reabilitação dos edifícios através do Programa de Habitação Jovem nos Centros Históricos.
- Reordenamento das Áreas Urbanas de Génese Ilegal.
- Revisão do Plano de Salvaguarda do Património do Concelho de Oeiras e continuação da execução de obras de recuperação e manutenção do património edificado.

### **Divisão de Projetos Especiais**

A Divisão de Projetos Especiais no âmbito das suas competências atribuídas e de acordo com a dinâmica de gestão instituída, desenvolve ações/atividades por via indireta através do Núcleo de Projeto e do Núcleo de Requalificação Urbana e por via direta com recursos independentes dos núcleos.

#### **Divisão de Projetos Especiais / Nucleo de Requalificação Urbana**

Ao nível da reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal:

Casal da Choca - Conclusão do Projeto de reformulação da Alameda da Zona C. Conclusão do projeto do arruamento de ligação da zona C2 ao art.º 17.3. Conclusão do Projeto de requalificação dos arranjos exteriores da Quinta da Estrangeira. Conclusão das obras de infraestruturas dos artigos 10º, 12º e 13º e artigo 416º. Conclusão da obra do Arruamento de ligação da Rua de São José à Quinta da Estrangeira. Emissão dos alvarás dos artigos 10º, 12º, 13º e 416º.

Laje – Conclusão da obra de reperfilamento e prolongamento da Rua das Furnas. Início da obra de infraestruturas da 1ª fase da zona C. Conclusão dos arranjos exteriores da envolvente ao edifício da Casa das Letras e dos trabalhos de requalificação do acesso ao estacionamento de apoio ao Centro Cultural. Registos dos Lotes da 1ª fase da Zona C.

Pedreira Italiana – Elaboração de Projetos e início das respetivas obras de Requalificação da Rua da Pedreira Italiana e da 1ª fase do Parque Urbano da Zona C – Iluminação da Rua das Turquesas.

Leceia – Início da obra de infraestruturas relativa à 5ª fase do Plano de Ordenamento do Bairro de Leceia. Conclusão dos projetos de loteamento dos artigos 591º, 870º e 873º. Emissão dos alvarás de loteamentos dos artigos 871º e 860º.

Leião – Emissão do Alvará dos artigos 515, 516, 517 e 518º.

Marchante – Continuação da implementação do plano de limpeza e requalificação do bairro.

Calçada do Moinho – Projetos de Loteamento para a Associação de Moradores do Bairro (artigos 11º, 12º, 912º, 913º, 917º, 918º e 919º) e restante área urbanizável (artigos 15º, 16º, 17º, 19º; 910º e 911º; 12º, 13º e 1/20º).

Gandarela – Projetos de Loteamento para os artigos 223º, 224º, 225º e 890º.

Ao nível da requalificação e reabilitação dos Centros Históricos:

Recuperação e requalificação do espaço urbano e do património edificado assente numa gestão global e integrada do território, perceptível nas estratégias e ações promovidas pelos gabinetes dos centros históricos, que funcionam como interlocutores privilegiados entre os cidadãos e o município.

Carnaxide – Conclusão da obra de Requalificação do Largo da Pátria Nova. Início da obra de Reabilitação e ampliação do edifício sede da Sociedade Filarmónica.

Paço de Arcos – Conclusão das obras de recuperação dos edifícios de Habitação Jovem da Rua Costa Pinto nº 126 e 176. Conclusão da obra de requalificação do edifício da armação dos pescadores e da obra de arran-

jo da frente marginal. Elaboração de estudo de orientação e regulação para a implantação de esplanadas no núcleo antigo de Paço de Arcos.

Oeiras – Início das obras de recuperação dos edifícios do quarteirão do Largo da Boavista e reabilitação e ampliação do edifício da Rua Marquês de Pombal nº 3, 5 e 7, ambas realizadas no âmbito do programa Habitação Jovem nos Centros Históricos. Execução da obra de requalificação da Rua Mestre de Aviz.

Algés – Início das obras de requalificação da Rua Major Afonso Palla e do Quintalão - Parque Urbano de Algés.

Dafundo – Início das obras de Recuperação do Edifício de Habitação Jovem da Avenida Ivens nº 8 e conclusão do projeto de recuperação do edifício de Habitação Jovem da Av. Ivens nº 5. Conclusão da obra do espaço polivalente situado no 1º piso do edifício da Junta de Freguesia

### Divisão de Projetos Especiais / Nucleo de Projetos

No âmbito da Recuperação do PATRIMÓNIO HISTÓRICO e CULTURAL

Objetivo: definição de ações com vista a Reabilitar, Conservar e Restaurar, exemplos do Património Histórico e Cultural edificado, com vista a preservar e valorizar o vasto e diversificado Património existente no Concelho de Oeiras, tendo em vista cuidar desse legado das gerações passadas, e perpetuá-lo às vindouras.

A Igreja de S. Pedro de Barcarena - Conservação e restauro das Capelas laterais, pinturas murais e retábulo-mor.

Igreja Paroquial de S. Romão de Carnaxide – procedimento tendente à recuperação da cobertura, sinos e fachada

Palácio dos Aciprestes – obra para resolução das anomalias existentes

Capela de S João Baptista – Restauro da Capela e Reabilitação do espaço envolvente

Plano de Salvaguarda – Revisão e inventário

No âmbito dos Equipamentos Culturais Sociais e Desportivos

Será concluída a obra do Centro de Saúde de Barcarena, na área dos Equipamentos Escolares, concluir-se-ão as obras de recuperação dos Pavilhões Joaquim de Barros e Celorico Moreira, a Cobertura do Polidesportivo da Nova Morada terá o seu início e a Cobertura do Clube de Escola de Ténis de Oeiras concluir-se-á no início do ano.

No decurso do ano de 2017 é de salientar a conclusão dos seguintes projetos:

Espaço Polivalente dos Aciprestes em Linda-a-Velha

Estúdio de Dança de Carnaxide;

Mercado Gourmet em Paço de Arcos

Cobertura do Polidesportivo Unidos Caxienses,

Unidade residencial e centro de dia CERCI,

UDRA – Balneários Projeto

Pavilhão Desportivo Aquilino Ribeiro – Projeto

Auditório Eunice Muñoz – Reparação cobertura.

### **Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional**

.A Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional desenvolve ações e iniciativas conducentes a um adequado ordenamento dos espaços de habitar, nas suas componentes urbana e edificada restrita, incidindo sobretudo nas áreas dos núcleos de realojamento municipal, considerados nas suas vertentes física e social.

Nos últimos anos a prática da divisão assumiu um maior incremento no conjunto de trabalhos de Manutenção/Reparação e Reabilitação do parque habitacional municipal, tentando apoiar a integração social nas novas realidades urbanas.

Cumprindo as orientações estratégicas vertidas no Plano Estratégico Municipal “Habitar Oeiras”, foram realizados os projetos de novos programas de promoção de Habitação e de Requalificação de espaços coletivos, alargando os segmentos de população alvo em função dos perfis resultantes do “Observatório de Habitação / Levantamento de Carência Habitacional”. No presente contexto de fortes constrangimentos orçamentais a Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional assume um protagonismo prático, integrado em ações de complementaridade crescente, de que se destacam para 2017:

Manutenção do P.H.M.

Desenvolvimento dos trabalhos de manutenção e Reparação corrente de todo o parque habitacional, nas suas vertentes de reparação de fogos ocupados e devolutos. Promoção da adaptação de alguns fogos com acessibilidade para pessoas de mobilidade condicionada.

Continuação das ações de reabilitação exterior dos bairros municipais de habitação, nomeadamente, a reabilitação de mais 9 edifícios nos Bº dos Navegadores – 2ª Fase, Reabilitação de 10 edifícios na Bº da Quinta da Politeira - 2ª fase e de mais 3 edifícios no Bº de S. Marçal – 2ª Fase.

Continuação das ações de reparação e requalificação de espaços de equipamento, Creche Sta. Ana no Alto da Loba, Creche Qta. Politeira, com adaptações de WC a Deficientes.

A Reabilitação de espaços exteriores teve um grande incremento com elaboração de projetos nomeadamente para a reabilitação da 3ª fase do Bº dos Navegadores e lançamento de CEOP para a 2ª fase, Requalificação dos polidesportivos dos Bº Alto da Loba e Pombal e Reabilitação Margem esquerda do Ribeira Outurela e Bº de S. Marçal.

Encontram-se já a decorrer os Concursos Públicos de Empreitada na D.P.R.H. dos seguintes projetos de Habitação para Jovens fora dos Centros Históricos para lançamento de empreitadas.

Edifício dos Anexos da Capela de S. Sebastião - Barcarena – 3 fogos;

Edifício de Leião, Rua das pedreiras Nº 4, Leião - 2 fogos.

### **Divisão de Gestão do Parque Habitacional**

A Divisão de Gestão do Parque Habitacional desenvolve ações e iniciativas de cariz social, que visam proporcionar a melhoria de bem-estar social aos munícipes, com especial enfoque na manutenção das condições adequadas às famílias realojadas em habitação municipal, bem como colaborar na resolução das carências habitacionais que alguns munícipes ainda apresentam.

Ao longo dos últimos anos a prática desta U.O. / DGPH tem-se caracterizado no acompanhamento sistemático e na promoção da integração social das famílias no restante tecido social, bem como o controlo e apoio ao cumprimento das obrigações e deveres dos arrendatários municipais, no sentido da promoção da educação cívica de cada um.

A Divisão de Gestão do Parque Habitacional assume um protagonismo social relevante, sendo de destacar para o ano de 2017:

- a) Acompanhamento das famílias arrendatárias, tanto na organização dos processos familiares como nas suas respetivas dinâmicas;
- b) Controlo de dívidas de rendas das habitações municipais bem como atualização sistemática das mesmas;
- c) Acompanhamento técnico e de gestão social do parque habitacional municipal e dos seus agregados familiares;
- d) Acompanhamento técnico dos novos pedidos registados no âmbito do “Observatório de Habitação / Levantamento de Carência Habitacional”;
- e) Continuação da Gestão da Unidade Residencial Madre Maria Clara, integrando atividades de animação cultural dos residentes;
- f) Lançamento de projetos de âmbito social no sentido de colmatar algumas carências sentidas pela população residente em habitação municipal, nomeadamente banhos, lavandaria, animação socio cultural, apoio

na busca de emprego e apoio a todas as famílias na situação de incumprimento do pagamento da renda de casa.

g) Continuação da articulação e colaboração com a DASSJ, nomeadamente através do envolvimento de jovens residentes dos Empreendimentos Municipais nos programas “Mexe-te nas férias” para além das respostas habitacionais solicitadas por esse serviço.

Neste âmbito a U.O. / DGPH tem previsto em GOP uma verba total de € 50.000 para suportar o desenvolvimento de atividades e projetos de intervenção social junto das famílias residentes em habitação municipal, das quais é importante destacar o apoio económico a famílias que se encontrem com dificuldades económicas para dar continuidade aos compromissos assumidos através do contrato de arrendamento privado, estando também contabilizada uma verba para atribuição a arrendatários que pretendam regressar aos seus países de origem para além de apoio a sessenta residentes na unidade residencial para isolados em Carnaxide, ao nível da higiene dos espaços comuns e interiores de fogos mo apoio a atividades de vida diária eu dele careçam.

De referir ainda, um novo projeto de intervenção social, de características inovadoras e que se vai concretizar em 2017, com a abertura e funcionamento dirigido à população residente no Empreendimento dos Navegadores, em Porto Salvo, destinado a proporcionar condições para a higiene pessoal e das roupas, aos arrendatários mais necessitados, estando prevista uma verba para apoio ao funcionamento inicial no valor de € 18.000.

### **DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS**

No âmbito das competências do Departamento de Obras Municipais, a Divisão de Estudos e Projetos, a Divisão de Equipamentos Municipais e a Divisão de Gestão do Espaço Público e Infraestruturas Municipais, desenvolvem um vasto conjunto de projetos e obras de forma a garantir a qualidade de vida de todos os que usufruem deste território (todos quantos aqui residem e/ou trabalham), nos domínios das obras públicas.

Verifica-se, no atual contexto, uma grande concentração de esforços no que respeita à manutenção, reparação e requalificação dos edifícios e equipamentos municipais, bem como do espaço público.

A área de estudos e projetos é muito importante num Departamento como este, fase anterior à realização de obras, em anos futuros.

Assim, pretende-se desenvolver um conjunto elevado de projetos, onde se destacam, os projetos para a Orla Ribeirinha e em particular os projetos do Passeio Marítimo, dos troços ainda em falta.

A requalificação do espaço público é uma constante e merece destaque nos objetivos para o ano de 2017, bem como no que diz respeito à iluminação pública.

Prossegue-se durante o ano de 2017, com os projetos e obras de requalificação de escolas; também, estão previstas a requalificação de instalações para funcionários, destacando-se na área operacional, a Secção de Limpeza de Oeiras e a Secção de Limpeza de Algés bem como, a requalificação de obras em Mercados Municipais.

### **Divisão de Estudos e Projetos**

Compete à DEP - Divisão de Estudos e Projetos - garantir as tarefas de gestão, conceção, coordenação e execução dos projetos, contribuindo para elevar o padrão de qualidade do edificado e das infraestruturas municipais.

Assim, no desenvolvimento das funções que lhe estão acometidas, a DEP pretende continuar a desenvolver projetos de requalificação de escolas, de instalações municipais, de equipamento diverso, projetos de requalificações diversas de arquitetura paisagista, vias e novas rotundas, estudos de regularização de linhas de água, drenagem, estabilidade, elaborar PPGRCDs e todos os estudos e planos necessários à realização total dos projetos bem como assegurar as respetivas assistências técnicas à obra.

Destacam-se as seguintes ações de Projetos e Assistências Técnicas a obras de:

**Requalificação de Escolas** Básicas, destacando-se: EB1 Narcisa Pereira; EB Alto de Algés; EB Beça Múrias – espaço exterior; EB António Rebelo de Andrade – espaço exterior; EB Dionísio dos Santos Matias - espaço exterior; EB Conde de Oeiras - Nova entrada e Portaria e suas ATOs (assistências técnicas à obra).

**Equipamentos Diversos** (Novos e Requalificações), nomeadamente: Instituto Zoófilo em Tercena; Arquivo Municipal; Requalificação PSP Carnaxide; Requalificação da secção da DEV do jardim de Oeiras. Ampliação Módulos ossários Oeiras; Reabilitação da Estufa-fria do jardim de Oeiras.

ATOs: Reabilitação do Mercado de Linda-a-Velha e Secção de Ambiente Urbano de Algés

Projetos e assistência técnica às obras relacionadas com as **Novas Oficinas em Vila Fria**, nomeadamente: Remodelação da zona sul das novas oficinas com instalação de posto de abastecimento privado de combustível, nova portaria e novos armazéns. ATO estacionamento da frota sobre o aterro.

**Restauro e Requalificação de Património** histórico, dos conjuntos arquitetónicos e paisagísticos do Palácio do Marquês de Pombal (nomeadamente coberturas e fachadas) e Quinta Real de Caxias.

Projetos diversos de **Arquitetura Paisagista**: Requalificação do Passeio Augusto Abelaira (Palmeiras); Zona Central de Porto Salvo; Fontainhas - Fase 1; Transformação da área do Quintal Desportivo de Carnaxide para Jardim; Estudos para a requalificação geral Jardim de Oeiras; Adaptação da Praça do Loteamento Fórum.

ATOs de Requalificações de: Lg. Alves Redol (Caxias), Praceta Alm. Sousa Dias (Nova Oeiras); Zona do estacionamento piscinas de Barcarena.

**Passeio Marítimo**: conclusão da Ponte Pedonal no passeio marítimo sobre a rib. Barcarena; Estudos PM de ligação Praia de Caxias à Praia Paço de Arcos; conclusão do reforço do molhe do porto de recreio de Oeiras.

ATOs: Ligação PM no Dafundo; Ligação do PM à Praia de Carcavelos.

**Projetos Viários**, nomeadamente:

Conclusão das seguintes rotundas: Rotunda Piauí (Oeiras), Rotunda Ribamar (Algés), Rotunda Queijas (Estrada Militar), Rotunda Miraflores (frente à Igreja) e Rotunda Av. Miratejo (Paço de Arcos).

Conclusão do projeto do Viaduto da Quinta da Fonte; Elaboração do projeto do Arruamento a sul da linha férrea (P. Arcos - Oeiras); Reperfilagem da Estrada da Palmeira e rua Mário Castelhana (Queluz Baixo); continuidade de passeio na Estrada da Medrosa; criação de passeio nos acessos à Cidade do Futebol, estudos e projetos de Ciclovias, nomeadamente “ciclovias empresariais” (de P. Arcos ao Lagoas Parque).

ATOs Rotunda da Lage; Rotunda de Leceia; Rotunda do Casal do Canas; Alargamento de troço na Rua Actor Pinheiro (Vila Fria).

Estudos de *Regularização de leitos de linhas de água*, nomeadamente em troços das: Ribeira de Porto Salvo; Ribeira da Laje; Ribeira de Massamá  
Projetos diversos de *Infraestruturas e Especialidades*, especialmente estabilidade e drenagem de espaço público, com destaque para: Abastecimento de água para rega do Parque dos Poetas.

Estudos de *Medidas de Autoproteção* em diversos equipamentos, especialmente em escolas.

Os projetos serão desenvolvidos quer internamente quer no exterior.

### **Divisão de Equipamentos Municipais**

A DEM - Divisão de Equipamentos Municipais - tem por missão, assegurar a construção, conservação e reabilitação dos edifícios e equipamentos municipais, designadamente os escolares, mercados e outros. Cabe ainda à DEM assegurar e harmonizar as medidas e meios de proteção e segurança integrada em equipamentos municipais.

No próximo ano de 2017 realçam-se, as intervenções previstas na *requalificação de diversos equipamentos municipais*, nomeadamente, no parque escolar e no palácio Marquês de Pombal sendo que o investimento previsto em requalificação ascende a 2.000.000 €. Está ainda prevista a construção da Nova Secção de Limpeza Urbana de Algés adjudicada pelo valor de 133.020 €.

Face ao exposto, em 2017 as ações previstas nos *equipamentos municipais* visam essencialmente garantir a segurança e a conservação dos equipamentos municipais, das quais se destacam as seguintes:

A nível dos *equipamentos escolares* estão previstas diversas ações de requalificação do edificado em articulação com a DE e DEP, nomeada-

mente, a continuação da remoção das coberturas e/ou de outros materiais que contêm amianto, a requalificação da EB1 Narcisa Pereira e outras intervenções de beneficiações diversas ao nível de recuperação/ impermeabilização de coberturas e caixilharias e recuperação de rebocos e pintura exterior. Além destas ações estão ainda programados procedimentos de intervenções genéricas com vista a assegurar o normal funcionamento dos equipamentos escolares;

Execução de diversas obras de *requalificação das Instalações do Complexo do Palácio Marquês de Pombal*, nomeadamente a nível de recuperação de rebocos das fachadas e pinturas exteriores, de recuperação de cantarias da impermeabilização dos terraços e coberturas. Prevê-se ainda a revisão das instalações elétricas e a instalação de sistemas de climatização, incêndio e intrusão de forma faseada, para 2017 e 2018, bem como as pequenas e pontuais manutenções gerais do edificado;

A construção da *Nova Secção de Limpeza Urbana de Algés*, bem como a conclusão da obra de requalificação da Secção de Limpeza de Oeiras; Lançamento das obras de *requalificações nos Mercados Municipais* de Linda-a-Velha e Paço de Arcos;

No âmbito da manutenção destaca-se o lançamento de novas empreitadas de manutenção bem como o lançamento de novos fornecimentos para garantir a *manutenção integrada dos equipamentos eletromecânicos* diversos em contratos únicos de manutenção preventiva e corretiva para os diferentes equipamentos (Fontes, Bombas, AC, Elevadores, Alarmes, Equipamentos Cozinha, Portas Automáticas, Geradores, entre outros);

Prevê-se ainda a *instalação de novos sistemas na área da segurança* no que respeita a novos sistemas de incêndio, obrigatórios por lei, bem como a implementação de medidas que potenciem a diminuição do consumo prevendo-se a instalação de equipamento de iluminação eficiente em vários equipamentos e a continuação da realização da certificação energética dos equipamentos municipais em articulação com a DGP.

### **Divisão de Gestão do Espaço Público e Infraestruturas Municipais**

Quanto ao espaço público a DGEPIIM irá manter a celeridade na análise e informação rigorosa dos pedidos de ocupação do espaço público, quer por particulares (para filmagens, mudanças, estaleiro, ligações dos ramais prediais à rede pública, ...) como pelas empresas concessionárias (pedidos de abertura de vala ou passagem de cabos em condutas existentes por 17 operadores).

Irá ainda continuar a zelar quanto ao cumprimento do *Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública do Município de Oeiras*, em especial quanto à obrigatoriedade da reposição dos pavimentos nas devidas condições e na extensão exigida, de modo a assegurar que após a intervenção no pavimento este fique em condições idênticas ou melhores que as existentes.

Quanto às alterações de trânsito temporárias irá promover junto dos requerentes medidas que minimizem o transtorno causado aos utentes das vias bem como exigir a correta *implementação dos planos de sinalização*, em articulação com o Serviço de Polícia Municipal.

Em termos de Iluminação Pública: a DGEPIIM irá continuar a sua atividade de *reformulação e reforço da iluminação pública*, dando continuidade ao Plano de Iluminação do Concelho (PIC), com a escolha de equipamentos eficientes e resistentes.

Pretende ainda continuar a atualizar *o cadastro digital de todo o equipamento* de iluminação pública decorativa existente.

É ainda objetivo, continuar a apresentar *medidas conducentes à poupança do consumo de energia elétrica bem como na redução de emissões de CO2* enquanto vai continuar a implementar medidas já aprovadas, nomeadamente:

Desligar luminárias (compasso sim/não em locais de muito reduzida circulação pedonal)

Retirar equipamento IP em locais onde estes não acrescentam iluminação

Reutilização do equipamento IP retirado

Quanto a arruamentos, e com o objetivo de concretizar as suas atribuições a DGEPIM propõe *executar obras de construção, reparação e manutenção de arruamentos*, execução e beneficiação de espaços públicos, reparação e manutenção de coletores pluviais, reordenamentos viários, bem como de eliminação de barreiras físicas em espaços públicos, com o recurso maioritário a obras/ empreitadas genéricas.

Para além destas obras, propõe-se executar a empreitada da *3ª fase do Passeio marítimo entre a Baía dos Golfinhos e a praia da Cruz Quebrada*.

Para além das obras executadas por empreitada serão executadas pequenas intervenções por administração direta em reparação de anomalias, bem como para apoio a eventos.

Quanto ao trânsito, cabe a esta Divisão o planeamento das questões relacionadas com a *colocação e manutenção da sinalização rodoviária, a melhoria da fluidez da circulação automóvel e o ordenamento do estacionamento* procurando otimizar a segurança tanto de peões como de condutores, bem como contribuir para o bom estado das infraestruturas públicas e para a qualidade do espaço público. Ainda executar obras de interesse municipal nestas áreas, em articulação (ou não) com outros serviços e utilizando os meios técnicos e logísticos do município ou em cooperação com outras entidades públicas ou privadas. Assim, a DGEPIM propõe-se a:

- > Proceder à instalação, manutenção, beneficiação e reparação dos sistemas semaforicos;
- > Proceder à manutenção preventiva e corretiva da sinalização de trânsito, quer horizontal quer vertical, bem como de equipamento urbano;
- > Instalação de nova sinalização ou outro equipamento urbano sempre que (e de acordo com as hierarquias superiores) as mesmas pressupõem a melhoria das condições de segurança, fluidez da circulação automóvel e bem-estar dos munícipes;
- > Melhorar as condições de circulação e estacionamento;

> Articular com as diversas empresas de transporte coletivo que operam no Concelho, no que concerne a alterações de trânsito provisórias.

## DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

O DASU (Divisão de Espaços Verdes, Divisão de Higiene Urbana, Divisão de Viaturas e Máquinas, Núcleo de Promoção e Gestão Ambiental, Núcleo de Gestão de Mercados Municipais e Feiras, Núcleo de Gestão de Cemitérios Municipais, Núcleo Técnico Operacional de Apoio à Gestão e Serviço de Veterinária e Saúde Pública), após mais uma reestruturação orgânica, viu as suas competências reorganizadas com a criação do Núcleo Técnico Operacional de Apoio à Gestão.

Assim, a atividade do DASU, centra-se essencialmente num conjunto de tarefas transversais a todas as UO que compõem organicamente o Departamento – área administrativa e gestão de armazéns – e por outro lado nas atividades que, pela sua especificidade, não se encaixam em nenhuma das UO atrás referidas, toda a atividade de promoção e sensibilização ambiental, sendo objetivo dar continuidade e promover a melhoria contínua, dos projetos de ocupação de tempos livres em atividades de promoção da cidadania ambiental, nomeadamente “Jovens em Movimento” e “Bairro Limpo” que envolvem anualmente cerca de 700 jovens em atividades de limpeza e sensibilização ambiental, em Praias, Ruas, Jardins, Viveiros e Bairros Municipais.

No âmbito da adesão de Oeiras ao Pacto de Autarcas é de extrema importância a concretização do *Plano de Ação Energia Sustentável para Oeiras* (PAESO). Neste sentido, o *Projeto Família Oeiras Ecológica FOE*, irá continuar, operacionalizando-se a sua 6ª Edição em 2017, que visa apresentar soluções ecológicas e com retorno económico para as famílias e condomínios.

A comunicação e o estabelecimento de parcerias são elementos chave, para a promoção, desenvolvimento e divulgação dos projetos e atividades a realizar ou realizadas, mas mais concretamente e no que diz respeito à Educação Ambiental, para sensibilizar e motivar quer cidadãos, quer os próprios serviços camarários, para a adoção de boas práticas ambien-

tais, possibilitando a implementação de novas dinâmicas e permitindo a viabilidade orçamental. Neste âmbito destacam-se os eventos de comemoração de dias ambientais temáticos, assim como o *Programa de Educação Ambiental* escolar com um número crescente de parceiros locais e nacionais, promotores de atividades que visam aumentar o grau de consciência ambiental das gerações mais novas.

Pretende-se consolidar o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) – ISSO 9001:2008, introduzindo uma série de melhorias nos processos tentando igualmente que todos esses indicadores sirvam para a gestão corrente e ajudem á tomada de decisões estratégicas do Departamento, exemplo disso será a melhoria do relatório de indicadores de gestão.

O grau de limpeza de uma cidade é altamente influenciado pelo comportamento dos cidadãos, razão pela qual o planeamento das atividades de limpeza urbana é, na sua essência, dinâmico, estando sujeito a correções frequentes, derivado, também, aos muitos outros fatores que o influenciam, como seja, por exemplo, a sazonalidade.

Neste sentido, será dada continuidade à estratégia de comunicação de proximidade ao munícipe, privilegiando a continuidade das ações no tempo e no espaço, garantindo assim uma nova apropriação da mensagem ambiental, e a mudança de atitudes. São exemplo as campanhas temáticas sobre as hortas urbanas, correta deposição de resíduos domésticos, de beatas e outros resíduos especiais, assim como do controlo de pragas urbanas e prevenção de animais errantes.

Para além das *campanhas de sensibilização para a adoção de boas práticas ambientais*, é objetivo aumentar a literacia e conhecimento dos ecossistemas urbanos locais, dotando os parques e jardins de informação sobre principais espécies animais e vegetais, a sua importância no ecossistema e o papel de cada cidadão na sua preservação.

Em 2017 o DASU continuará a apostar, de uma forma clara, *na gestão da água*. É objetivo do Departamento a REQUALIFICAÇÃO DAS LINHAS DE ÁGUA DO CONCELHO DE OEIRAS através da implementação do *Plano Estratégico para Requalificação das Linhas de Água do Concelho de Oeiras (PELACO)*. Nesta

matéria viu reforçada e acrescidas as suas rúbricas destinadas à aplicação de investimento nesta área, seja na manutenção, expansão e instalação de sistemas inteligentes de rega, seja na elaboração de estudos de aproveitamento de águas ou ainda na manutenção, expansão ou instalação de captações de água autónomas para rega de espaços verdes sem recorrer à rede de distribuição de água potável. Nesta matéria estamos ainda a apostar na inovação e pioneirismo testando, num projeto-piloto, de um *sistema de comando centralizado e automático de corte de abastecimento em situações de condições de clima desfavoráveis à rega* (chuva, vento...).

A qualidade ambiental das zonas balneares, é outra área de relevo sendo objetivo dar continuidade à melhoria dos equipamentos de apoio aos utilizadores e atividades de sensibilização ambiental que promovam a limpeza e preservação da orla costeira.

No que respeita a *Mercados Municipais*, pretende-se dar continuidade ao trabalho de *(re) organização e requalificação* dos espaços sob sua responsabilidade – Algés, Oeiras, Paço de Arcos, Porto Salvo, Tercena e Linda-a-Velha – através da aposta em projetos inovadores e arrojados de que já é exemplo, de sucesso devidamente comprovado, o Mercado de Algés.

De igual modo e por forma a promover as melhores práticas no que respeita à gestão destes espaços, foi estabelecido um protocolo de parceria, com entidade devidamente acreditada, tendo em vista a recolha, transporte e destino final adequado dos subprodutos provenientes da comercialização de pescado, promovendo-se assim melhores condições de higiene e salubridade.

Por outro lado e em matéria de Feiras Municipais, pretende-se dar continuidade à *reorganização e regulamentação das feiras de velharias*, otimizando a gestão e a atribuição dos espaços em Oeiras, Paço de Arcos e Algés.

Relativamente ao *Centro de Recolha oficial de Animais do Município de Oeiras* – CROAMO, e dentro das competências desta estrutura, continuaremos a efetuar as seguintes atividades:

- > Recolha de animais errantes, vadios e abandonados;
- > Promoção da adoção;
- > Restituição de animais aos donos;
- > Recolha de cadáveres da via pública; receção de cadáveres de animais entregues pelos munícipes.
- > Execução das medidas de profilaxia médica e sanitárias determinadas oficialmente pela Autoridade Sanitária Veterinária Nacional competente (Campanha de Profilaxia da Raiva e Outras Zoonoses – Vacinação Antirrábica e Identificação eletrónica);
- > Sequestros sanitários de animais
- > Avaliação das condições de alojamento e de bem-estar dos animais;
- > Avaliação / inspeção das situações causadoras de insalubridade provocadas por animais; “

No que refere à política animal, entendemos alargar e inovar no que é a missão legal da autarquia de apenas recolher os animais vadios ou errantes e, *prosseguindo as mais modernas políticas na área do bem-estar animal*, continuaremos a apostar fortemente no incremento das adoções de animais provenientes do território do Município, quer através de maior divulgação e dinamização de meios quer através da realização de atividades regulares com vista à promoção das adoções.

Reconhecendo os bons resultados até agora obtidos com a política de prestação de cuidados de saúde e esterilização dos gatos, vamos dar seguimento ao trabalho desenvolvido no CAA e rede de voluntários, mantendo a prática de CED (captura, esterilização e devolução) com encaminhamentos de bebés, jovens e doceis para adoção, prática que já seguimos e agora aparece como grande novidade legal nos recentes diplomas legislativos.

Por fim e pretendendo-se dar continuidade ao funcionamento das *Estações de Transferência e Unidade de Redução de Resíduos Verdes* para a descarga temporária dos resíduos volumosos em locais centrais do município, com objetivos de otimização de recursos financeiros, materiais e emissões de CO<sub>2</sub>, nos próximos anos, deverá ser estudada a possibilidade destes espaços evoluírem no sentido de poderem a vir rececionar resí-

duos volumosos e verdes dos municípios, minimizando assim o tempo de permanência destes na via pública e responsabilizando os seus produtores pelo destino final. A Unidade de Redução de Verdes deverá também crescer no sentido de poder receber todos os resíduos verdes produzidos no município, sendo efetuada uma correta gestão das lenhas e estilha produzida.

### **Divisão de Espaços Verdes**

A estratégia definida, em matéria de espaços verdes, pretende a consolidação dos processos de gestão, nomeadamente os referentes à gestão e manutenção dos espaços verdes, do património arbóreo e dos espaços de jogo e recreio. Processos estes que, estão refletidos no sistema de gestão de qualidade, transversal a todo o DASU, agora consolidada como uma ferramenta de trabalho diário, também nas áreas do controlo financeiro e gestão de custos das ações realizadas por administração direta.

Uma das áreas de grande aposta da DEV continuará a ser a *gestão do património arbóreo*.

Igualmente, relevando a importante aposta no projeto das hortas urbanas, já com quatro implementadas, fundamentar-se-á este tema com uma gestão e acompanhamento de proximidade, potenciando novos espaços através do projeto, obra e gestão.

A gestão dos espaços verdes por contratação externa, irá continuar a sua fase de consolidação dos contratos de manutenção, bem como dos *contratos de manutenção vocacionado para os espaços de valor patrimonial* (Parque dos Poetas, palácio do Marquês de Pombal e Quinta real de Caxias).

A DEV continuará também a apostar na administração direta, recorrendo ao seu corpo técnico, para a *elaboração dos projetos de requalificação urbana* e dos planos que suportam a sua estratégia (*Plano da Água, dos Corredores Verdes, Municipal de Arborização, de Requalificação Urbana*, etc...). Ainda por administração direta a DEV mantém a produção de plantas a partir dos seus dois viveiros Municipais (Caxias e Fábrica da Pólvora).

### **Divisão de Higiene Urbana/Unidade de Higiene Urbana**

Em 2017, a DHU/UHU continuará a apostar na eficácia e eficiência dos serviços municipais de limpeza urbana e recolha de resíduos, através da *implementação do planeamento estratégico* definido para ambas as áreas de atuação. Pretende-se desta forma, promover a rentabilização e racionalização dos recursos afetos a ambas as áreas, desenvolvendo estudos e propostas de adequação às necessidades efetivas e específicas quer ao nível operacional quer ao nível técnico, promovendo o aumento da produtividade dos serviços e fomentando o envolvimento dos trabalhadores.

Pretende-se dar continuidade ao processo de *uniformização e alteração dos sistemas de deposição de resíduos*, dotando o Concelho de *equipamentos em profundidade* de maior capacidade, adaptados à estrutura urbana de cada zona, contribuindo para o aumento da capacidade de deposição que, por sua vez, diminuirá a periodicidade de recolha, diminuindo desta forma os circuitos afetos. Este processo dignifica o espaço onde são instalados os novos equipamentos uma vez que diminui o impacto negativo que os contentores habituais transmitem, possibilitando a reorganização dos serviços de recolha.

É objetivo da DHU/UHU, investir em determinadas áreas de intervenção igualmente consideradas prioritárias, designadamente a *aposta na varredura mecânica* como complemento à atividade de varredura manual e em resposta à escassez de recursos humanos, e ainda contratar serviços externos para a *desmatação de grandes vias de comunicação* e para assegurar a limpeza de terrenos particulares localizados em meio urbano que tenham sido notificados pelo DPMPC para a sua higienização. Deste modo as equipas operacionais poderão intervir de forma contínua e atempada na limpeza e eliminação de ervas nos passeios públicos.

O sector de manutenção e lavagem de equipamentos de deposição de resíduos (em profundidade e de superfície) é também considerado uma área prioritária de investimento para o ano 2017, perspetivando-se a contratação destes serviços ao exterior. Pretende-se ainda, assegurar uma *adequada gestão de resíduos perigosos e fluxos não urbanos* (ex:

resíduos de construção e demolição) através do recurso a operadores devidamente licenciados para a recolha destas tipologias de resíduos.

Constitui ainda objetivo da DHU o desenvolvimento de ações que visem a *implementação do sistema de Gestão Ambiental* (ISO 14001) e *do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho* (OSHAS 18001) e ainda a integração dos Sistemas de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança e contribuir deste modo para um serviço municipal de recolha de resíduos urbanos de qualidade atestada e reconhecida pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

### **Divisão de Viaturas e Máquinas**

A estratégia definida, em matéria de gestão da frota, prende-se com a consolidação dos processos de gestão implementados, nomeadamente os referentes à gestão e manutenção de todos os equipamentos, tanto a gestão de contratos de viaturas em regime aluguer operacional bem como a gestão e manutenção de todos os equipamentos cuja propriedade pertence ao Município. No tocante à gestão da frota propriedade do Município continuaremos a proceder ao levantamento de custos com a manutenção dos mesmos e propor a sua substituição caso assim se justifique, deste modo estaremos a *renovar a frota aumentando a operacionalidade dos serviços e reduzindo custos com a manutenção e respetiva utilização.*

No tocante a *viaturas RSU*, iremos proceder a trabalhos de manutenção mais profundos nas viaturas com mais anos para que estas *umentem a sua operacionalidade e longevidade* uma vez que são de extrema importância para os serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos.

Continuaremos sempre que possível a recuperar internamente e integrar na frota Municipal de forma a colmatar algumas necessidades, viaturas cujo Município toma posse administrativa por estacionamento abusivo/abandono na via pública, á semelhança do que se fez em 2016 ao integrar 5 viaturas na sua frota.

A nível de gestão de transportes temos como objetivo a *otimização de meios e recursos* ao nosso dispor, promovendo uma maior *otimização dos*

*softwares* que já detemos, como é o caso da geolocalização “CARTRACK” e “XRPool” para gestão das três Pools de viaturas já existentes, desta forma pretendemos fornecer aos utilizadores, tempos de utilização mensais de viaturas Pool, numero de pedidos semanais e o tempo efetivo de utilização da viatura por pedido, temos igualmente como objetivo aumentar o numero de viaturas por Pool e *cimentar a partilha de viaturas, de modo a otimizar os meios e consequentemente reduzir custos.*

Relativamente á prestação de serviços de transporte e com a *aquisição de um novo veículo ligeiro de passageiros de 9 lugares*, ainda no decorrer do presente ano e de *um autocarro de 50 lugares no início de 2017*, temos como objetivo reduzir a necessidade de recurso a serviços externos e aumentar o número geral de serviços prestados escolas, clubes ou outras entidades pertencentes ao Município, mantendo ou até aumentando a qualidade deste tipo de serviço.

A DVM irá colaborar juntamente com as outras Divisões do Departamento no plano estratégico para as ribeiras do Concelho, através *da disponibilização de meios mecânicos e recursos humanos para trabalhos de limpeza e requalificação das ribeiras*, bem como em outros serviços idênticos em que venha a ser solicitada a intervenção da DVM.

Na área HELP DESK pretende a DVM introduzir algumas melhorias, tais como, *report* automático através de e-mail para os gestores de frota informando-os que as ordens de trabalho dos equipamentos da sua responsabilidade se encontram concluídas, bem como, permissão a que sejam os próprios gestores de frota a ter possibilidade de abrirem as ordens de trabalho, para além de terem igualmente a possibilidade de acompanhar a situação das ordens de trabalho dos equipamentos da sua responsabilidade.

## **DEPARTAMENTO DE COESÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

A proposta de orçamento do DCDS para 2107, no valor global de aproximadamente 4.420.000 €, apresenta uma redução de face ao ano de 2016 e traduz o investimento camarário nas áreas da Ação Social, Saúde, Juventude, Desporto, Emprego e Empreendedorismo.

Na área do **Emprego e Empreendedorismo** a afetação de 126.140 € diz respeito ao desenvolvimento e/ou consolidação de projetos iniciados, como a *Rede de Empregabilidade e Empreendedorismo de Oeiras (RedOeiras+)*, a *Fábrica do Empreendedor*, o *Gabinete de Apoio ao Empreendedor em parceria com a AERLIS e, ainda, na promoção das competências e atitudes empreendedoras das crianças e jovens, através do Projeto Empreendedorismo nas Escolas.*

### **Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude**

A Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude (DASSJ) prosseguirá a sua missão para o bem-estar dos munícipes através de projetos e iniciativas que respondam às necessidades seja do ponto de vista social e económico, seja do ponto de vista da saúde no seu sentido amplo. O trabalho a desenvolver assenta numa *lógica de trabalho em rede e em parceria*, sendo que uma parte considerável da proposta de orçamento destina-se ao apoio a entidades das áreas da ação social, da saúde e da juventude que partilham do objetivo comum e da responsabilidade de alcançar uma melhor qualidade de vida no nosso território.

A proposta de orçamento para 2017, regista uma redução face ao orçamento aprovado em 2016, contudo, a proposta assegura quer *incentivos para o aumento da capacidade de resposta das entidades*, sobretudo ao nível da área dos idosos, quer o *apoio nos processos de construção e reabilitação de equipamentos sociais*. Em termos específicos e no que concerne ao apoio a munícipes em situação de maior fragilidade socioeconómica, cerca de 19% do orçamento encontra-se afeto à execução do *Fundo de Emergência Social*, da Medida de Participação nas Despesas com Medicamentos e da Rede de Referência e Intervenção no Isolamento.

A DASSJ mantém a sua linha de apoio às entidades de âmbito social e de saúde para o exercício das suas atividades e, para a concretização de projetos específicos que vão ao encontro das necessidades da comunidade. Nesta linha de apoio e, em termos de *construção de novos equipamentos sociais e ampliação/reabilitação de espaços existentes*, cerca de 20% do orçamento encontra-se consignado a esta finalidade.

Atentos não só à identificação de novas necessidades, como à garantia de continuidade da prestação de respostas com qualidade, evidencia-se a continuidade do financiamento do *Projeto Cuidar Melhor*, vocacionado para o apoio aos cuidadores de pessoas com demência, da criação de bolsas para a inclusão de jovens com necessidades especiais em colónias de férias, do alargamento do número de utentes do Serviço de Transporte Adaptado e a operacionalização da Rede de Referência e Intervenção no Isolamento.

Apesar de, em termos orçamentais, não ter impacto significativo, importa evidenciar a *dinamização dos espaços de proximidade e os projetos de intervenção na comunidade*, designadamente, o Centro Comunitário do Alto da Loba, o Espaço Comunitário dos Navegadores, o Clube de Jovens de Outurela, os Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes, o Serviço de Informação e Mediação a Pessoas com Deficiência e os CHAT – Gabinetes de Atendimento a Jovens, bem como os projetos Escolhas: Entrecul, Embarca e Oeiras Tem a Escola Toda.

Em termos do desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças, jovens e famílias, mantêm-se os diversos programas que decorrem em meio escolar, como o “Eu Passo”, “Crescer a Brincar” e o MUNSI e, salienta-se o investimento que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras pretende levar a cabo ao nível das ações de sensibilização e prevenção de risco.

Na área da *Juventude* a proposta de orçamento é para o cumprimento das suas competências no *domínio da formação e ocupação de tempos livres*, como o Tempo Jovem, o Programa “Mexe-te nas Férias, prevendo-se o seu alargamento às férias escolares do Natal e da Páscoa e a dinamização dos espaços da Rede Juventude. Mantém-se o investimento no apoio às atividades e projetos desenvolvidos pelos organismos juvenis do Concelho, com um ligeiro aumento no montante a atribuir; para 2017 é apresentada, ainda, a proposta de criação do *Parlamento para Jovens e do Orçamento Participativo direcionado para os jovens munícipes*.

## Divisão de Desporto

No âmbito da Divisão de Desporto (DD), e considerando que a prática regular de atividade física é um vetor fundamental da qualidade de vida das populações, não só pelos aspetos relacionados com a saúde mas também pela dinâmica social que encerra, são propostas ações que têm como grande meta facilitar e democratizar o acesso à prática desportiva, formal ou informal, em todos os grupos etários da população.

O movimento associativo desportivo representa parte importante na concretização desta meta, representando a maior oferta de atividades, mais concretamente 187 em 58 modalidades desportivas distintas. Neste quadro, e na sequência da implementação em 2016 do novo *Regulamento de Apoio às Atividades Desportivas*, que trouxe maior objetividade na atribuição dos apoios financeiros, pretende-se continuar a trabalhar em conjunto com as coletividades no sentido de apoiar o seu desenvolvimento sustentado. Assim, serão abertas candidaturas para o apoio à atividade regular, atividades pontuais e manutenção de instalações e aquisição de equipamentos, representando praticamente dois terços do orçamento global da DD.

No âmbito da promoção de atividade física e desportiva, pretende-se alargar o *projeto de implementação de equipamentos de uso livre*, reforçar as iniciativas do programa Mexa-se Mais com novas ações dirigidas para o treino tecnicamente orientado abertas à população bem como manter a execução *de projetos de promoção como o "55 + - atividade física sénior"* e mais uma edição *do Troféu CMO Corrida das Localidades* que celebra em 2017, 35 anos de existência. Ainda neste âmbito, serão organizados pelo Município os eventos que têm vindo a demonstrar sustentabilidade financeira por via do elevado nível de participação e das parcerias estabelecidas, nomeadamente a *Marginal à Noite e Corrida do Tejo*, sendo importantes contributos para a promoção do desporto mas também do próprio Concelho. No contexto dos eventos não municipais, serão *mantidos os apoios/parcerias consideradas como de interesse municipal*.

Os projetos associados à formação desportiva terão também continuidade, destacando-se *o programa de promoção do Espírito Desportivo e o*

*apoio às atividades desportivas desenvolvidas no âmbito escolar, onde se destaca o projeto Oeiras Náutica.*

## **DEPARTAMENTO DE CULTURA E PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO**

A atual estrutura do DCPC tem o desafio de concretizar, de forma mais eficaz e eficiente, o papel de motor na criação de oportunidades de desenvolvimento de uma atitude de aprendizagem ao longo da vida, na construção de competências complementares, na consciência da identidade local com a *promoção do conhecimento do património material e imaterial do município, na implementação de programas que contribuam para a sustentabilidade económica, social e turística do município*. A nossa ação desenvolve-se prioritariamente para toda a comunidade do concelho, com especial atenção para o grupo famílias, jovens e população sénior, mas pretende atrair e capitalizar o esforço do investimento na população que nos visita.

Ainda na esfera de gestão deste departamento encontra-se o Centro de Estudos Arqueológicos, que dará continuidade ao *programa de estudo e investigação dos registos arqueológicos* do concelho bem como ao *programa de divulgação e sensibilização para o património arqueológico de Oeiras* para com escolas e instituições culturais.

### **Divisão Património Histórico, Cultura e Turismo**

A Divisão de Património Histórico Cultura e Turismo tem por missão coordenar e promover o desenvolvimento das atividades culturais e turísticas, bem como a gestão da política municipal para a promoção do património histórico, cultural, imóvel e imaterial.

O grande desafio para os anos futuros é programar e entrelaçar estas três áreas - cultura, turismo e património - num objetivo comum que é o da diferenciação e inovação relativamente aos municípios vizinhos, mais especificamente Lisboa, Cascais e Sintra.

Existem dois grandes pilares que exemplificam de forma perfeita esta união: o *Palácio Marquês de Pombal* e o *Parque dos Poetas*.

Estando classificado como monumento nacional desde 1940, o **Palácio Marquês de Pombal** é o palco privilegiado de grandes eventos culturais, um polo de atração turística incontornável. As recriações históricas, as artes plásticas, a animação cultural, a promoção turística e a recuperação patrimonial são um marco da programação deste espaço, recentemente aberto ao público. Destaque neste contexto para iniciativas como o Há Prova em Oeiras, o festival EDP Cooljazz, o ciclo de recitais Música no Palácio e os espetáculos multimédia Noites no Palácio Encantado e Memórias de Luz.

Já o **Parque dos Poetas**, o único museu ao ar livre de Portugal, surge como espaço singular de oferta cultural. Com a sua recente conclusão, o espaço fica com um total de 27 hectares e 60 esculturas de poetas do século XII ao século XX. Não esquecer um dos ex-libris do parque, o **Templo da Poesia** que que futuramente poderá acolher exposições, concertos, tertúlias, lançamentos de livros e eventos de índole diversa. Espaço privilegiado para realização de eventos acolheu em 2016 o festival Poeiras da Língua Portuguesa e o Kids Food Festival.

Mas a oferta cultural do município não se restringe a estes espaços. O **Centro de Arte Manuel de Brito**, o **Centro Cultural Palácio do Egipto**, a **Livraria Galeria Municipal Verney** e a **Galeria Municipal Palácio Ribamar** são já referências culturais a nível de programação expositiva, com públicos fidelizados e oferta diversificada.

Como complemento precioso aos equipamentos culturais elencados anteriormente surgem a **Fábrica da Pólvora de Barcarena** e a **Quinta Real de Caxias**. Mais uma vez o património alia-se à cultura e ao turismo.

A Fábrica da Pólvora de Barcarena reúne atualmente condições para ser tornar um espaço de referência a nível patrimonial, cultural e turístico. Para além do **Museu da Pólvora Negra**, este complexo conta agora com residentes que prometem dinamizar o espaço: A Reserva na Fábrica – Associação para a Criatividade, Mediação Cultural e Empreendedorismo, a Associação Ecosfera e o Centrum Sete Sóis Sete Luas. Para além disso este património industrial evidencia-se já como sendo o palco do *Festival Sete Sóis Sete Luas* e do *Ciclo de Cinema ao Ar Livre*.

A Quinta Real de Caxias continua a ser objeto de intervenção, mais especificamente no que diz respeito à da estatuária existente, projeto que permitirá devolver ao público o espaço fiel ao original em 2017.

A não esquecer as iniciativas que marcam a atividade cultural e turística do município. As Festas de Oeiras, que em 2015 ganharam um novo fôlego e um novo conceito, e que marcam a celebração do aniversário do município; o *Festival Iminente*, um evento cultural multi-artístico com a curadoria de Vhils, que alia arte urbana à nova música, numa experiência de intensa proximidade coletiva; o *Nos Alive*, um dos maiores festivais de música da Europa que continua a escolher Oeiras como palco dos grandes músicos internacionais e nacionais; os eventos gastronómicos e de enoturismo que permitem a fruição e promoção do *Vinho de Carcavelos Villa Oeiras*, património imaterial único deste concelho.

Por último, mas não menos importante, *o trabalho de proximidade com os agentes culturais* do município. Reconhecendo a importância do papel desempenhado pelas estruturas associativas, no fomento e desenvolvimento da atividade cultural no Concelho, enquanto parceiros privilegiados no serviço ao bem comum, esta divisão tem apostado no apoio ao funcionamento e investimento das associações, visando proporcionar as melhores condições para a prossecução da sua atividade.

### **Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação**

Nas áreas de atuação que se encontram sob sua responsabilidade – *os fundos documentais e os programas de promoção da leitura e das literacias* – a DBDI propõe-se, para o ano de 2017, manter a atualização regular dos fundos documentais de forma a disponibilizar as novidades editoriais e os livros técnicos de apoio ao estudo e investigação, num modelo de atuação que privilegia a complementaridade na ação entre as unidades orgânicas da Autarquia, as entidades parceiras do território e os demais utilizadores da rede de bibliotecas de Oeiras, garantindo, simultaneamente, *o livre acesso à educação, à informação, à cultura e ao lazer*.

Não obstante a exigência do controlo da despesa pública e sua contenção orçamental face ao contexto socioeconómico atual, a proposta de GOP para 2017, traduz um incremento de cerca de 16% neste sector, face ao

orçamento do ano transato. Tal decorre, sobretudo, do facto de ser esta uma das unidades orgânicas cuja ação é mais virada para o exterior, cujo âmbito de atuação se centra na resposta aos munícipes, pelo que a planificação das atividades da DBDI, procurará potenciar os recursos humanos existentes e as suas valências técnicas, assim como o aproveitamento dos recursos físicos e materiais existentes de forma a cumprir a sua missão com sentido de total serviço público. Complementarmente, dar-se-á seguimento ao *trabalho de requalificação dos espaços funcionais das bibliotecas municipais*, particularmente no desenvolvimento de serviços inovadores destinados a aprendizagem colaborativa que potenciem experimentação ao nível da criatividade digital (texto, áudio, vídeo, imagem); ao desenvolvimento do projeto *“Memórias de Oeiras”* na dimensão de ponto de acesso aos conteúdos informativos, patrimonial e históricos do concelho, pese embora este último não tenha grande peso na proposta orçamental porquanto maioritariamente ser um projeto que está a ser assegurado com recursos próprios desta divisão.

Paralelamente, dando continuidade às dinâmicas já existentes, a rede de bibliotecas municipais pretende dar continuidade à *criação e desenvolvimento de programas de promoção da leitura e das literacias*, reforçando a sua ação junto das escolas do concelho, do seu serviço educativo, e concertando esforços no sentido de potenciar as aprendizagens, mantendo igualmente a *oferta de programas formativos, de atividades de divulgação cultural*, com a pretensa de oferecer um conjunto articulado de iniciativas em um programa regular que evidencie a especificidade das bibliotecas enquanto espaços de informação e conhecimento relevantes, indo de encontro aos interesses da sociedade atual, bem como, de extensão bibliotecária em diversas zonas do concelho como o projeto *“Fora de Portas”*. Ainda no âmbito da promoção da leitura e das literacias, continuam a merecer destaque os fóruns do *“Conversas na Aldeia Global”*, dos *“Livros Proibidos”*, do *“Grupo de Leitores”* que representam importantes contributos para a *promoção dos livros, dos temas da atualidade mas também do próprio Concelho*. Neste contexto serão mantidos os apoios e parcerias como os nossos moderadores, interlocutores e oradores, con-

sideradas como de interesse municipal face à sua relevância para o tema em análise.

A DBDI tem um modelo de biblioteca delineado e inserido numa rede de bibliotecas, demonstrando-se que a colaboração entre instituições, a integração comum de serviços e aposta na requalificação tecnológica são essenciais para o desenvolvimento futuro desta estrutura, produtora e geradora de conhecimento. A Rede de Bibliotecas Municipais compreende a Biblioteca de Oeiras, de Algés e de Carnaxide, as quais servem o município de Oeiras assim como todos os concelhos adjacentes.

### DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

A assunção pelo Município de novas competências na área da educação, decorrente da celebração do Contrato interadministrativo de delegação de competências - Contrato de Educação e Formação Municipal (Contrato n.º 558/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 145 — 28 de julho de 2015), e que teve em 2016 o seu primeiro ano de vigência, foi consagrada em termos de regulamento orgânico do Município com a criação do Departamento de Educação.

Os dados relativos ao ano letivo 2016/17 evidenciam que Oeiras continua a manifestar uma *notável capacidade de atração de alunos*, ainda que num contexto de recessão demográfica, o que se traduziu num aumento do número de alunos acolhidos: mais 2% de crianças no pré-escolar, mais 1,5% no 1º ciclo, mais 2% no 3º ciclo e mais 4% no ensino, face ao ano letivo anterior.

Em 2017, 45 % do orçamento da Educação é dedicado *a medidas de apoio social escolar* – apoio para transportes, refeições escolares, bolsas de estudo para frequência do ensino superior, e subsídios para aquisição de livros e material escolar.

Em complemento à medida do Governo de atribuição gratuita dos manuais escolares para os alunos do 1º Ciclo, o Município reforçará a *atribuição de verbas para material escolar num aumento de 150% do valor atribuído a cada aluno no ano anterior*.

6% do orçamento é constituído pelo valor afeto ao *desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular*, que serão promovidas à medida de cada comunidade educativa, consoante o modelo de contratualização com o Município escolhido.

Em 2017 será dada continuidade ao *programa municipal de empreendedorismo* que envolveu a formação mais 50 professores, 50 turmas e 1.150 alunos do 1.º ciclo de ensino básico ao ensino secundário. Dar-se-á ainda continuidade aos diversos projetos de iniciativa municipal, de que destacam: *Rede de Escolas de Excelência, Aqui há Ciência, MUS-E, Orquestra Sinfónica Juvenil e Educação Ambiental*.

Será potenciada a utilização dos diferentes canais de comunicação, visando a melhoria da qualidade da informação prestada ao munícipe relativamente à rede escolar concelhia, ofertas formativas, atividades das escolas, serviços prestados no âmbito da Educação para permitir a tomada de decisão quanto à opção por uma oferta educativa, de serviços existentes em cada umas das escolas.

Na sequência do investimento realizado em 2016, dar-se-á continuidade à *renovação do equipamento informático das escolas de pré-escolar e do 1º ciclo*, procedendo-se ainda à generalização das redes wifi nas escolas.

No decorrer de 2017 irá ser *concluído a elaboração do plano de substituição de coberturas degradadas dos estabelecimentos escolares da rede pública do concelho*, e dada continuidade à sua execução física.

Apostando na melhoria contínua das condições de aprendizagem dos alunos de Oeiras, 50% das salas afetas ao 2º ciclo do ensino básico terão o seu *mobiliário renovado*.

Em função do financiamento que vier a ser definido e disponibilizado pelo Ministério da Educação *será dado início à preparação dos planos de reabilitação das infraestruturas das escolas do 2.º, 3.º CEB e Secundário*, na sequência de levantamento exaustivo realizado pelo Município.

MAPA ENTIDADES PARTICIPADAS

Nome	NIF	Sede	Participação	%
OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos, E.E.M.	505.351.064	Piscina Oceânica de Oeiras - Estrada Marginal - Praia da Torre 2780-267 OEIRAS	100.966 €	100,0%
PARQUES TEJO, Parqueamentos de Oeiras, E.E.M.	504.719.670	Av. das Tulipas, n.º 6, Piso 10 D/E Miraflores 1495-161 ALGÉS	950.000 €	100,0%
HABITÁGUA - Serviços Domésticos, Lda.	503.172.022	Estrada de Paço de Arcos (Edifício Lemo) 2770-130 Paço de Arcos	292.632 €	100,0%
LEMO, Laboratório de Ensaios de Materiais de Obras, E.I.M.,SA	506.596.737	Estrada de Paço de Arcos, Edifício LEMO 2770-130 Paço de Arcos	699.201 €	100,0%
SATU-OEIRAS - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.	505.194.597	Lagoas Park - Edifício 1 2740-264 PORTO SALVO	1.020.000 €	51,0%
MUNICÍPIA, SA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	504.475.606	Taguspark, Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II,11 - 3º B 2740-120 PORTO SALVO	1.710.773 €	56,7%
AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos	502.026.391	Avenida 5 Junho - Trajouce 2785-155 SÃO DOMINGOS DE RANA	5.052.035 €	20,0%
ISQ - Centro de Incubação de Empresas, Lda.	506.698.750	Taguspark, Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 33 2740-120 PORTO SALVO	8.250 €	0,5%
OEIRAS EXPO, SA	508.704.618	Largo Marquês de Pombal, Edifício dos Paços do Município 2784-501 Oeiras	49.000 €	49,0%

Nome	NIF	Sede	Participação	%
TAGUSPARK, Soc. de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A.	502.857.587	Taguspark, Núcleo Central, 100 2740-122 OEIRAS	4.524.667 €	19,2%
E.I.A - Ensino e Investigação e Administração, S.A. - Entidade Instituidora da Universidade Atlântica	502.948.477	Antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena 2730-085 BARCARENA	37.690 €	2,9%
SANEST, Saneamento da Costa do Estoril, S.A.	503.455.539	Rua Flor da Murta, Terrugem 2770-064 PAÇO DE ARCOS	1.347.500 €	12,3%
A.M.E.M. - Associação de Municípios para o Ensaio de Materiais	505.610.191	Estrada de Paço de Arcos, Edifício LEMO 2770-130 Paço de Arcos	10.000 €	66,7%
Total			15.802.712,4 3	

CONTINGENTES

Parte contrária	Objeto	Probabilidade	Prioridade	Provisões
Mariano Gonçalves Proc. 8259/11.1TBOER	Escola EB 1 Manuel Vaz	Possibilidade de procedência dado que a CMO justificou notarialmente a aquisição por usucapião do terreno. Possibilidade de sentença este ano.	Elevada	55.000,00 €
Petrogal (802/10.0BESNT)	Impugnação de atos de liquidação de taxas de publicidades nos postos Galp de Queijas e Oeiras.	50/50 - possibilidade de sentença ainda este ano. À Cautela, providenciar verba reclamada.	Média	2.625,25 €
Petrogal (processo 2572/14.3BESNT)	Impugnação de atos de liquidação de taxas de depósitos de gás nos postos Av. Eng.º Álvaro Roquete e EN117	50/50 - possibilidade de sentença ainda este ano. À Cautela, providenciar verba reclamada.	Média	2.172,96 €
Petrogal (processo 1721/14.6BESNT)	Impugnação de atos de liquidação de taxas de depósitos de gás nos postos Galp de Queijas e Oeiras.	50/50 - possibilidade de sentença ainda este ano. À Cautela, providenciar verba reclamada.	Média	2.172,96 €
Helena Rosa Proc. 2732/10.6BELSB	Acção responsabilidade civil extracontratual referente a sinistro auto-movel.	Fortes possibilidades de procedibilidade, dado que ganhamos parcialmente a primeira instancia. Possibilidade de sentença este ano.	Média	7.860,80 €
PTC (1141/10.1BESNT)	Acção de impugnação de liquidação de taxas de ocupação público com estaleiro .	Fortes possibilidades de perdermos. Toda a jurisprudencia é contra nós. Possibilidade de sentença este ano. Providenciar verba.	Média	1.617,02 €
TMN Proc. 1182/11.1BESNT	Acção de impugnação de taxas de radiocomunicações	Fortes possibilidades de perdermos. Toda a jurisprudencia é contra nós. Possibilidade de sentença este ano. Providenciar verba.	Média	1.890,00 €
LISOP Proc.126/12.8BESNT	Acção de impugnação de tarifas de esgotos	50/50 - Possibilidade de sentença este ano. Providenciar verba.	Média	5.226,41 €
Petrogal (1518/11.5BESNT)	Acção de impugnação das taxas de publicidade aposta nas areas de serviço de Linda-a-Velha e Palmeiras	50/50 - Possibilidade de sentença este ano. Providenciar verba.	Elevada	2.944,55 €
Petrogal (647/12,2BESNT)	Acção de impugnação de taxas de ocupação de via pública	50/50 - Possibilidade de sentença este ano. Providenciar verba.	Elevada	12.535,54 €
João Campos Proc. 1297/12.9BESNT	Acção de responsabilidade civil extracontratual com referencia a dano em viatura derivado de queda de ramo de árvore	50/50 - Não se perspectiva a possibilidade de sentença este ano.	Média	1.766,60 €
ZON 29/12.6BESNT	Acção de impugnação de atos de liquidação de taxas de ocupação de docimínio publico e publicidade	50/50 - Não se perspectiva a possibilidade de sentença este ano.	Média	7.996,80 €
DIGAL (727/09.1BESNT)	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de sentença este ano. Providenciar verba.	Elevada	2.038,70 €
DIGAL (169/08.0BESNT)	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de sentença este ano. Providenciar verba.	Elevada	2.565,44 €

Parte contrária	Objeto	Probabilidade	Prioridade	Provisões
DIGAL (1282/12.0BESNT)	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de sentença este ano. Providenciar verba.	Média	19.996,18 €
Iberusa proc. 661/10.2BESNT	Acção para impugnação de atos de liquidação de taxas de publicidade	50/50 - Possibilidade de sentença este ano. Providenciar verba.	Elevada	1.450,55 €
PTC Proc. 337/09.3BESNT	Acção para impugnação de atos de liquidação de taxas de ocupação de via pública	Fortes probabilidades de improcedência, dado que a maioria da jurisprudência é contra a nossa posição. Possibilidade de sentença este ano. Providenciar verba.	Elevada	25,04 €
TMN Proc. 949/11.5BESNT	Acção de impugnação de atos de liquidação de taxas referentes a instalação de infraestruturas de radiocomunicações	Fortes probabilidades de procedência, dado que ganhamos a primeira instância. Possibilidade de sentença este ano. Providenciar verba.	Média	1.890,00 €
Petrogal - Impugnação tributária - 2093/14,4BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.198,88 €
Petrogal - Impugnação tributária - 2158/14,2BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.198,88 €
Petrogal - Impugnação tributária- 2572/14,BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.198,88 €
Petrogal - Impugnação tributária - 485/15,0BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.198,88 €
Petrogal - Impugnação tributária - 2815/14,3BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.172,96 €
Petrogal - Impugnação tributária - 1522/15.4BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.172,96 €
Petrogal - Impugnação tributária - 2539/15.4BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.198,88 €
Petrogal - Impugnação tributária - 2219/15,0BESNT-	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.172,96 €
Petrogal - Impugnação tributária - 3237/15,4BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.198,88 €
Petrogal - Impugnação tributária - 1808/15.8BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.172,96 €
Petrogal - Impugnação tributária - 2799/15,0BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.198,88 €
Petrogal - Impugnação tributária - 186/16,2BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.198,88 €
Petrogal - Impugnação tributária - 3513/15,6BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.198,88 €
Petrogal - Impugnação tributária - 3624/15,8BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.198,88 €
Petrogal - Impugnação tributária - 600/16,7BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.198,88 €
Petrogal - Impugnação tributária -733/16,0BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	15.070,44 €

Parte contrária	Objeto	Probabilidade	Prioridade	Provisões
Petrogal - Impugnação tributária - 425/16,0BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.198,88 €
Petrogal - Impugnação tributária - 732/16,1BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	2.250,72 €
Petrogal - Impugnação tributária - 303/16,2besnt	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	Possibilidades fortes de proceder, dado sentenças favoráveis ao MO anteriores	Reduzida	2.198,88 €
Petrogal - Impugnação tributária - 298/16.2BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	Possibilidades fortes de proceder, dado sentenças favoráveis ao MO anteriores	Reduzida	4.962,75 €
Repsol - Impugnação tributária - 3465/15.2BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	Possibilidades fortes de proceder, dado sentenças favoráveis ao MO anteriores	Reduzida	1.624,65 €
Repsol - Impugnação tributária - 65/14,8BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	Possibilidades fortes de proceder, dado sentenças favoráveis ao MO anteriores	Reduzida	1.624,65 €
Repsol - Impugnação tributária - 1671/14,6BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	Possibilidades fortes de proceder, dado sentenças favoráveis ao MO anteriores	Reduzida	1.624,65 €
Repsol - Impugnação tributária - 1960/14,0BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	Possibilidades fortes de proceder, dado sentenças favoráveis ao MO anteriores	Reduzida	1.624,65 €
REN - Impugnação tributária - 2518/15,1BESNT	Acção de impugnação de taxas de ocupação de subsolo	Possibilidades fortes de proceder, dado sentenças favoráveis ao MO anteriores	Reduzida	4.313,10 €
A.P.P.A (Associação Popular de Paço de Arcos) - processo 4896/15,3T8OER	Pedido de execução por alegado incumprimento do contrato de transação efectuado entre o Município e a APPA	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	7.640,55 €
Clube Português de Artes e Ideias - Processo 22749/15,3T8SNT	Acção declarativa de condenação - incumprimento de Acórdão	Bastantes possibilidades de procedencia	Reduzida	250.000,00 €
Sebastião José Carvalho - processo 3917/15,4T8CSC	Acção declarativa de condenção	50/50 - possibilidade de procedência.	Reduzida	54.500,00 €
Rui Pedro Campos	Acidente de viação ocorrido em 14 de Maio de 2011.	50/50 - possibilidade de procedência. Possível sentença ainda este ano	Reduzida	4.504,89 €
ACT - C O 3000 3691 1570 / Luis Lachica	Impugnação de contraordenação por motorista da CMO "circulava com veículo, sem ter livrete individual de controlo"	Probabilidade de procedência da defesa da CMO uma vez que o mesmo ocorreu em casos semelhantes anteriores. Possibilidade de decisão este ano. Mesmo que a decisão seja desfavorável existe a possibilidade de recurso para Tribunal.	Média	9.180,00 €
ACT	Impugnação de contraordenação por motorista da CMO "circulação de máquina industrial sem preenchimento de requisitos legais"	Boa probabilidade de procedência da defesa da CMO uma vez que o mesmo ocorreu em casos semelhantes anteriores. Possibilidade de decisão este ano. Mesmo que a decisão seja desfavorável existe a possibilidade de recurso para Tribunal.	Média	300,00 €
Pedro Filipe Antunes Amaral - Proc 2513/15.0BESNT	Processo de acidente 66/2015 - pedido de condenação do Município ou do Instituto Português do Desporto e da Juventude ao pagamento de uma indemnização	50/50 - possibilidade de procedência. Possível sentença ainda este ano	Reduzida	2.042,61 €
HABITAT	Plano de Pormenor do Vale de Algés - pedido de indemnização.	Não terá decisão transitada em julgado este ano.	Reduzida	

Parte contrária	Objeto	Probabilidade	Prioridade	Provisões
HABITAT	Plano de Pormenor do Vale de Algés - pedido de indemnização a liquidar em execução de sentença.	Não terá decisão transitada em julgado este ano.	Média	
Sociedade Pavilhão de Algés	Concessão para exploração do Palácio Ribamar.	Não haverá sentença transitada em julgado no decurso deste ano.	Reduzida	1.507.235,16 €
Américo Rosa Fragoso - Proc 440/08.7BESNT	Demolição de edifício sito na Quinta da Gandarela, em Carnaxide.	Notificados da sentença em Setembro 2014. Condenados ao pagamento de € 3500. A decisão foi objecto de recurso por parte do autor do processo. Pode ter decisão transitada em julgado este ano.	Média	3.500,00 €
GERTAL	Requer o pagamento da facturas e notas de débito referente a serviços prestados em execução do Contrato de Prestação de Serviços 58/2002	Sentença condenatória em sede de 1ª instância. Aguarda-se decisão do recurso interposto no TCASul. Possibilidade de sentença transitar em julgado este ano.	Elevada	40.018,95 €
Maria Madalena Morgado - Proc 663/12.4BESNT	Demolição de moradia em Algés	Pendente no TCASUL- Possibilidade de decisão transitada em julgado este ano.	Média	468.064,00 €
Brandão e filhos	Construção de edifício de escritórios em Oeiras - garantia bancária.	Aguarda sentença 1ª instância. Não terá decisão transitada em julgado este ano.	Reduzida	30.000,00 €
Associação Oeiras Merece Mais	SATU Oeiras	Aguarda sentença 1ª instância. Não terá decisão transitada em julgado este ano.	Reduzida	2.959.700,00 €
Administração Condomínio Algés - Proc 1178/16.7BESNT	Pedido de indemnização por infiltrações	Processo recente - não haverá sentença este ano, a menos que haja acordo.	Reduzida	35.319,92 €
Maria Fernanda Almeida	Terreno sito em Paço de Arcos - requer o pagamento de € 20500, a título de indemnização, por danos patrimoniais resultantes da privação do uso do imóvel.	Aguarda sentença 1ª instância. Não terá decisão transitada em julgado este ano.	Reduzida	20.500,00 €
LUSITÂNIA - Proc 1159/11.8BESNT	Processo de acidente 12/2015	Aguarda Julgamento	Média	10.043,09 €
LISGRAFICA - Proc. 786/12.0BESNT	Pedido de isenção da Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos e a devolução das quantias cobradas desde Janeiro de 2003 até à data de 11 de Junho de 2012, no montante de € 79.038,43 , acrescidos de juros de mora.	50/50 - Possibilidade de sentença este ano. Mesmo que a decisão seja desfavorável existe a possibilidade de recurso.	Média	79.038,43 €
Construções Biscainho, Lda., - Proc 429/12.1BESNT	Mercado Municipal de Barcarena - pagamento de facturas.	50/50 - Possibilidade de sentença este ano. Mesmo que a decisão seja desfavorável existe a possibilidade de recurso.	Média	346.511,50 €
GERTAL - Proc. 177/08.7BESNT	Impugnação da deliberação CMO 691/07, de 27/6 que determina à Autora de 43.763,49 €	Sentença favorável em 1ª instancia. Aguarda decisão do recurso.	Elevada	43.763,49 €
Finanças	Recurso Judicial de Coima por falta de pagamento de Imposto único de circulação do veículo 68-13-IF	50/50 - Decisão este ano, sem possibilidade de recurso. À Cautela, providenciar verba.	Média	106,50 €

Parte contrária	Objeto	Probabilidade	Prioridade	Provisões
PROMORAIL - Proc 1118/11.0BESNT	Pagamento de prejuizos decorrentes do prolongamento da empreitada para a concepção e construção das bancadas do Estádio Municipal de oeiras	Encontra-se a decorrer a audiência de julgamento, pelo que será proferida sentença este ano. Contudo, mesmo na eventualidade de o Município ser condenado ao pagamento do valor reclamado há sempre hipótese de recurso para o TCASul. Não se deslumbra pagamento este ano.	Média	1.451.822,34 €
MRG, Oeiras Primus e outros.	Parcerias Público Privada	A pedido das partes o processo encontra-se suspenso por 6 meses , a contar de 23/01/2014, período que as partes têm para formalizar um acordo de transacção propriamente dito nos termos da minuta que já se encontra em apreciação e discussão nesta Câmara.	Média	15.950.526,38 €
Rolim Comercial	Indeminização por danos materiais em execução de sentença do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem - queixa 16153/09	Elaborada nova Proposta de Deliberação para aprovação na reunião de Câmara de 14 de Setembro de 2016	Elevada	464.843,00 €
Iris Filipe / Altanance	Acção de Preferência sobre o imóvel sito na Rua Soeiro Pereira Gomes Lote 55 - Já foi depositado a título de caução o valor 22,611,00. Se a acção proceder o dinheiro fica como pagamento do imóvel, se improceder o dinheiro é devolvido.	50/50. A implicancia de pagamento encontra-se descrito no objecto da acção.	Média	22.611,00 €
				<b>23.963.919,50 €</b>



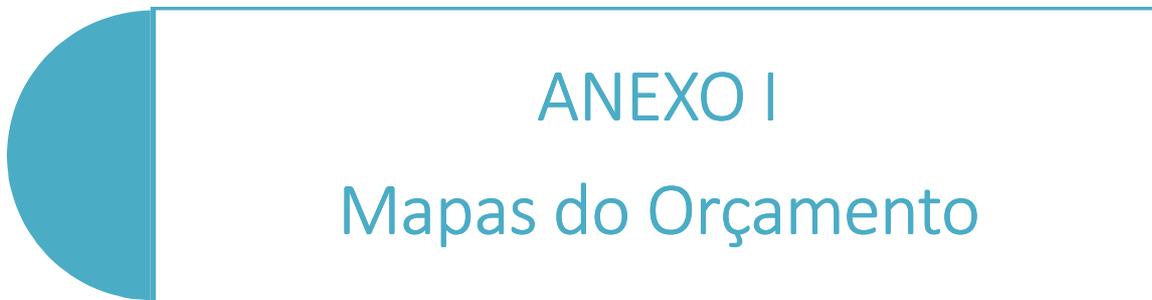
## ANEXO II

# Mapa dos Empréstimos de ML Prazo









ANEXO I  
Mapas do Orçamento



## Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)	
					AC	AA	FC		Início	Fim			Anos seguintes					
													2017		2018	2019		2020
Proj.	Ano / N.º Ação							(b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)					
<b>Funções Gerais</b>																		
<b>SA</b>																		
1	111	2007/1062	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - HARDWARE	02 070107	0			A014	01/2007	12/2017	2	26.458	415.895	415.895				442.353
1	111	2007/1062	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	02 020220	0			A014	01/2007	12/2020	2	298.231	531.884	531.884		180.000		1.668.443
1	111	2008/6	CONSULTORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	02 020214	0			A014	01/2008	12/2017	2	57.522	38.498	38.498				96.020
1	111	2008/15	LICENCIAMENTO DE SOFTWARE - DSI	02 070108	0			A014	01/2008	12/2017	2	94.556	112.091	112.091				206.647
1	111	2009/1119	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	02 020220	0			A014	01/2009	12/2019	2	32.366	446.336	446.336		527		554.385
1	111	2009/1120	ACORDOS DE CONTINUIDADE (CONTRATOS MANUTENÇÃO - VERTENTE CAPITAL)	02 070108	0			A014	01/2009	12/2018	2	103.780	306.383	306.383				514.514
1	111	2015/1360	OUTROS BENS	02 020121	0			A014	01/2015	12/2020	2	7.796	4.000	4.000		4.000		23.796
1	111	2016/1414	DESPESAS COM PESSOAL - AM															
1	111	2016/1414 1	DESPESAS COM PESSOAL - AM															
1	111	2016/1414 1/1	Ajudas de custo															
1	111	2016/1414 1/2	Outros	01 010204	0			A001	01/2016	12/2017	0		300	300				300
1	111	2016/1414 1/3	Transportes	01 01021302	0			A001	01/2016	12/2017	0		21.800	21.800				21.800
1	111	2016/1414 1/4	Deslocações e Estadas	01 020210	0			A001	01/2016	12/2017	0		201	201				201
1	111	2016/1414 1/5	Senhas de Presença	01 020213	0			A001	01/2016	12/2017	0		5.200	5.200				5.200
1	111	2016/1414 1/5	Senhas de Presença	01 01021303	0			A001	01/2016	12/2017	0		127.800	127.800				127.800
1	111	2016/1420	Fundo Maneiço - GP															
1	111	2016/1420 1	Fundo Maneiço - GP															
1	111	2016/1420 1/1	Outros Bens	02 020121	0			A007	01/2016	12/2020	0		50	50		50		200
1	111	2016/1420 1/2	Outros serviços	02 020225	0			A007	01/2016	12/2020	0		1.000	1.000		100		1.300
1	111	2016/1421	Fundo Maneiço - GDM															
1	111	2016/1421 1	Fundo Maneiço - GDM															
1	111	2016/1421 1/1	Material escritório	02 020108	0			A010	01/2016	12/2017	0		10	10				10
1	111	2016/1421 1/2	Outros Bens	02 020121	0			A010	01/2016	12/2017	0		312	312				312
1	111	2016/1421 1/3	Outros serviços	02 020225	0			A010	01/2016	12/2017	0		1.200	1.200				1.200
1	111	2016/1422	Fundo Maneiço - GCAJ															
1	111	2016/1422 1	Fundo Maneiço - GCAJ															
1	111	2016/1422 1/1	Outros serviços	02 020225	0			A011	01/2016	12/2017	0		500	500				500
1	111	2016/1424	Fundo Maneiço - DPMPC															
1	111	2016/1424 1	Fundo Maneiço - DPMPC															
1	111	2016/1424 1/1	Material escritório	02 020108	0			A004	01/2016	12/2017	0		10	10				10
1	111	2016/1424 1/2	Outros Bens	02 020121	0			A004	01/2016	12/2017	0		10	10				10
1	111	2016/1424 1/3	Comunicações	02 020209	0			A004	01/2016	12/2017	0		10	10				10





## Grandes Opções do Plano do ano 2017

114

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017			2018 (e)	Anos seguintes		
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2019 (f)		2020 (g)
<b>1 Funções Gerais</b>																			
<b>1 112 DGDO</b>																			
1	112	2016/1415 1/33	Ajudas de custo	0				A020	01/2016	12/2020	0	10.200	10.200	10.200	10.200	10.200	40.800		
1	112	2016/1415 1/34	Abono para falhas	0				A020	01/2016	12/2020	0	128.800	128.800	128.800	128.800	128.800	515.200		
1	112	2016/1415 1/35	Formação	0				A020	01/2016	12/2020	0	11.200	11.200	11.200	11.200	11.200	44.800		
1	112	2016/1415 1/36	Subsídio de trabalho nocturno	0				A020	01/2016	12/2020	0	95.900	95.900	95.900	95.900	95.900	383.600		
1	112	2016/1415 1/37	Subsídio de turno	0				A020	01/2016	12/2020	0	1.001.200	1.001.200	1.001.200	1.001.200	1.001.200	4.004.800		
1	112	2016/1415 1/38	Abono Devido a Cessação de Funções	0				A020	01/2016	12/2020	0	2.100	2.100	2.100	2.100	2.100	8.400		
1	112	2016/1415 1/40	Prémios de desempenho	0				A020	01/2016	12/2020	0	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	200.000		
1	112	2016/1415 1/41	Outros	0				A020	01/2016	12/2020	0	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000		
1	112	2016/1415 1/42	Outros abonos em numerário ou espécie	0				A020	01/2016	12/2020	0	417.800	417.800	417.800	417.800	417.800	1.671.200		
1	112	2016/1415 1/43	Encargos com a saúde	0				A020	01/2016	12/2020	0	1.393.100	1.393.100	1.393.100	1.393.100	1.393.100	5.572.400		
1	112	2016/1415 1/44	Subsídio familiar a criança e jovens	0				A020	01/2016	12/2020	0	120.600	120.600	120.600	120.600	120.600	482.400		
1	112	2016/1415 1/45	Outras prestações familiares	0				A020	01/2016	12/2020	0	4.300	4.300	4.300	4.300	4.300	17.200		
1	112	2016/1415 1/46	Assist. doença funcionários públicos (ADSE)	0				A020	01/2016	12/2020	0	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400	25.600		
1	112	2016/1415 1/47	Caixa Geral de Aposentações	0				A020	01/2016	12/2020	0	4.731.500	4.731.500	4.731.500	4.731.500	4.731.500	18.926.000		
1	112	2016/1415 1/48	Segurança Social-Regime Geral	0				A020	01/2016	12/2020	0	3.598.000	3.598.000	3.598.000	3.598.000	3.598.000	14.392.000		
1	112	2016/1415 1/49	Outros	0				A020	01/2016	12/2020	0	162.700	162.700	162.700	162.700	162.700	650.800		
1	112	2016/1415 1/50	Contribuições para a Segurança Social	0				A020	01/2016	12/2020	0	23.800	23.800	23.800	23.800	23.800	95.200		
1	112	2016/1415 1/51	Outras Despesas	0				A020	01/2016	12/2020	0	134.300	134.300	134.300	134.300	134.300	537.200		
1	112	2016/1415 1/53	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	0				A020	01/2016	12/2020	0	23.800	23.800	23.800	23.800	23.800	95.200		
1	112	2016/1415 1/55	Transportes	0				A020	01/2016	12/2020	0	700	700	700	700	700	2.800		
1	112	2016/1415 1/56	Deslocações e estadas	0				A020	01/2016	12/2020	0	50.300	50.300	50.300	50.300	50.300	111.200		
1	112	2016/1415 1/57	Deslocações e Estadas	0				A002	01/2016	12/2017	0	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400		
1	112	2016/1415 1/58	Senhas de Presença	0				A002	01/2016	12/2017	0	14.600	14.600	14.600	14.600	14.600	14.600		
1	112	2016/1415 1/59	Senhas de Presença	0				A020	01/2016	12/2020	0	2.200	2.200	2.200	2.200	2.200	8.800		
1	112	2016/1415 1/60	Transportes	0				A002	01/2016	12/2017	0	300	300	300	300	300	300		
1	112	2016/1426	Fundo Maneiro - DGDO																
1	112	2016/1426 1	Fundo Maneiro - DGDO																
1	112	2016/1426 1/1	Material escritório	0				A015	01/2016	12/2017	0	10	10	10	10	10	10		
1	112	2016/1426 1/2	Outros Bens	0				A015	01/2016	12/2017	0	10	10	10	10	10	10		
1	112	2016/1426 1/3	Comunicações	0				A015	01/2016	12/2017	0	10	10	10	10	10	10		
1	112	2016/1426 1/4	Transportes	0				A015	01/2016	12/2017	0	10	10	10	10	10	10		



## Grandes Opções do Plano do ano 2017

116

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)					
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017		Anos seguintes							
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)		2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)		
<b>Funções Gerais</b>																						
<b>DGDO</b>																						
1	112	2016/1437 1/4	Transportes	0				A018	01/2016	0							10	10	10	10	50	
1	112	2016/1437 1/5	Outros serviços	0				A018	01/2016	0							10	10	10	10	50	
Totais do Programa 112:													3.650.728	51.549.282	51.549.282	51.684.244	51.684.244	6.086.642	216.409.384			
<b>DPGU</b>																						
1	113	2016/1438	Fundo Maneiro - DPGU																			
1	113	2016/1438 1	Fundo Maneiro - DPGU																			
1	113	2016/1438 1/1	Material escritório	0				A023	01/2016	12/2017	0						10	10			10	
1	113	2016/1438 1/2	Outros Bens	0				A023	01/2016	12/2017	0						800	800			800	
1	113	2016/1438 1/3	Comunicações	0				A023	01/2016	12/2017	0						10	10			10	
1	113	2016/1438 1/4	Transportes	0				A023	01/2016	12/2017	0						10	10			10	
1	113	2016/1438 1/5	Outros serviços	0				A023	01/2016	12/2017	0						800	800			800	
Totais do Programa 113:													1.630	1.630	1.630	1.630	1.630	1.630	1.630			
<b>DHRU</b>																						
1	114	2016/1439	Fundo Maneiro - DHRU																			
1	114	2016/1439 1	Fundo Maneiro - DHRU																			
1	114	2016/1439 1/1	Material escritório	0				A028	01/2016	12/2017	0						20	20			20	
1	114	2016/1439 1/2	Outros Bens	0				A028	01/2016	12/2017	0						1.600	1.600			1.600	
1	114	2016/1439 1/3	Comunicações	0				A028	01/2016	12/2017	0						20	20			20	
1	114	2016/1439 1/4	Transportes	0				A028	01/2016	12/2017	0						20	20			20	
1	114	2016/1439 1/5	Outros serviços	0				A028	01/2016	12/2017	0						4.000	4.000			4.000	
Totais do Programa 114:													5.660	5.660	5.660	5.660	5.660	5.660	5.660			
<b>DOM</b>																						
1	115	2008/21	REPARAÇÃO E MANUT DE EQUIP ELECTROMECANICOS	0				A034	01/2008	12/2020	2						415.981	985.772	985.772	666.241	313.847	3.159.700
1	115	2008/22	CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	0				A034	01/2008	12/2017	2						103.701	133.021	133.021			236.722
1	115	2008/23	REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	0				A034	01/2008	12/2020	2						364.937	1.017.655	1.017.655	36.750	36.750	2.210.417
1	115	2008/24	AQUIS INST EQUIP ELECTRICO E ELECTROMECANICO	0				A034	01/2008	12/2020	2						35.458	142.654	142.654	116.759	102.583	519.211
1	115	2011/1276	NOVAS OFOICINAS MUNICIPAIS - PROJETOS	0				A033	01/2011	12/2020	2						63.794	61.377	61.377	25.830		254.321
1	115	2011/1277	PROJECTO DO EDIFÍCIO SEDE DA CMO	0				A033	01/2011	12/2018	2						489.539	74.794	74.794	74.793		619.126

## Grandes Opções do Plano do ano 2017

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017		Anos seguintes			
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	
<b>1 Funções Gerais</b>																		
<b>DOM</b>																		
1 115	2011/1282	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉCTRICO E OUTRO	02 020121	O				A035	01/2011	12/2019	2	13.983	24.600	24.600	50.000	50.000	138.593	
1 115	2013/1319	NOVAS OFICINAS MUNICIPAIS - OBRA	02 07010301	O				A034	01/2013	12/2020	2	2.464.546	261.251	261.251	1.550.000	1.250.000	5.984.797	
1 115	2015/1371	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA CMO	02 07010301	O				A034	01/2015	12/2020	2		1.000	1.000	15.075.320	7.537.660	37.689.300	
1 115	2016/1440	Fundo Maneiro - DOM																
1 115	2016/1440 1	Fundo Maneiro - DOM																
1 115	2016/1440 1/1	Material escritório	02 020108	O				A032	01/2016	12/2017	0		10	10			10	
1 115	2016/1440 1/2	Outros Bens	02 020121	O				A032	01/2016	12/2017	0		800	800			800	
1 115	2016/1440 1/3	Comunicações	02 020209	O				A032	01/2016	12/2017	0		10	10			10	
1 115	2016/1440 1/4	Transportes	02 020210	O				A032	01/2016	12/2017	0		10	10			10	
1 115	2016/1440 1/5	Outros serviços	02 020225	O				A032	01/2016	12/2017	0		800	800			800	
1 115	2016/1450	Fundo Maneiro - DGEPIM																
1 115	2016/1450 1	Fundo Maneiro - DGEPIM																
1 115	2016/1450 1/1	Outros serviços	02 020225	O				A035	01/2016	12/2017	0		10	10			10	
1 115	2017/1470	Implementação de iluminação Led em Equipamentos Municipais	02 07011002	O				A034	01/2017	12/2020	0		83.290	83.290	150.000	150.000	736.581	
1 115	2017/1480	MANUTENÇÕES DIVERSAS EM EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	02 020203	O				A034	01/2017	12/2020	0		300.000	300.000	1.200.000	1.200.000	4.038.918	
Totais do Programa 115:												3.931.948	3.067.054	3.067.054	19.128.585	18.870.899	10.590.839	55.589.326
<b>DASU</b>																		
1 116	2004/1046	GRANDES REPARAÇÕES EM VIATURAS E EQUIPAMENTO DIVERSO	02 07010602	O				A038	01/2004	12/2017	2	14.544	12.300	12.300			26.844	
1 116	2004/1047	AQUIS MATERIAL DIVERSO P/AS OFICINAS	02 020121	O				A038	01/2004	12/2020	2	39.324	65.190	65.190	14.145	14.145	167.859	
1 116	2004/1047	INSPECCAO PERIODICAS E OBRIG P/ LEI , DE VIATURAS PESADAS E LIGEIRAS	02 020203	O				A038	01/2004	12/2020	2	3.631	9.225	9.225	9.225	3.075	34.381	
1 116	2004/1047	DECORAÇÕES EM VIATURAS	02 020217	O				A038	01/2004	12/2018	2	1.507	18.450	18.450	6.150		26.107	
1 116	2007/1062	VIATURAS EM AOV	02 020206	O				A038	01/2007	12/2020	2	429.547	638.149	638.149	589.048	540.203	2.864.845	
1 116	2007/1062	ALUGUER DE MÁQUINAS E DE VIATURAS	02 020206	O				A038	01/2007	12/2020	2	71.999	57.318	57.318	57.195	55.350	260.252	
1 116	2007/1062	AQ PECAS E ACESSÓRIOS P/ MANUTENÇÃO DE VIATURAS MÁQUINAS E EQ DIVERSO	02 020112	O				A038	01/2007	12/2020	2	156.754	253.130	253.130	169.329	55.350	760.638	
1 116	2007/1062	MANUTENÇÕES E REVISÕES PERIODICAS EM VIATURAS E EQUIPAMENTO DIVERSO	02 020203	O				A038	01/2007	12/2020	2	47.342	199.783	199.783	155.105	123.125	540.855	
1 116	2009/1129	AQUISIÇÃO LUBRIFICANTES	02 02010299	O				A038	01/2009	12/2018	2	25.320	43.050	43.050	24.600		92.970	
1 116	2009/1130	AQUISIÇÃO COMBUSTIVEIS (GASOLINA)	02 02010201	O				A038	01/2009	12/2020	2	25.074	26.100	26.100	26.600	22.000	99.774	
1 116	2009/1131	AQUISIÇÃO COMBUSTIVEIS (GASÓLEO)	02 02010202	O				A038	01/2009	12/2020	2	910.341	1.065.998	1.065.998	1.066.998	809.199	3.852.536	

## Grandes Opções do Plano do ano 2017

118

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017		Anos seguintes		
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	
<b>1 Funções Gerais</b>																	
<b>1 116 DASU</b>																	
1	116	2016/1394	02 07010602	0				A038	01/2016	12/2017	0	246.000	246.000	246.000		246.000	
1	116	2016/1441															
1	116	2016/1441 1															
1	116	2016/1441 1/1	02 020108	0				A036	01/2016	12/2017	0	10	10			10	
1	116	2016/1441 1/2	02 020121	0				A036	01/2016	12/2017	0	800	800			800	
1	116	2016/1441 1/3	02 020209	0				A036	01/2016	12/2017	0	10	10			10	
1	116	2016/1441 1/4	02 020210	0				A036	01/2016	12/2017	0	10	10			10	
1	116	2016/1441 1/5	02 020225	0				A036	01/2016	12/2017	0	800	800			800	
1	116	2016/1442															
1	116	2016/1442 1															
1	116	2016/1442 1/1	02 020108	0				A037	01/2016	12/2017	0	10	10			10	
1	116	2016/1442 1/2	02 020121	0				A037	01/2016	12/2017	0	800	800			800	
1	116	2016/1442 1/3	02 020209	0				A037	01/2016	12/2017	0	10	10			10	
1	116	2016/1442 1/4	02 020210	0				A037	01/2016	12/2017	0	10	10			10	
1	116	2016/1442 1/5	02 020225	0				A037	01/2016	12/2017	0	800	800			800	
1	116	2016/1443															
1	116	2016/1443 1															
1	116	2016/1443 1/1															
1	116	2016/1443 1/2	02 02010201	0				A038	01/2016	12/2017	0	10	10			10	
1	116	2016/1443 1/3	02 02010202	0				A038	01/2016	12/2017	0	10.000	10.000			10.000	
1	116	2016/1443 1/4	02 02010299	0				A038	01/2016	12/2017	0	10	10			10	
1	116	2016/1443 1/5	02 020108	0				A038	01/2016	12/2017	0	10	10			10	
1	116	2016/1443 1/6	02 020121	0				A038	01/2016	12/2017	0	660	660			660	
1	116	2016/1443 1/7	02 020203	0				A038	01/2016	12/2017	0	10	10			10	
1	116	2016/1443 1/8	02 020209	0				A038	01/2016	12/2017	0	10	10			10	
1	116	2016/1443 1/9	02 020210	0				A038	01/2016	12/2017	0	50.000	50.000			50.000	
1	116	2016/1444	02 020225	0				A038	01/2016	12/2017	0	5.400	5.400			5.400	
1	116	2016/1444 1															
1	116	2016/1444 1/1	02 020108	0				A039	01/2016	12/2017	0	10	10			10	
1	116	2016/1444 1/2	02 020121	0				A039	01/2016	12/2017	0	10	10			10	
1	116	2016/1444 1/3	02 020209	0				A039	01/2016	12/2017	0	10	10			10	









## Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017		Anos seguintes				
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)		2019 (f)	2020 (g)
<b>2 Funções Sociais</b>																			
<b>2 211 SAÚDE</b>																			
2	211	2006/1060	MEDICINA DO TRABALHO	A				A020	01/2006	12/2020	2	67.528	22.100	22.100	22.100	22.100	155.928		
2	211	2007/1062	EXTENSÃO SAÚDE ALGÉS	E				A029	01/2007	12/2017	4	623.484	100.000	100.000			723.484		
2	211	2007/1062	PROJECTOS CENTROS DE SAÚDE	O				A033	01/2007	12/2017	2	11.163	11.163				11.163		
2	211	2007/1062	APOIO À MANUTENÇÃO DE ACTIVIDADES ENTIDADES DE ÂMBITO SOCIAL E DE SAÚDE	O				A045	01/2007	12/2020	2	3.340	120.000	120.000	120.000		483.340		
2	211	2007/1062	INSTITUIÇÕES DE APOIO SOCIAL E SAÚDE - COMPARTICÍP EQUIPAMENTO E OBRAS	O				A045	01/2007	12/2020	2	859.172	541.236	541.236	1.000.000	1.000.000	4.400.408		
2	211	2014/1355	NOVAS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE SAÚDE DE CARNAXIDE	O				A034	01/2014	12/2017	2	554.454	5.000	5.000			559.454		
2	211	2015/1370	NOVAS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE SAÚDE DE BARCARENA	E				A029	01/2015	12/2017	3	879.266	879.266				879.266		
2	211	2015/1373	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	A				A020	01/2015	12/2020	2	126.000	126.000	126.000	126.000		504.000		
2	211	2016/1453	SERVÍÇOS DE SAÚDE	A				A020	01/2016	12/2020	0	149.900	149.900	149.900	149.900		599.600		
2	211	2017/1471	Ações no âmbito do Plano de Remoção de Coberturas de arrianto	O				A034	01/2017	12/2020	0	20.000	20.000	20.000	300.000		870.000		
												Totais do Programa 211:	2.107.978	1.974.665	1.974.665	1.668.000	1.718.000	1.718.000	9.186.643
<b>2 321 INFÂNCIA</b>																			
2	321	2004/1036	COMISSÃO PROT CRIANÇAS E JOVENS OEIRAS - AQUIS EQUIP	O	100			A045	01/2004	12/2020	2	250	250	250	250		1.000		
2	321	2008/43	REQUALIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUES INFANTIS	O				A037	01/2008	12/2020	2	110.439	246.153	246.153	200.000	200.000	956.592		
2	321	2015/1367	APOIO AO ARRENDAMENTO	O				A031	01/2015	12/2017	2	5.000	5.000	5.000			5.000		
												Totais do Programa 321:	110.439	251.403	251.403	200.250	200.250	200.250	962.592
<b>2 322 JUVENTUDE</b>																			
2	322	2012/1292	JUVENTUDE - COMPARTICIPAÇÃO EQUIPAMENTOS E OBRAS	O				A045	01/2012	12/2020	2	250	250	250	35.000	35.000	105.250		
												Totais do Programa 322:	250	250	250	35.000	35.000	35.000	105.250
<b>2 323 TERCEIRA IDADE</b>																			
2	323	2013/1332	PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - CENTROS GERIÁTRICOS	O				A018	01/2013	12/2020	2	778.092	1.556.185	1.556.185	1.556.185	1.556.185	7.002.832		
2	323	2017/1459	REDE DE REFERENCIAÇÃO E INTERVENÇÃO NO ISOLAMENTO	O				A045	01/2017	12/2019	0	100.000	100.000	100.000	100.000		300.000		
												Totais do Programa 323:	778.092	1.656.185	1.656.185	1.656.185	1.656.185	1.556.185	7.302.832

## Grandes Opções do Plano do ano 2017

124

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017		2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)		Outros (h)
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					
<b>Funções Sociais</b>																			
<b>2</b>	<b>324</b>	<b>OUTROS</b>																	
2	324	ALUGUER DE AUTOCARROS DE TRANSPORTE COLECTIVO DE PASSAGEIROS	02 020210	O			A038	01/2004	12/2020	2	68.808	48.550	48.550	42.400	42.400	244.558			
2	324	SUBSÍDIOS	02 040701	A			A020	01/2004	12/2020	2	511.186	650.000	650.000	950.000	950.000	4.011.186			
2	324	ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A ENTIDADES PARA OBRAS	02 080701	O			A029	01/2005	12/2018	2	65.676	776.298	316.298	3.162.343		4.004.317			
2	324	PROJECTOS INTERVENÇÃO ÁREAS ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE - AQ. SERVIÇOS	02 020225	O			A045	01/2006	12/2020	2	30.589	281.996	281.996	280.000	280.000	1.152.585			
2	324	PROJECTOS DE INTERVENÇÃO NAS ÁREAS DA ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE - AQUISIÇÃO DE MATERIAL	02 020120	O			A045	01/2006	12/2020	2	519	3.350	3.350	3.350	3.350	13.919			
2	324	INSTITUIÇÕES DE APOIO SOCIAL E SAÚDE - PROJECTOS ESPECÍFICOS	02 040701	O			A045	01/2006	12/2020	2	383.610	388.319	388.319	600.000	600.000	2.531.929			
2	324	PROTÓCOLOS DE COOPERAÇÃO NAS ÁREAS DA ACÇÃO SOCIAL E DA SAÚDE	02 040701	O			A045	01/2007	12/2020	2	24.145	94.500	94.500	105.000	105.000	433.645			
2	324	PROGRAMAS DE INCLUSÃO INTERCULTURALIDADE	02 020215	A			A020	01/2010	12/2020	2	76.020	235.000	235.000	235.000	235.000	1.016.020			
2	324	FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL	02 020225	O			A045	01/2010	12/2017	2	860	49.956	5.000	44.956		50.815			
2	324	APOIO A PROJETOS ESPECÍFICOS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	02 040701	O			A045	01/2011	12/2020	2	48.000	150.000	150.000	150.000	150.000	648.000			
2	324	BENS DIVERSOS	02 040701	O			A007	01/2011	12/2020	2	13.000	13.000	13.000	13.000	13.000	52.000			
2	324	FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL	02 020121	A			A020	01/2013	12/2020	2	13.395	52.500	52.500	52.500	52.500	223.395			
2	324	FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - AQUISIÇÃO DE BENS	02 040701	A			A020	01/2013	12/2020	2	12.000	15.000	15.000	15.000	15.000	72.000			
2	324	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA Oeiras Solidária	02 020121	O			A045	01/2013	12/2020	2	17.439	25.000	25.000	31.960	31.960	138.319			
2	324	MATERIAL PROMOCIONAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA Oeiras Solidária	02 020217	O			A007	01/2016	12/2020	0	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000			
2	324		02 020217	O			A007	01/2016	12/2020	0	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	10.000			
<b>Totais do Programa 324:</b>												1.232.187	2.775.969	2.271.013	504.956	5.653.053	2.490.710	2.490.710	14.642.628
<b>2</b>	<b>325</b>	<b>COOPERAÇÃO COM CPLP E GEMINAÇÕES</b>																	
2	325	COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA (EQUIPAMENTO)	02 070109	O			A007	01/2004	12/2020	2	500	500	500	500	500	2.000			
2	325	COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA (SUBSÍDIOS CAPITAL)	02 080903	O			A007	01/2004	12/2020	2	500	500	500	500	500	2.000			
2	325	AQUISIÇÃO DE ESTUDOS E PROJECTOS NO ÂMBITO DAS GEMINAÇÕES	02 020214	O			A007	01/2004	12/2020	2	200	200	200	200	200	800			
2	325	COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA (MATERIAIS)	02 020121	O			A007	01/2004	12/2020	2	200	200	200	200	200	800			



## Grandes Opções do Plano do ano 2017

126

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		Início	Fim		2017			Anos seguintes				
												Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)		2020 (g)	Outros (h)
<b>Funções Sociais</b>																			
<b>PLANEAMENTO URBANO</b>																			
2 421	2005/1059	ASSESSORIAS TÉCNICAS	02 020220	O				A023	01/2005	12/2018	2	16.974	50.430	50.430	16.605			84.009	
2 421	2005/1059	REQUALIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO URBANO	02 07030301	E				A029	01/2005	12/2018	2	402.358	1.083.346	1.043.346	40.000	1.725.000		3.210.704	
2 421	2007/1062	AQUISIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS	02 020225	O				A023	01/2007	12/2017	2		1.000	1.000				1.000	
2 421	2011/1263	CARTOGRAFIA E SISTEMAS INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	02 020220	O				A010	01/2011	12/2020	2	89.294	1.224.430	1.224.430	9.840	9.840		1.333.404	
2 421	2011/1270	ASSESSORIA DO GALINOV	02 020214	O				A024	01/2011	12/2020	2	13.198	21.500	21.500	19.798	4.949		79.243	
2 421	2014/1335	SERVIÇOS DE REMOÇÃO COERCIVOS	02 020220	O				A035	01/2014	12/2017	2		100	100				100	
2 421	2016/1380	ESTUDOS E CONSULTORIA	02 020214	O				A010	01/2016	12/2017	0		30.000	30.000				30.000	
2 421	2016/1412	DEMOLIÇÕES COERCIVAS	02 020225	O				A034	01/2016	12/2020	0		64.927	64.927				247.522	
2 421	2017/1474	ESTUDOS, PROJETOS, CONSULTADORIA E FISCALIZAÇÃO	02 020214	O				A028	01/2017	12/2020	0		419.977	419.977				750.860	
Totais do Programa 421:												937.952	3.387.895	3.347.895	40.000	2.373.214	242.138	204.949	7.146.148
<b>URBANIZAÇÃO</b>																			
2 422	2005/1059	REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO CASAL DA CHOÇA	02 07030301	E				A029	01/2005	12/2018	2	21.159	715.073	715.073	1.325.000			2.061.232	
2 422	2006/1061	REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO DA PEDREIRA ITALIANA	02 07030301	E				A029	01/2006	12/2018	2		95.000	95.000	500.000			595.000	
2 422	2016/1391	RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO	02 07030301	E				A029	01/2016	12/2018	0		150.000	150.000	360.000			510.000	
2 422	2016/1452	PRÉMIO RENOV	02 040802	O				A023	01/2016	12/2017	0		5.000	5.000				5.000	
Totais do Programa 422:												21.159	965.073	965.073	2.185.000				3.171.232
<b>PLANEAMENTO ESTRATÉGICO</b>																			
2 423	2004/1049	ACCÕES DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO Oeiras 21+	02 020217	O				A028	01/2004	12/2017	2	945	4.200	4.200				5.145	
2 423	2010/1193	IMÓVEIS A ADQUIRIR (TERRENOS)	02 070101	O				A018	01/2010	12/2020	2		10.000	10.000				10.000	
2 423	2014/1356	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	02 020208	O				A018	01/2014		2		391.000	391.000				5.350.935	
2 423	2016/1381	PEDU	02 020225	O				A010	01/2016	12/2017	0		1.000	1.000				1.000	
2 423	2016/1382	PACTO	02 020225	O				A010	01/2016	12/2017	0		1.000	1.000				1.000	
2 423	2017/1456	Estratégia Smart Cities	02 020214	O				A010	01/2017	12/2017	0		50.000	50.000				50.000	
2 423	2017/1457	PMRR	02 020214	O				A010	01/2017	12/2018	0		5.000	5.000				30.000	
2 423	2017/1458	PAICEO	02 020214	O				A010	01/2017	12/2018	0		110.000	25.000	100.000			210.000	
Totais do Programa 423:												945	2.672.200	2.585.200	87.000	1.525.936	925.001	925.001	6.049.084

## Grandes Opções do Plano do ano 2017

Obj./Prog.	Projeto Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)			
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017							
													Total (b)=(c)+(d)		Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)		Anos seguintes
<b>Funções Sociais</b>																				
<b>SANEAMENTO</b>																				
2	431	REPARAÇÃO / MANUTENÇÃO DE COLECTORES PLUVIAIS	02 07010402	0				A035	01/2004	12/2018	2	15.856	121.594	121.594	250.000				387.450	
												Totais do Programa 431:	15.856	121.594	121.594	250.000				387.450
<b>RESÍDUOS SÓLIDOS</b>																				
2	451	EQUIPAMENTO PARA DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS	02 07011001	0				A039	01/2003	12/2020	2	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	200.000		
2	451	EQUIPAMENTO DE RU ENTERRADO SEMI-ENTERRADO	02 07011001	0				A039	01/2003	12/2020	2	2.055.673	2.055.673	500.000	500.000	500.000	500.000	3.555.673		
2	451	INSTALAÇÃO DE "ILHAS ECOLÓGICAS", "MOLOK" E ENCAIXES P/CONTENEDORES	02 07010411	0				A035	01/2004	12/2018	2	14.347	150.000	150.000	50.000			214.347		
2	451	GRANDES REPARAÇÕES EM VIATURAS E EQUIPAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	02 07010601	0				A038	01/2004	12/2020	2	171.988	450.900	450.900	356.700	209.100	141.450	1.330.138		
2	451	AQUIS MATER , PEÇAS E ACESSÓRIOS P/ MANUTENÇÕES E REVISÕES PERIÓDICAS EM VIATURAS E EQUIPAMENTOS DE RESÍDUOS URBANOS	02 020112	0				A038	01/2004	12/2020	2	170.501	328.050	328.050	231.855	186.960	73.185	990.551		
2	451	MANUTENÇÕES E REVISÕES PERIÓDICAS EM VIATURAS E EQUIPAMENTOS DE RESÍDUOS URBANOS	02 020203	0				A038	01/2004	12/2020	2	30.371	126.150	126.150	71.339	30.750		258.610		
2	451	ACESSÓRIOS E CONSUMÍVEIS	02 020117	0				A036	01/2004	12/2017	2	13.758	15.000	15.000				28.758		
2	451	PEÇAS E ACESSÓRIOS P/REPAR CONTENTORES	02 020114	0				A039	01/2004	12/2020	2	49.716	10.000	10.000	40.000	40.000	40.000	179.716		
2	451	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	02 020225	0				A036	01/2004		2	3.221.467	4.803.800	4.803.800	3.294.500	3.170.600	3.229.442	92.798.741		
2	451	AQ.DISPOSITIVOS SUJEIÇÃO CONTENTORES	02 07011001	0				A039	01/2008	12/2018	2		500	500	500			1.000		
2	451	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E RECOLHA	02 020225	0				A039	01/2009	12/2020	2	12.378	786.097	786.097	791.598	791.598	791.598	3.173.268		
2	451	AQUISIÇÃO DE CAIXAS AMPLIROLL	02 07011001	0				A036	01/2014	12/2017	2	100	100	100				100		
												Totais do Programa 451:	3.684.526	8.776.270	8.776.270	5.386.491	4.979.008	4.825.675	92.798.741	120.450.711
<b>ESPAÇOS VERDES</b>																				
2	461	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO	02 07011002	0				A037	01/2003	12/2020	2	4.348	6.150	6.150	12.300	12.300	12.300	47.398		
2	461	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LEVANTAMENTO DE ESPAÇOS VERDES	02 020203	0				A037	01/2004	12/2020	2	1.871.171	3.570.613	3.570.613	3.500.000	3.500.000	3.500.000	15.941.784		
2	461	AQUIS MATERIAIS DIVERSOS JARDIM E AFINS	02 020121	0				A037	01/2004	12/2020	2	25.386	58.188	58.188	58.000	58.000	58.000	257.574		
2	461	ELABORAÇÃO DE PROJECTOS	02 020214	0				A037	01/2005	12/2020	2	1.030	4.944	4.944	75.000	75.000	75.000	230.974		
2	461	SUB MAN JARDINS ATRIBUIR DIV ENTIDADES	02 040701	0				A037	01/2006	12/2020	2	6.120	11.560	11.560	8.160	8.160	8.160	42.160		
2	461	REQUALIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÓNIO ARBÓREO	02 020203	0				A037	01/2008	12/2020	2	65.258	640.236	640.236	240.000	240.000	240.000	1.425.494		



## Grandes Opções do Plano do ano 2017

Obj./Prog.	Projeto Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)				
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017		Anos seguintes						
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)		2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	
<b>Funções Sociais</b>																					
<b>EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO AMBIENTAL</b>																					
2	465		02	020225	0			A036	01/2010	12/2020	2	42	100	100	7.000	7.000	21.142				
2	465	2010/1231																			
2	465	2010/1232	02	020225	0			A036	01/2010	12/2017	2	141.638	159.151	159.151			300.789				
													Totais do Programa 465:		202.351		202.351	45.000	45.000	508.215	
2	466		02	020225	0			A036	01/2017	12/2017	0	100	100				100				
2	466	2017/1473																			
													Totais do Programa 466:		100		100			100	
<b>Conservação da Natureza</b>																					
2	467		02	07011002	0			A038	01/2004	12/2017	2	50.346	71.900	71.900			122.246				
2	467	2004/1046																			
2	467	2016/1413	02	020225	0			A039	01/2016	12/2020	0	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	60.000				
													Totais do Programa 467:		50.346		86.900	86.900	15.000	15.000	182.246
<b>ATIVIDADES CULTURAIS</b>																					
2	511		02	070112	0			A042	01/2004	12/2017	0	100	100				100				
2	511	2004/1033																			
2	511	2004/1034	02	080701	0			A042	01/2004	12/2017	0	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000				
2	511	2004/1048	02	020220	0			A042	01/2004	12/2017	0	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000				
2	511	2004/1054	02	020120	0			A043	01/2004	12/2017	2	26.048	84.513	84.513	84.513	84.513	110.561				
2	511	2004/1054	02	020225	0			A043	01/2004	12/2017	2	23.433	79.901	79.901	79.901	79.901	103.334				
2	511	2004/1054	02	020216	0			A042	01/2004	12/2017	0	99.431	69.500	69.500	69.500	69.500	168.931				
2	511	2004/1054	02	020220	0			A042	01/2004	12/2017	0	132.956	80.000	80.000	80.000	80.000	212.956				
2	511	2004/1054	02	020208	0			A042	01/2004	12/2017	0	4.657	12.500	12.500	12.500	12.500	17.157				
2	511	2004/1054	02	020217	0			A042	01/2004	12/2017	0	17.855	17.000	17.000	17.000	17.000	34.855				
2	511	2004/1054	02	020220	0			A042	01/2004	12/2017	0	5.050	25.000	25.000	25.000	25.000	30.050				
2	511	2004/1055	02	040701	0			A042	01/2004	12/2018	2	448.794	557.180	557.180	76.500	76.500	1.082.474				
2	511	2006/1061	02	020225	0			A042	01/2006	12/2017	0	87.802	191.000	191.000	191.000	191.000	278.802				
2	511	2007/1063	02	040102	0			A042	01/2007	12/2017	0	77.000	110.000	110.000	110.000	110.000	187.000				
2	511	2007/1063	02	020225	0			A042	01/2007	12/2017	0	47.146	245.220	245.220	245.220	245.220	292.366				
2	511	2009/1163	02	020220	0			A042	01/2009	12/2017	0	194.409	340.000	340.000	340.000	340.000	534.409				

## Grandes Opções do Plano do ano 2017

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)		
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017		Anos seguintes					
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)		Outros (h)	
<b>Funções Sociais</b>																				
<b>2</b>	<b>511</b>	<b>ACTIVIDADES CULTURAIS</b>																		
2	511	MEMÓRIA DE OEIRAS: COLEÇÃO POMBALINA E OBRAS DO SEC XVIII	02 020225	0			A043	01/2013	12/2017	2	72	17.590	17.590				17.662			
2	511	REDE DE BIBLIOTECAS - CAPITAL	02 070109	0			A043	01/2014	12/2017	2	4.095	18.000	18.000				22.095			
2	511	REALIZAÇÕES COMPLEXO PALACIO MARQUES DE POMBAL E QUINTA REAL CAXIAS	02 07030306	0			A034	01/2015	12/2020	2	122.414	454.695	454.695	300.000	300.000		1.477.109			
2	511	PROGRAMAÇÃO SERVIÇOS EDUCATIVOS	02 020220	0			A042	01/2016	12/2017			87.000	87.000				87.000			
2	511	AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO TECNICO	02 07011002	0			A042	01/2016	12/2017			61.500	61.500				61.500			
2	511	MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO TECNICO	02 020219	0			A042	01/2016	12/2017			14.000	14.000				14.000			
2	511	Encontro internacional sobre História da Arqueologia	02 020216	0			A041	01/2017	12/2020			5.800	5.800	19.200	9.600		34.600			
												Totais do Programa 511:	1.291.161	2.535.499	2.535.499	309.600	300.000		4.831.960	
<b>2</b>	<b>512</b>	<b>PATRIMÓNIO CULTURAL</b>																		
2	512	PARQUE POETAS - AQUIS ESCULTURAS -2ª FASES (COMPART PROTOC MECENATO)	02 070112	0			A007	01/1999	12/2020	2	67.369	10.000	10.000	80.000	80.000		317.369			
2	512	PARQUE DOS POETAS	02 020225	0			A007	01/2004	12/2020	2	4.674	5.000	5.000	5.000	5.000		24.674			
2	512	PUBLICAÇÃO DE UM NUMERO DA SÉRIE E DE UM NÚMERO ESPECIAL DOS "ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS"	02 020118	0			A041	01/2004	12/2017	2		10.400	10.400				10.400			
2	512	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	02 020225	0			A041	01/2004	12/2020	2	22.737	36.400	36.400	20.000	10.000		89.137			
2	512	PATRIMÓNIO HISTÓRICO-AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	02 020220	0			A042	01/2005	12/2018	2	95.678	80.000	80.000	75.000			250.678			
2	512	PARQUE DOS POETAS - OBRA	02 07030305	0			A034	01/2007	12/2020	2	1.785.664	224.828	224.828	295.000	100.000	100.000	2.505.492			
2	512	PARQUE DOS POETAS - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO	02 020225	0			A007	01/2014	12/2020	2		9.500	9.500	9.500	9.500		38.000			
												Totais do Programa 512:	1.976.123	376.128	376.128	484.500	204.500	194.500		3.235.751
<b>2</b>	<b>521</b>	<b>DESPORTO, RECREIOS E LAZER</b>																		
2	521	ESTÁDIO MUN OEIRAS - EXECUÇÃO BANCADAS	02 07010406	0			A034	01/2003	12/2018	2		111.001	111.001	111.001			222.002			
2	521	COMUNICAÇÃO URBANA	02 020217	0			A013	01/2004	12/2018	2	15.205	75.100	75.100	42.000			132.305			
2	521	EXPOSIÇÕES E STANDS	02 020216	0			A013	01/2004	12/2018	2	11.616	14.600	14.600	3.000			29.216			
2	521	PUBLICAÇÕES	02 020121	0			A013	01/2004	12/2017	2	2.403	35.000	35.000				37.403			
2	521	ACCÕES INFORMÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PÚBLICA	02 020217	0			A013	01/2004	12/2017	2	47.091	47.000	47.000				94.091			
2	521	COMEMORAÇÕES, OFERTAS E CONDECORAÇÕES MUNICIPAIS	02 020115	0			A013	01/2004	12/2019	2	59.356	47.889	47.889	25.000			157.245			
2	521	AQUISIÇÃO DE ARTIGOS HONORIFICOS E DE DECORAÇÃO	02 020119	0			A013	01/2004	12/2017	2	1.129	10.500	10.500				11.629			









## Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017		2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)		Outros (h)
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					
<b>4</b>		<b>Outras Funções</b>																	
<b>4 211</b>		<b>FREGUESIAS - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS</b>																	
4 211	2008/105	APOIO A INICIATIVAS DAS JUNTAS DE FREGUESIA - CORRENTE	02 040701	O			A009	01/2008	12/2020	2	35.257	42.000	42.000	42.000	42.000	42.000		203.257	
4 211	2008/107	APOIO A INICIATIVAS DAS JUNTAS DE FREGUESIA - CAPITAL	02 080701	O			A009	01/2008	12/2020	2	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000		12.000	
		<b>Totais do Programa 211:</b>									524.258	2.020.900	2.020.900	2.020.900	2.020.900	2.020.900		8.607.858	
<b>4 212</b>		<b>FREGUESIAS - SUBSÍDIOS</b>																	
4 212	2004/1057	COMPART FINANÇ JUNTAS FREGUESIA - FUNC ESTAB INFÂNCIA TRANSF P/JPSS	02 04050102	O			A045	01/2004	12/2020	2	417.372	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000		2.617.372	
		<b>Totais do Programa 212:</b>									417.372	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000		2.617.372	
<b>4 213</b>		<b>OUTRAS TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES</b>																	
4 213	2015/1374	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	02 090802	O			A021	01/2015	12/2020	2	387.896	776.000	776.000	776.000	776.000	776.000		3.491.896	
		<b>Totais do Programa 213:</b>									387.896	776.000	776.000	776.000	776.000	776.000		3.491.896	
<b>4 312</b>		<b>ATRIBUIÇÃO SUBSÍDIOS A DIVERSAS ENTIDADES</b>																	
4 312	2004/1049	QUOTAS PARTICIPAÇÃO DIVERSAS ENTIDADES	02 020225	O			A021	01/2004	12/2020	2	58.214	70.600	70.600	70.600	70.600	70.600		340.614	
4 312	2004/1057	ATRIBUIÇÃO SUBSÍDIOS DIVERSAS ENTIDADES	02 040701	O			A021	01/2004	12/2020	2	96.971	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000		496.971	
4 312	2007/1063	ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A DIVERSAS ENTIDADES	02 040701	O			A029	01/2007	12/2017	2	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000		40.000	
4 312	2016/1425	Outras - (Fardamento dos Guardas Noturnos)	02 040802	O			A005	01/2016	12/2017	0	1.250	1.250	1.250	1.250	1.250	1.250		1.250	
4 312	2016/1451	APOIO À EXPOSIÇÃO QUADROS (BRASIL)	02 040802	O			A007	01/2016	12/2020	0	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000		16.000	
		<b>Totais do Programa 312:</b>									175.184	195.850	195.850	174.600	174.600	174.600		894.834	
		<b>Totais do Objetivo 4:</b>									1.504.711	7.305.487	7.305.487	7.200.441	7.200.440	17.810.669	0	41.021.748	
		<b>Total Geral:</b>									39.228.959	128.655.316	128.023.360	631.956	143.039.080	125.772.293	116.873.181	103.698.411	657.267.240

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

136

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017		Anos seguintes					
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)		2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)
<b>Funções Gerais</b>																				
<b>SA</b>																				
1 111	2007/1062	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - HARDWARE	02 070107	O				A014	01/2007	12/2017	2	26.458	415.895	415.895				442.353		
1 111	2008/15	LICENCIAMENTO DE SOFTWARE - DSI	02 070108	O				A014	01/2008	12/2017	2	94.556	112.091	112.091				206.647		
1 111	2009/1120	ACORDOS DE CONTINUIDADE (CONTRATOS MANUTENÇÃO - VERTENTE CAPITAL)	02 070108	O				A014	01/2009	12/2018	2	103.780	306.363	306.363	104.352			514.514		
Totais do Programa 111:												224.794	834.369	834.369	0	104.352	0	0	0	1.163.514
<b>DGDO</b>																				
1 112	2005/1057	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	02 070109	O				A018	01/2005		2	20.938	80.000	80.000	80.000	80.000	80.000	420.938		
1 112	2016/1436	Resstituições	02 110201	O				A021	01/2016	12/2020	0		3.000	3.000	3.000	3.000		12.000		
Totais do Programa 112:												20.938	83.000	83.000	0	83.000	83.000	83.000	80.000	432.938
<b>DOM</b>																				
1 115	2008/22	CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	02 07010301	O				A034	01/2008	12/2017	2	103.701	133.021	133.021				236.722		
1 115	2008/23	REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	02 07010301	O				A034	01/2008	12/2020	2	364.937	1.017.655	1.017.655	754.326	36.750	36.750	2.210.417		
1 115	2008/24	AQUIS INST EQUIP ELÉCTRICO E ELECTROMECHANICO	02 07011002	O				A034	01/2008	12/2020	2	35.458	142.654	142.654	121.759	116.759	102.563	519.211		
1 115	2011/1276	NOVAS OFICINAS MUNICIPAIS - PROJETOS	02 07010301	O				A033	01/2011	12/2020	2	63.794	61.377	61.377	103.320	25.830		254.321		
1 115	2011/1277	PROJECTO DO EDIFÍCIO SEDE DA CMO	02 07010301	O				A033	01/2011	12/2018	2	469.539	74.794	74.794	74.793			619.126		
1 115	2013/1319	NOVAS OFICINAS MUNICIPAIS - OBRA	02 07010301	O				A034	01/2013	12/2020	2	2.464.546	261.251	261.251	459.000	1.550.000	1.250.000	5.984.797		
1 115	2015/1371	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA CMO	02 07010301	O				A034	01/2015	12/2020	2		1.000	1.000	15.075.320	15.075.320	7.537.660	37.689.300		
1 115	2017/1470	Implementação de iluminação Led em Equipamentos Municipais	02 07011002	O				A034	01/2017	12/2020	0		83.290	83.290	353.291	150.000	150.000	736.581		
Totais do Programa 115:												3.501.975	1.775.042	1.775.042	0	16.941.808	16.954.658	9.076.992	0	48.250.476
<b>DASU</b>																				
1 116	2004/1046	GRANDES REPARAÇÕES EM VIATURAS E EQUIPAMENTO DIVERSO	02 07010602	O				A038	01/2004	12/2017	2	14.544	12.300	12.300				26.844		
1 116	2016/1394	AQUISIÇÃO DE VIATURAS E MÁQUINAS	02 07010602	O				A038	01/2016	12/2017	0		246.000	246.000	0	0	0	246.000		
Totais do Programa 116:												14.544	258.300	258.300	0	0	0	0	0	272.844
<b>BOMBEIROS</b>																				
1 211	2003/1040	VIATURAS, EQUIPAMENTOS E OBRAS EM QUARTÉIS	02 080701	O				A004	01/2003	12/2017	2	35.500	35.500	35.500				35.500		
Totais do Programa 211:												0	35.500	35.500	0	0	0	0	0	35.500

## Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			Anos seguintes				
													2017		2018 (e)	2019 (f)	
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)			
													(b)=(c)+(d)				
<b>1 Funções Gerais</b>																	
<b>1 221 POLÍCIA MUNICIPAL</b>																	
1	221	2009/1137		O			A004	01/2009	12/2017	2	1.042	5.000	5.000	5.000			6.042
1	221	2016/1399		O			A004	01/2016	12/2017	0		15.000	15.000				15.000
											1.042	20.000	20.000	0	0	0	21.042
											3.763.293	3.006.211	3.006.211	0	17.129.160	17.037.658	80.000
Totais do Objetivo 1:																	
<b>2 Funções Sociais</b>																	
<b>2 111 PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO</b>																	
2	111	2003/1032		A			A049	01/2003	12/2020	2	27.000	27.000	27.000	27.000			108.000
2	111	2007/1062		O			A014	01/2007	12/2017	2	8.000	8.000	8.000			8.000	
2	111	2008/42		O			A034	01/2008	12/2018	2	220.600	1.350.926	1.350.926	80.000			1.651.526
2	111	2013/1330		O			A018	01/2013	12/2020	2	1.428.992	2.857.984	2.857.984	2.857.984	2.857.984		12.860.928
2	111	2016/1406		A			A049	01/2016	12/2020	0	70.000	70.000	70.000	70.000	70.000		280.000
											1.649.591	4.313.910	4.313.910	0	3.034.984	2.954.984	14.908.453
Totais do Programa 111:																	
<b>2 112 2º E 3º CICLOS</b>																	
2	112	2006/1061		A			A049	01/2006	12/2020	2	24.716	100.000	100.000	100.000	100.000		424.716
2	112	2016/1404		A		100	A047	01/2016	12/2020	0	7.380	7.380	7.380	7.380	7.380		29.520
2	112	2016/1407		A			A049	01/2016	12/2020	0	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000		200.000
											24.716	157.380	157.380	157.380	157.380	0	654.236
Totais do Programa 112:																	
<b>2 211 SAÚDE</b>																	
2	211	2007/1062		E			A029	01/2007	12/2017	4	623.484	100.000	100.000	100.000			723.484
2	211	2007/1062		O			A045	01/2007	12/2020	2	859.172	541.236	541.236	1.000.000	1.000.000		4.400.408
2	211	2014/1355		O			A034	01/2014	12/2017	2	554.454	5.000	5.000				559.454
2	211	2015/1370		E			A029	01/2015	12/2017	3	879.266	879.266	879.266				879.266

## Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj/Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017		Anos seguintes		
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	
<b>Funções Sociais</b>																	
<b>SAÚDE</b>																	
2 211	2 211	2017/1471	02 07010307	0			A034	01/2017	12/2020	0	20.000	20.000	250.000	300.000	300.000	300.000	870.000
Ações no âmbito do Plano de Remoção de Coberturas de amianto																	
Totais do Programa 211: 2.037.110 1.545.502 1.545.502 0 1.250.000 1.300.000 1.300.000 0 7.432.612																	
<b>INFÂNCIA</b>																	
2 321	2 321	2004/1036	02 070109	0	100		A045	01/2004	12/2020	2	250	250	250	250	250	250	1.000
COMISSÃO PROT CRIANÇAS E JOVENS OEIRAS - AQUIS EQUIP																	
Totais do Programa 321: 0 250 250 0 250 250 250 0 1.000																	
<b>JUVENTUDE</b>																	
2 322	2 322	2012/1292	02 080701	0			A045	01/2012	12/2020	2	250	250	35.000	35.000	35.000	35.000	105.250
JUVENTUDE - COMPARTICIPAÇÃO EQUIPAMENTOS E OBRAS																	
Totais do Programa 322: 0 250 250 0 35.000 35.000 35.000 0 105.250																	
<b>TERCEIRA IDADE</b>																	
2 323	2 323	2013/1332	02 07010306	0			A018	01/2013	12/2020	2	778.092	1.556.185	1.556.185	1.556.185	1.556.185	1.556.185	7.002.832
PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - CENTROS GERIÁTRICOS																	
Totais do Programa 323: 778.092 1.556.185 1.556.185 0 1.556.185 1.556.185 1.556.185 0 7.002.832																	
<b>OUTROS</b>																	
2 324	2 324	2005/1060	02 080701	0			A029	01/2005	12/2018	2	65.676	776.298	316.298	460.000	3.162.343	3.162.343	4.004.317
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A ENTIDADES PARA OBRAS																	
Totais do Programa 324: 65.676 776.298 316.298 460.000 3.162.343 3.162.343 0 0 4.004.317																	
<b>COOPERAÇÃO COM CPLP E GEMINAÇÕES</b>																	
2 325	2 325	2004/1033	02 070109	0			A007	01/2004	12/2020	2	500	500	500	500	500	500	2.000
COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA (EQUIPAMENTO)																	
2 325	2 325	2004/1034	02 080903	0			A007	01/2004	12/2020	2	500	500	500	500	500	500	2.000
COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA (SUBSÍDIOS CAPITAL)																	
Totais do Programa 325: 0 1.000 1.000 0 1.000 1.000 1.000 0 4.000																	
<b>EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>																	
2 326	2 326	2013/1331	02 07010307	0			A018	01/2013		2	50.000	50.000	3.750.000	3.750.000	3.750.000	4.650.527	15.950.527
PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - OEIRAS EXPO																	
Totais do Programa 326: 0 50.000 50.000 0 3.750.000 3.750.000 3.750.000 0 4.650.527 15.950.527																	
<b>HABITAÇÃO</b>																	
2 411	2 411	2004/1038	02 080802	0			A031	01/2004	12/2017	2	2.000	2.000					2.000
PROG ESPECIAL DE REALOJAMENTO - COMPARTICIPAÇÃO NO REALOJAMENTO																	

## Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017							
													Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)			2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)
<b>2 Funções Sociais</b>																				
<b>2 411 HABITAÇÃO</b>																				
2 411	2005/1058	EQUIPAMENTOS - CONSTR., BENEFIC E MANUTENÇÃO	02 07010307	E				A030	01/2005	12/2020	2	55.616	124.198	124.198	90.000	100.000	369.814			
2 411	2005/1058	PROGRAMA DE HABITAÇÃO JOVEM - REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS	02 07010203	E				A029	01/2005	12/2020	2	97.404	1.461.343	1.461.343	1.832.612	1.120.000	1.000.000	5.511.359		
2 411	2005/1059	REABILITAÇÃO E BENEFICIAÇÃO BAIROS MUNICIPAIS - EDIFÍCIOS	02 07010203	E				A030	01/2005	12/2020	2	62.663	221.635	221.635	600.000	700.000	1.584.298			
2 411	2016/1389	ESPAÇOS EXTERIORES DO PHM - CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO	02 07010405	E				A030	01/2016	12/2020	0	373.297	373.297	1.319.974	700.000	2.393.271				
Totais do Programa 411:												215.683	2.182.473	2.182.473	0	3.842.586	2.620.000	1.000.000	0	9.860.742
<b>2 PLANEAMENTO URBANO</b>																				
2 421	2003/1047	DIVERSOS PROJECTOS	02 07030313	O				A033	01/2003	12/2017	2	88	32.602	32.602			32.690			
2 421	2004/1046	OBRAS COERCIVAS	02 07010413	O				A006	01/2004	12/2017	2	33.494	200	200			33.694			
2 421	2005/1059	REQUALIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO URBANO	02 07030301	E				A029	01/2005	12/2018	2	402.358	1.083.346	1.043.346	1.725.000		3.210.704			
Totais do Programa 421:												435.940	1.116.148	1.076.148	40.000	1.725.000	0	0	0	3.277.088
<b>2 URBANIZAÇÃO</b>																				
2 422	2005/1059	REQUALIFICAÇÃO DO BAIRO CASAL DA CHOÇA	02 07030301	E				A029	01/2005	12/2018	2	21.159	715.073	715.073	1.325.000		2.061.232			
2 422	2006/1061	REQUALIFICAÇÃO DO BAIRO DA PEDREIRA ITALIANA	02 07030301	E				A029	01/2006	12/2018	2	95.000	95.000	500.000			595.000			
2 422	2016/1391	RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO	02 07030301	E				A029	01/2016	12/2018	0	150.000	150.000	360.000			510.000			
Totais do Programa 422:												21.159	960.073	960.073	0	2.185.000	0	0	0	3.166.232
<b>2 PLANEAMENTO ESTRATÉGICO</b>																				
2 423	2010/1193	IMÓVEIS A ADQUIRIR (TERRENOS)	02 070101	O				A018	01/2010	12/2020	2	2.100.000	2.100.000	1.400.935	925.000	925.000	5.350.935			
Totais do Programa 423:												0	2.100.000	2.100.000	0	1.400.935	925.000	925.000	0	5.350.935
<b>2 SANEAMENTO</b>																				
2 431	2004/1053	REPARAÇÃO / MANUTENÇÃO DE COLECTORES PLUVIAIS	02 07010402	O				A035	01/2004	12/2018	2	15.856	121.594	121.594	250.000		387.450			
Totais do Programa 431:												15.856	121.594	121.594	0	250.000	0	0	0	387.450
<b>2 RESÍDUOS SÓLIDOS</b>																				
2 451	2003/1040	EQUIPAMENTO PARA DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS	02 07011001	O				A039	01/2003	12/2020	2	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	200.000			
2 451	2003/1040	EQUIPAMENTO DE RU ENTERRADO E SEMI-ENTERRADO	02 07011001	O				A039	01/2003	12/2020	2	2.055.673	2.055.673	500.000	500.000	500.000	3.555.673			

## Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

140

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017		2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)		Outros (h)
													Total (b)= (c)+(d)	Financiam. definido (c)					
<b>Funções Sociais</b>																			
<b>2 451</b>																			
		<b>RESÍDUOS SÓLIDOS</b>																	
2 451	2004/1040	INSTALAÇÃO DE "ILHAS ECOLÓGICAS", "MOLOK" E ENCAIXES P/CONTENTORES	02 07010411	0			A035	01/2004	12/2018	2	14.347	150.000	150.000	50.000			214.347		
2 451	2004/1040	GRANDES REPARAÇÕES EM VIATURAS E EQUIPAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	02 07010601	0			A038	01/2004	12/2020	2	171.988	450.900	450.900	356.700	209.100	141.450	1.330.138		
2 451	2008/70	AQ.DISPOSITIVOS SUJEIÇÃO CONTENTORES	02 07011001	0			A039	01/2008	12/2018	2		500	500	500			1.000		
2 451	2014/1350	AQUISIÇÃO DE CAIXAS AMPLIROLL	02 07011001	0			A036	01/2014	12/2017	2		100	100				100		
								Totais do Programa 451:			186.335	2.707.173	2.707.173	957.200	759.100	691.450	5.301.258		
<b>2 461</b>																			
		<b>ESPAÇOS VERDES</b>																	
2 461	2003/1043	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO	02 07011002	0			A037	01/2003	12/2020	2	4.348	6.150	6.150	12.300	12.300	12.300	47.398		
								Totais do Programa 461:			4.348	6.150	6.150	12.300	12.300	12.300	47.398		
<b>2 462</b>																			
		<b>HIGIENE PÚBLICA</b>																	
2 462	2003/1040	PAPELEIRAS	02 07011001	0			A039	01/2003	12/2020	2		10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000		
								Totais do Programa 462:			0	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000		
<b>2 465</b>																			
		<b>EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO AMBIENTAL</b>																	
2 465	2003/1046	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO	02 07011002	0			A036	01/2003	12/2017	2	17.220	100	100	0	0	0	17.320		
								Totais do Programa 465:			17.220	100	100	0	0	0	17.320		
<b>2 467</b>																			
		<b>Conservação da Natureza</b>																	
2 467	2004/1046	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO	02 07011002	0			A038	01/2004	12/2017	2	50.346	71.900	71.900	0	0	0	122.246		
								Totais do Programa 467:			50.346	71.900	71.900	0	0	0	122.246		
<b>2 511</b>																			
		<b>ACTIVIDADES CULTURAIS</b>																	
2 511	2004/1033	AQUISIÇÃO DE OBRAS DE ARTE - ESCULTURAS	02 070112	0			A042	01/2004	12/2017	0		100	100				100		
2 511	2004/1034	APOIO AOS AGENTES CULTURAIS - (TRANF CAP)	02 080701	0			A042	01/2004	12/2017	0		25.000	25.000				25.000		
2 511	2014/1352	REDE DE BIBLIOTECAS - CAPITAL	02 070109	0			A043	01/2014	12/2017	2	4.095	18.000	18.000				22.095		
2 511	2015/1361	REQUALIFICAÇÕES COMPLEXO PALACIO MARQUES DE POMBAL E QUINTA REAL CAXIAS	02 07030306	0			A034	01/2015	12/2020	2	122.414	454.695	454.695	300.000	300.000	300.000	1.477.109		
2 511	2016/1410	AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO TECNICO	02 07011002	0			A042	01/2016	12/2017			61.500	61.500				61.500		
								Totais do Programa 511:			126.509	559.295	559.295	300.000	300.000	300.000	1.585.804		



## Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

142

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)				
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017		Anos seguintes						
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)		2020 (g)	Outros (h)		
<b>3 Funções Económicas</b>																					
<b>REDE VIÁRIA</b>																					
3 311		REPAR./MANUT OBRAS DE ARTE - PONTES, VIADUTOS E AFINS	02 07030301	0			A035	01/2004	12/2018	2	500	500	50.000			50.500					
												Totais do Programa 311:	514.610	3.854.797	3.854.797	0	4.994.000	3.000.000	0	0	12.363.407
<b>3 312 SINALIZAÇÃO</b>																					
3 312	2003/1042	AQUISIÇÃO DE MARCOS PAINÉIS TOPONIMICOS	02 07011002	0			A027	01/2003	12/2017	2	1.500	1.500				1.500					
3 312	2005/1060	SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA NO CONCELHO	02 07010409	0			A035	01/2005	12/2018	2	87.584	100	50.000			137.684					
3 312	2008/94	SINALIZAÇÃO SEG RODOVIÁRIA NO CONCELHO	02 07010409	0			A035	01/2008	12/2018	2	93.400	235.529	500.000			828.929					
												Totais do Programa 312:	180.984	237.129	237.129	0	550.000	0	0	0	968.113
<b>3 421 TURISMO</b>																					
3 421	2012/1305	PASSEIO MARITIMO DE OEIRAS	02 07030306	0			A035	01/2012	12/2018	2	300.720	300.720	10.000			310.720					
												Totais do Programa 421:	0	300.720	300.720	0	10.000	0	0	0	310.720
<b>3 514 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO</b>																					
3 514	2015/1365	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2014/15 - APOIO FINANCEIRO	02 080701	0			A007	01/2015	12/2020	2	301.864	600	600	600		304.264					
3 514	2015/1366	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2014/15	02 07030313	0			A007	01/2015	12/2020	2	85.200	85.200	86.000			343.200					
3 514	2017/1469	Mercado de Linda-a-Velha (OP)	02 07030313	0			A034	01/2017	12/2020	0	77.592	77.592	310.368			487.960					
												Totais do Programa 514:	301.864	163.392	163.392	0	396.968	186.600	86.600	0	1.135.424
												Totais do Objetivo 3:	1.028.982	4.637.538	4.637.538	0	6.300.968	3.286.600	86.600	0	15.340.688
<b>4 Outras Funções</b>																					
<b>4 112 Amortização de empréstimos</b>																					
4 112	2016/1419	Amortização	03 100603	0			A003	01/2016	12/2020	0	2.674.364	2.674.364	2.590.737	2.600.549	13.218.278	21.083.928					
												Totais do Programa 112:	0	2.674.364	2.674.364	0	2.590.737	2.600.549	13.218.278	0	21.083.928
<b>4 211 FREGUESIAS - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS</b>																					
4 211	2003/1046	DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS - JUNTAS FREGUESIA - CAPITAL	02 08050102	0			A009	01/2003	12/2020	2	172.877	784.600	784.600	784.600	784.600	3.311.277					
4 211	2008/107	APOIO A INICIATIVAS DAS JUNTAS DE FREGUESIA - CAPITAL	02 080701	0			A009	01/2008	12/2020	2	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	12.000					
												Totais do Programa 211:	172.877	787.600	787.600	0	787.600	787.600	787.600	0	3.323.277



## Atividades mais Relevantes do ano 2017

144

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017		Anos seguintes				
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)		2020 (g)	Outros (h)
<b>1 Funções Gerais</b>																			
<b>1 SA</b>																			
1	111	2007/1062	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	02 020220	O				A014	01/2007	12/2020	2	298.231	531.884	531.884	338.328	320.000	180.000	1.668.443
1	111	2008/6	CONSULTORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	02 020214	O				A014	01/2008	12/2017	2	57.522	38.498	38.498				96.020
1	111	2009/1119	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	02 020220	O				A014	01/2009	12/2019	2	32.366	446.336	446.336	75.156	527		554.985
1	111	2015/1360	OUTROS BENS	02 020121	O				A014	01/2015	12/2020	2	7.796	4.000	4.000	4.000	4.000		23.796
1	111	2016/1414	DESPESAS COM PESSOAL - AM																
1	111	2016/1414	DESPESAS COM PESSOAL - AM																
1	111	2016/1414 1/1	Ajudas de custo	01 010204	O				A001	01/2016	12/2017	0		300	300				300
1	111	2016/1414 1/2	Outros	01 01021302	O				A001	01/2016	12/2017	0		21.800	21.800				21.800
1	111	2016/1414 1/3	Transportes	01 020210	O				A001	01/2016	12/2017	0		201	201				201
1	111	2016/1414 1/4	Deslocações e Estadas	01 020213	O				A001	01/2016	12/2017	0		5.200	5.200				5.200
1	111	2016/1414 1/5	Senhas de Presença	01 01021303	O				A001	01/2016	12/2017	0		127.800	127.800				127.800
1	111	2016/1420	Fundo Maneiço - GP																
1	111	2016/1420 1	Fundo Maneiço - GP																
1	111	2016/1420 1/1	Outros Bens	02 020121	O				A007	01/2016	12/2020	0		50	50	50	50	50	200
1	111	2016/1420 1/2	Outros serviços	02 020225	O				A007	01/2016	12/2020	0		1.000	1.000	100	100	100	1.300
1	111	2016/1421	Fundo Maneiço - GDM																
1	111	2016/1421 1	Fundo Maneiço - GDM																
1	111	2016/1421 1/1	Material escritório	02 020108	O				A010	01/2016	12/2017	0		10	10				10
1	111	2016/1421 1/2	Outros Bens	02 020121	O				A010	01/2016	12/2017	0		312	312				312
1	111	2016/1421 1/3	Outros serviços	02 020225	O				A010	01/2016	12/2017	0		1.200	1.200				1.200
1	111	2016/1422	Fundo Maneiço - GCAJ																
1	111	2016/1422 1	Fundo Maneiço - GCAJ																
1	111	2016/1422 1/1	Outros serviços	02 020225	O				A011	01/2016	12/2017	0		500	500				500
1	111	2016/1424	Fundo Maneiço - DPMPC																
1	111	2016/1424 1	Fundo Maneiço - DPMPC																
1	111	2016/1424 1/1	Material escritório	02 020108	O				A004	01/2016	12/2017	0		10	10				10
1	111	2016/1424 1/2	Outros Bens	02 020121	O				A004	01/2016	12/2017	0		10	10				10
1	111	2016/1424 1/3	Comunicações	02 020209	O				A004	01/2016	12/2017	0		10	10				10
1	111	2016/1424 1/4	Transportes	02 020210	O				A004	01/2016	12/2017	0		10	10				10
1	111	2016/1424 1/5	Outros serviços	02 020225	O				A004	01/2016	12/2017	0		10	10				10
1	111	2017/1468	LAVAGEM DE TOALHAS E CORTINADOS	02 020225	O				A020	01/2017	12/2020	0		8.610	8.610	8.610			25.830

## Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			Anos seguintes					
													2017		2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	
												2017 Financiam. definido (c)	2017 Financiam. não definido (d)					
												Total (b)=(c)+(d)						
<b>1 Funções Gerais</b>																		
<b>SA</b>																		
1 111												50.470	50.470	50.460	50.460	50.460	201.850	
1 111	2017/1476		02 020106	O			A020	01/2017	12/2020	0		50.470	50.470	50.460	50.460	50.460	201.850	
1 111	2017/1477		02 020121	O			A020	01/2017	12/2017	0		6.000	6.000				6.000	
1 111	2017/1478		02 020225	O			A020	01/2017	12/2020	0		135.000	135.000	135.000	135.000	135.000	405.000	
Totais do Programa 111:												395.914	1.379.221	1.379.221	518.747	234.610	0	3.140.195
<b>DGDO</b>																		
1 112												71.300	71.300	85.000	85.000	85.000	344.296	
1 112	2001/1045		02 020208	O			A019	01/1999	12/2020	2	17.996	71.300	71.300	85.000	85.000	85.000	344.296	
1 112	2004/1049		02 020218	O			A019	01/2004		2	207.551	1.027.600	1.027.600	1.027.600	1.027.600	1.027.600	5.345.551	
1 112	2004/1049		02 020202	O			A019	01/2004	12/2020	2	26.444	151.548	151.548	350.000	350.000	350.000	1.227.992	
1 112	2004/1049		02 020215	A			A020	01/2004	12/2020	2	48.978	186.400	186.400	186.400	186.400	186.400	794.578	
1 112	2004/1049		02 020219	O			A018	01/2004		2	199	54.000	54.000	45.000	45.000	45.000	234.199	
1 112	2005/1057		02 020225	O			A018	01/2005		2		35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	175.000	
1 112	2007/1062		02 020203	O			A018	01/2007		2	564	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	25.564	
1 112	2007/1062		02 020204	O			A018	01/2007		2	733.592	905.000	905.000	905.000	905.000	905.000	5.258.592	
1 112	2007/1062		02 020212	O			A018	01/2007		2	460	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	12.960	
1 112	2007/1062		02 020212	O			A018	01/2007		2	380.556	700.001	700.001	700.000	700.000	700.000	3.860.557	
1 112	2007/1062		02 020121	O			A019	01/2007	12/2020	2	14.480	23.950	23.950	29.950	29.950	29.950	128.280	
1 112	2009/1111		02 020104	O			A019	01/2009		2	10.054	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	135.054	
1 112	2009/1123		02 020108	O			A018	01/2009		2	62.552	110.000	110.000	110.000	110.000	110.000	612.552	
1 112	2011/1265		02 020201	O			A018	01/2011		2	1.270.726	1.650.000	1.650.000	2.150.000	2.150.000	2.150.000	11.520.726	
1 112	2014/1337		02 020209	O			A016	01/2014	12/2020	2	86.224	81.000	81.000	81.000	81.000	81.000	410.224	
1 112	2014/1338		02 020201	O			A018	01/2014		2	710.834	900.000	900.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	5.610.834	
1 112	2015/1359		02 020214	A			A020	01/2015	12/2020	2	73.185	5.000	5.000	10.000	10.000	10.000	178.185	
1 112	2015/1363		02 020107	O			A019	01/2015	12/2020	2	5.395	598.100	598.100	300.000	300.000	300.000	1.503.495	
1 112	2016/1387		02 020208	A			A020	01/2016	12/2020	0		10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000	
1 112	2016/1415			O														
1 112	2016/1415/1		02 010101	O			A002	01/2016	12/2017	0	209.200	209.200	209.200	209.200	209.200	209.200	209.200	
1 112	2016/1415/1/2		02 010111	O			A002	01/2016	12/2017	0	46.000	46.000	46.000	46.000	46.000	46.000	46.000	
1 112	2016/1415/1/3		02 01011303	O			A002	01/2016	12/2017	0	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	

## Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			Anos seguintes				
													2017		2018	2019	
Atividade	N.º Ação							(b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)			
<b>1 Funções Gerais</b>																	
<b>1 112 DGDO</b>																	
1	112	2016/1415/1/6	Subsídio de Férias	02 0101140201	0				A002	01/2016	12/2017	0	1.900	1.900			1.900
1	112	2016/1415/1/7	Subsídio de Natal	02 0101140202	0				A002	01/2016	12/2017	0	17.600	17.600			17.600
1	112	2016/1415/1/8	Ajudas de custo	02 010204	0				A002	01/2016	12/2017	0	2.100	2.100			2.100
1	112	2016/1415/1/9	Outros	02 01021302	0				A002	01/2016	12/2017	0	5.000	5.000			5.000
1	112	2016/1415/1/10	Ercargos com a saúde	02 010301	0				A002	01/2016	12/2017	0	800	800			800
1	112	2016/1415/1/11	Caixa Geral de Aposentações	02 0103050201	0				A002	01/2016	12/2017	0	1	1			1
1	112	2016/1415/1/12	Outros	02 01030503	0				A002	01/2016	12/2017	0	50.838	50.838			50.838
1	112	2016/1415/1/13	Represent Munic	02 020211	0				A002	01/2016	12/2017	0	20.000	20.000			20.000
1	112	2016/1415/1/14	Pessoal em Funções	02 01010401	0	35			A020	01/2016	12/2020	0	20.601.600	20.601.600	20.601.600	20.601.600	82.406.400
1	112	2016/1415/1/15	Alter Obrigatórias posicionamento remuneratório	02 01010402	0				A020	01/2016	12/2020	0	1	1	1	1	4
1	112	2016/1415/1/16	Alter Facultativas posicionamento remuneratório	02 01010403	0				A020	01/2016	12/2020	0	1	1	1	1	4
1	112	2016/1415/1/17	Recrutamento Pessoal Novos Postos de Trabalho	02 01010404	0				A020	01/2016	12/2020	0	700.000	700.000	700.000	700.000	2.800.000
1	112	2016/1415/1/18	Pessoal em Funções	02 01010601	0				A020	01/2016	12/2020	0	85.900	85.900	85.900	85.900	343.600
1	112	2016/1415/1/19	Recrutamento Pessoal para Novos Postos Trabalho	02 01010604	0				A020	01/2016	12/2020	0	63.000	63.000	63.000	63.000	252.000
1	112	2016/1415/1/20	Pessoal em regime de tarefa ou avença	02 010107	0				A020	01/2016	12/2020	0	582.200	582.200	582.200	582.200	2.328.800
1	112	2016/1415/1/21	Pessoal aguardando aposentação	02 010108	0				A020	01/2016	12/2020	0	13.400	13.400	13.400	13.400	53.600
1	112	2016/1415/1/22	Pessoal em qualquer outra situação	02 010109	0				A020	01/2016	12/2020	0	1.786.600	1.786.600	1.786.600	1.786.600	7.146.400
1	112	2016/1415/1/23	Representação	02 010111	0				A020	01/2016	12/2020	0	101.300	101.300	101.300	101.300	405.200
1	112	2016/1415/1/24	Suplementos e prémios	02 010112	0				A020	01/2016	12/2020	0	120.600	120.600	120.600	120.600	482.400
1	112	2016/1415/1/25	Pessoal dos quadros	02 0101301	0				A020	01/2016	12/2020	0	2.257.500	2.257.500	2.257.500	2.257.500	9.030.000
1	112	2016/1415/1/26	Pessoal em qualquer outra situação	02 0101302	0				A020	01/2016	12/2020	0	94.200	94.200	94.200	94.200	376.800
1	112	2016/1415/1/27	Subsídio de Férias	02 0101140101	0				A020	01/2016	12/2020	0	2.042.800	2.042.800	2.042.800	2.042.800	8.171.200
1	112	2016/1415/1/28	Subsídio de Natal	02 0101140102	0				A020	01/2016	12/2020	0	1.876.800	1.876.800	1.876.800	1.876.800	7.507.200
1	112	2016/1415/1/29	Subsídio de Férias	02 0101140201	0				A020	01/2016	12/2020	0	165.100	165.100	165.100	165.100	660.400
1	112	2016/1415/1/30	Subsídio de Natal	02 0101140202	0				A020	01/2016	12/2020	0	150.400	150.400	150.400	150.400	601.600
1	112	2016/1415/1/31	Remunerações doença e maternidade / paternidade	02 010115	0				A020	01/2016	12/2020	0	378.400	378.400	378.400	378.400	1.513.600
1	112	2016/1415/1/32	Horas extraordinárias	02 010202	0				A020	01/2016	12/2020	0	31.500	31.500	31.500	31.500	126.000
1	112	2016/1415/1/33	Ajudas de custo	02 010204	0				A020	01/2016	12/2020	0	10.200	10.200	10.200	10.200	40.800
1	112	2016/1415/1/34	Abono para falhas	02 010205	0				A020	01/2016	12/2020	0	128.800	128.800	128.800	128.800	515.200
1	112	2016/1415/1/35	Formação	02 010206	0				A020	01/2016	12/2020	0	11.200	11.200	11.200	11.200	44.800
1	112	2016/1415/1/36	Subsídio de trabalho nocturno	02 010210	0				A020	01/2016	12/2020	0	95.900	95.900	95.900	95.900	383.600













## Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017		Anos seguintes					
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)		2020 (g)	Outros (h)	
<b>1 Funções Gerais</b>																				
<b>1 211 BOMBEIROS</b>																				
1	211	2004/1050	02 040701	0			A004	01/2004	12/2017	2	40.000	40.000				40.000				
1	211	2013/1311	02 040701	0			A004	01/2013	12/2018	2	119.440	320.000	320.000			759.440				
												Totais do Programa 211:	914.441	1.830.000	0	320.000	0	0	0	3.064.441
<b>1 212 PROTEÇÃO CIVIL</b>																				
1	212	2004/1050	02 020225	0			A004	01/2004	12/2017	2	1.000	1.000				1.000				
1	212	2009/1136	02 020115	0			A004	01/2009	12/2017	2	2.098	2.500	2.500			4.598				
												Totais do Programa 212:	2.098	3.500	0	0	0	0	0	5.598
<b>1 221 POLÍCIA MUNICIPAL</b>																				
1	221	2005/1058	02 020209	0			A004	01/2005	12/2017	2	3.521	4.200	4.200			7.721				
1	221	2005/1058	02 020103	0			A004	01/2005	12/2017	2	15	15				15				
1	221	2016/1397	02 020121	0			A004	01/2016	12/2017	0	6.500	6.500				6.500				
1	221	2016/1398	02 020118	0			A004	01/2016	12/2017	0	5.000	5.000				5.000				
												Totais do Programa 221:	3.521	15.715	15.715	0	0	0	0	19.236
<b>2 Funções Sociais</b>																				
<b>2 111 PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO</b>																				
2	111	2004/1051	02 020117	A			A049	01/2004	12/2020	2	286	6.000	6.000	6.000		24.286				
2	111	2006/1061	02 020225	A			A049	01/2006	12/2020	2	720	30.000	30.000	30.000		120.720				
2	111	2009/1141	02 020214	A			A047	01/2009	12/2020	2	23.780	23.780	23.780	23.780		118.900				
2	111	2016/1402	02 040301	A	100		A047	01/2016	12/2020	0	1.177.550	1.177.550	1.177.550	1.177.550		4.710.200				
2	111	2017/1455	02 020220	O			A014	01/2017	12/2020	0	9.840	9.840	9.840	9.840		39.360				
<b>2 112 PLATAFORMA COLABORATIVA - SERVIÇOS (PLANO TECNOL DE EDUCAÇÃO EB1)</b>																				
2	112	2017/1460	02 020120	A			A049	01/2017	12/2020	0	10.000	10.000	10.000	10.000		40.000				
2	112	2017/1463	02 040701	A			A049	01/2017	12/2020	0	365.000	365.000	365.000	365.000		1.460.000				
												Totais do Programa 111:	24.786	1.622.170	1.622.170	1.622.170	1.622.170	1.622.170	0	6.513.466
												Totais do Objetivo 1:	7.086.516	58.449.965	58.449.965	55.735.554	54.124.119	6.006.642	238.331.826	



## Atividades mais Relevantes do ano 2017

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017		Anos seguintes					
													Total (b)=-(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)		2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)
<b>2 Funções Sociais</b>																				
<b>2 SAÚDE</b>																				
2 211	2006/1060	MEDICINA DO TRABALHO	02 020214	A			A020	01/2006	12/2020	2	67.528	22.100	22.100	22.100	22.100	155.928				
2 211	2007/1062	PROJECTOS CENTROS DE SAÚDE	02 020214	O			A033	01/2007	12/2017	2	11.163	11.163				11.163				
2 211	2007/1062	APOIO À MANUTENÇÃO DE ACTIVIDADES ENTIDADES DE ÂMBITO SOCIAL E DE SAÚDE	02 040701	O			A045	01/2007	12/2020	2	3.340	120.000	120.000	120.000	120.000	483.340				
2 211	2015/1373	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	02 020121	A			A020	01/2015	12/2020	2	126.000	126.000	126.000	126.000	126.000	504.000				
2 211	2016/1453	SERVIÇOS DE SAÚDE	02 020222	A			A020	01/2016	12/2020	0	149.900	149.900	149.900	149.900	149.900	599.600				
Totais do Programa 211:												70.868	429.163	429.163	0	418.000	418.000	418.000	0	1.754.031
<b>2 INFÂNCIA</b>																				
2 321	2008/43	REQUALIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUES INFANTIS	02 020203	O			A037	01/2008	12/2020	2	110.439	246.153	246.153	200.000	200.000	956.592				
2 321	2015/1367	APOIO AO ARRENDAMENTO	02 040802	O			A031	01/2015	12/2017	2	5.000	5.000				5.000				
Totais do Programa 321:												110.439	251.153	251.153	0	200.000	200.000	200.000	0	961.592
<b>2 TERCEIRA IDADE</b>																				
2 323	2017/1459	REDE DE REFERÊNCIAÇÃO E INTERVENÇÃO NO ISOLAMENTO	02 040701	O			A045	01/2017	12/2019	0	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	300.000				
Totais do Programa 323:												0	100.000	100.000	0	100.000	100.000	100.000	0	300.000
<b>2 OUTROS</b>																				
2 324	2004/1047	ALUGUER DE AUTOCARROS DE TRANSPORTE COLECTIVO DE PASSAGEIROS	02 020210	O			A038	01/2004	12/2020	2	68.808	48.550	48.550	42.400	42.400	244.558				
2 324	2004/1049	SUBSÍDIOS	02 040701	A			A020	01/2004	12/2020	2	511.186	650.000	650.000	950.000	950.000	4.011.186				
2 324	2006/1061	PROJECTOS INTERVENÇÃO ÁREAS ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE - AG SERVIÇOS	02 020225	O			A045	01/2006	12/2020	2	30.589	281.996	281.996	280.000	280.000	1.152.585				
2 324	2006/1061	PROJECTOS DE INTERVENÇÃO NAS ÁREAS DA ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE - AQUISIÇÃO DE MATERIAL	02 020120	O			A045	01/2006	12/2020	2	519	3.350	3.350	3.350	3.350	13.919				
2 324	2006/1061	INSTITUIÇÕES DE APOIO SOCIAL E SAÚDE - PROJECTOS ESPECÍFICOS	02 040701	O			A045	01/2006	12/2020	2	363.610	368.319	368.319	600.000	600.000	2.531.929				
2 324	2007/1063	PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO NAS ÁREAS DA ACÇÃO SOCIAL E DA SAÚDE	02 040701	O			A045	01/2007	12/2020	2	24.145	94.500	94.500	105.000	105.000	433.645				
2 324	2010/1189	PROGRAMAS DE INCLUSÃO	02 020215	A			A020	01/2010	12/2020	2	76.020	235.000	235.000	235.000	235.000	1.016.020				
2 324	2010/1244	INTERCULTURALIDADE	02 020225	O			A045	01/2010	12/2017	2	860	49.956	5.000	44.956		50.815				
2 324	2011/1256	FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL	02 040701	O			A045	01/2011	12/2020	2	48.000	150.000	150.000	150.000	150.000	648.000				
2 324	2011/1286	APOIO A PROJETOS ESPECÍFICOS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	02 040701	O			A007	01/2011	12/2020	2	13.000	13.000	13.000	13.000	13.000	52.000				
2 324	2013/1312	BENS DIVERSOS	02 020121	A			A020	01/2013	12/2020	2	13.335	52.500	52.500	52.500	52.500	223.335				



## Atividades mais Relevantes do ano 2017

Obj/Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)				
					AC	AA	FC		Início	Fim			Anos seguintes								
													2017		2018 (e)	2019 (f)		2020 (g)	Outros (h)		
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)							
													Total (b)=(c)+(d)								
<b>Funções Sociais</b>																					
<b>2</b>	<b>421</b>	<b>PLANEAMENTO URBANO</b>																			
2	421	2005/1059	ASSESSORIAS TÉCNICAS	0	020220	0	A023	01/2005	12/2018	2	16.974	50.430	50.430	16.605				84.009			
2	421	2007/1062	AQUISIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS	0	020225	0	A023	01/2007	12/2017	2		1.000	1.000					1.000			
2	421	2011/1263	CARTOGRAFIA E SISTEMAS INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	0	020220	0	A010	01/2011	12/2020	2	89.294	1.224.430	1.224.430	9.840	9.840			1.333.404			
2	421	2011/1270	ASSESSORIA DO GALINOV	0	020214	0	A024	01/2011	12/2020	2	13.198	21.500	21.500	19.798	19.798	4.949		79.243			
2	421	2014/1335	SERVIÇOS DE REMOÇÃO COERCIVOS	0	020220	0	A035	01/2014	12/2017	2		100	100					100			
2	421	2016/1380	ESTUDOS E CONSULTORIA	0	020214	0	A010	01/2016	12/2017	0		30.000	30.000					30.000			
2	421	2016/1412	DEMOLIÇÕES COERCIVAS	0	020225	0	A034	01/2016	12/2020	0		64.927	64.927	82.595	50.000	50.000		247.522			
2	421	2017/1474	ESTUDOS, PROJETOS, CONSULTADORIA E FISCALIZAÇÃO	0	020214	0	A028	01/2017	12/2020	0		419.977	419.977	318.383	12.500			750.860			
												Totais do Programa 421:	502.013	2.271.747	2.271.747	0	648.214	242.138	204.949	0	3.869.060
<b>2</b>	<b>422</b>	<b>URBANIZAÇÃO</b>																			
2	422	2016/1452	PRÉMIO RENOV	0	040802	0	A023	01/2016	12/2017	0		5.000	5.000					5.000			
												Totais do Programa 422:	0	5.000	5.000	0	0	0	0	0	5.000
<b>2</b>	<b>423</b>	<b>PLANEAMENTO ESTRATÉGICO</b>																			
2	423	2004/1049	ACÇÕES DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO	0	020217	0	A028	01/2004	12/2017	2	945	4.200	4.200					5.145			
2	423	2006/1061	OEIRAS 21+	0	020214	0	A010	01/2006	12/2017	2		10.000	10.000					10.000			
2	423	2014/1356	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	0	020208	0	A018	01/2014		2		391.000	391.000	1	1	1		391.004			
2	423	2016/1381	PEDU	0	020225	0	A010	01/2016	12/2017	0		1.000	1.000					1.000			
2	423	2016/1382	PACTO	0	020225	0	A010	01/2016	12/2017	0		1.000	1.000					1.000			
2	423	2017/1456	Estratégia Smart Cities	0	020214	0	A010	01/2017	12/2017	0		50.000	50.000					50.000			
2	423	2017/1457	PMRR	0	020214	0	A010	01/2017	12/2018	0		5.000	5.000	25.000				30.000			
2	423	2017/1458	PAICEO	0	020214	0	A010	01/2017	12/2018	0		110.000	25.000	100.000				210.000			
												Totais do Programa 423:	945	572.200	485.200	87.000	125.001	1	1	1	698.149
<b>2</b>	<b>451</b>	<b>RESÍDUOS SÓLIDOS</b>																			
2	451	2004/1040	AQUIS MATER , PEÇAS E ACESSÓRIOS P/ MANUT MAQUINAS E VIATURAS RSU	0	020112	0	A038	01/2004	12/2020	2	170.501	328.050	328.050	231.855	186.960	73.185		990.551			
2	451	2004/1040	MANUTENÇÕES E REVISÕES PERIÓDICAS EM VIATURAS E EQUIPAMENTOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	0	020203	0	A038	01/2004	12/2020	2	30.371	126.150	126.150	71.339	30.750			258.610			
2	451	2004/1053	ACESSÓRIOS E CONSUMÍVEIS	0	020117	0	A036	01/2004	12/2017	2	13.758	15.000	15.000					28.758			
2	451	2004/1053	PEÇAS E ACESSÓRIOS P/REPAR CONTENTORES	0	020114	0	A039	01/2004	12/2020	2	49.716	10.000	10.000	40.000	40.000	40.000		179.716			

## Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017							
													Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)			2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)
<b>2 Funções Sociais</b>																				
<b>2 451 RESÍDUOS SÓLIDOS</b>																				
2	451	2004/1053	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	02	020225	0	A036	01/2004	2		3.221.467	4.803.800	4.803.800	3.294.500	3.170.600	3.229.442	92.798.741	110.518.550		
2	451	2009/1158	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E RECOLHA	02	020225	0	A039	01/2009	12/2020	2	12.378	786.097	786.097	791.598	791.598	791.598	791.598	3.173.268		
Totais do Programa 451:												3.498.191	6.069.097	6.069.097	0	4.429.291	4.219.908	4.134.225	92.798.741	115.149.453
<b>2 ESPAÇOS VERDES</b>																				
2	461	2004/1053	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LEVANTAMENTO DE ESPAÇOS VERDES	02	020203	0	A037	01/2004	12/2020	2	1.871.171	3.570.613	3.570.613	3.500.000	3.500.000	3.500.000	15.941.784			
2	461	2004/1053	AQUIS MATERIAIS DIVERSOS JARDIM E AFINS	02	020121	0	A037	01/2004	12/2020	2	25.386	58.188	58.188	58.000	58.000	58.000	257.574			
2	461	2005/1059	ELABORAÇÃO DE PROJECTOS	02	020214	0	A037	01/2005	12/2020	2	1.030	4.944	4.944	75.000	75.000	75.000	230.974			
2	461	2006/1061	SUB MAN JARDINS ATRIBUIR DIV ENTIDADES	02	040701	0	A037	01/2006	12/2020	2	6.120	11.560	11.560	8.160	8.160	8.160	42.160			
2	461	2008/63	REQUALIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÓNIO ARBÓREO	02	020203	0	A037	01/2008	12/2020	2	65.258	640.236	640.236	240.000	240.000	240.000	1.425.494			
2	461	2015/1357	MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE À REGA (PLANO DA ÁGUA)	02	020203	0	A037	01/2015	12/2020	2	4.903	32.875	32.875	120.000	120.000	120.000	397.778			
2	461	2016/1378	PROJETOS ESPAÇOS VERDES E RIBEIRAS	02	020214	0	A033	01/2016	12/2020	0	101.018	101.018	101,018	145.976	24.500	24.500	271.494			
Totais do Programa 461:												1.973.867	4.419.434	4.419.434	0	4.147.136	4.025.660	4.001.160	0	18.567.257
<b>2 HIGIENE PÚBLICA</b>																				
2	462	2004/1049	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS, FITOSANITÁRIOS E LIMPEZA	02	020109	0	A036	01/2004	12/2020	2	34.607	101.000	101.000	90.000	90.000	90.000	405.607			
2	462	2004/1050	CREMAÇÃO DE ANIMAIS	02	020220	0	A036	01/2004	12/2020	2	1.560	5.700	5.700	5.700	5.700	5.700	24.360			
2	462	2004/1053	AQUISIÇÃO DE SACOS PARA LIXO DIVERSO	02	020121	0	A036	01/2004	12/2020	2	54.615	70.110	70.110	70.110	70.110	70.110	335.055			
2	462	2004/1054	CONTROLO DE PRAGAS URBANAS	02	020220	0	A036	01/2004	12/2020	2	94.026	157.900	157.900	178.000	178.000	178.000	785.926			
2	462	2008/69	APOIO A EVENTOS - LIMPEZA E RECOLHA	02	020225	0	A039	01/2008	12/2020	2	7.398	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	147.398			
2	462	2016/1392	ALLUGUER DE EQUIPAMENTOS(CONTENTORES,SANITÁRIOS,BA	02	020208	0	A036	01/2016	12/2020	0	192.206	372.210	372,210	388.810	388.810	388.810	0	1.730.846		
Totais do Programa 462:												192.206	372.210	372,210	0	388.810	388.810	388.810	0	1.730.846
<b>2 CEMITÉRIOS</b>																				
2	463	2011/1285	MANUTENÇÃO E PEQUENAS REPARAÇÕES EM CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	02	020203	0	A036	01/2011	12/2017	2	135	500	500	500	500	500	0	635		
Totais do Programa 463:												135	500	500	0	500	500	500	0	635











## Atividades mais Relevantes do ano 2017

164

(valores em euros)

Obj/Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)		
						AC	AA	FC		Início	Fim			2017		2018	Anos seguintes				
														Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2019	2020		Outros (h)	
<b>Outras Funções</b>																					
4	211		<b>FREGUESIAS - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS</b>																		
4	211	2008/105	APOIO A INICIATIVAS DAS JUNTAS DE FREGUESIA - CORRENTE	02 040701	O			A009	01/2008	12/2020	2	35.257	42.000	42.000	42.000	42.000	42.000	203.257			
Totais do Programa 211:													351.381	1.233.300	1.233.300	1.233.300	1.233.300	0	5.284.561		
4	212		<b>FREGUESIAS - SUBSÍDIOS</b>																		
4	212	2004/1057	COMPART FINANÇ JUNTAS FREGUESIA - FUNC ESTAB INFÂNCIA TRANSF P/IFSS	02 04050102	O			A045	01/2004	12/2020	2	417.372	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	2.617.372			
Totais do Programa 212:													417.372	550.000	550.000	550.000	550.000	0	2.617.372		
4	312		<b>ATRIBUIÇÃO SUBSÍDIOS A DIVERSAS ENTIDADES</b>																		
4	312	2004/1049	QUOTAS PARTICIPAÇÃO DIVERSAS ENTIDADES	02 020225	O			A021	01/2004	12/2020	2	58.214	70.600	70.600	70.600	70.600	70.600	340.614			
4	312	2004/1057	ATRIBUIÇÃO SUBSÍDIOS DIVERSAS ENTIDADES	02 040701	O			A021	01/2004	12/2020	2	96.971	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	496.971			
4	312	2007/1063	ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A DIVERSAS ENTIDADES	02 040701	O			A029	01/2007	12/2017	2	20.000	20.000	20.000				40.000			
4	312	2016/1425	Outras - (Fardamento dos Guardas Noturnos)	02 040802	O			A005	01/2016	12/2017	0	1.250	1.250					1.250			
4	312	2016/1451	APOIO À EXPOSIÇÃO QUADROS (BRASIL)	02 040802	O			A007	01/2016	12/2020	0	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	16.000			
Totais do Programa 312:													175.184	195.850	195.850	174.600	174.600	0	894.834		
Totais do Objetivo 4:													943.938	3.067.523	3.067.523	3.046.103	3.036.290	3.028.792	0	13.122.646	
Total Geral:													26.267.665	97.670.531	97.538.575	131.956	91.014.450	86.508.687	79.757.162	98.967.884	480.186.379

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Município de Oeiras

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
<b>01</b>	<b>IMPOSTOS DIRECTOS</b>	
0102	OUTROS	
010202	Imposto Municipal s/ Imóveis (IMI)	30.749.280
010203	Imposto Único de Circulação (IUC)	11.856.240
010204	Imposto Municipal s/ Trans Onerosas Imóveis (IMT)	13.534.250
010205	Derrama	15.424.890
010207	Impostos Abolidos	
01020701	Contribuição Autárquica (CA)	19.880
01020702	Imposto Municipal de Sisa	36.520
010299	IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS	
01029901	Imposto Especial	4.820
	Total do Capítulo Económico 01:	71.625.880
<b>02</b>	<b>IMPOSTOS INDIRECTOS</b>	
0202	OUTROS	
020206	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECIF AUTARQUIAS LOCAIS	
02020601	Mercados e Feiras	10
02020602	Loteamentos e Obras	720.990
02020603	Ocupação da Via Pública	395.590
02020605	Publicidade	129.200
02020699	Outros	
0202069901	TMDP	107.920
0202069902	TDFTH	10
0202069999	Outros	621.360
	Total do Capítulo Económico 02:	1.975.080
<b>04</b>	<b>TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>	
0401	TAXAS	
040123	TAXAS ESPECIF AUTARQUIAS LOCAIS	
04012301	Mercados e Feiras	10
04012302	Loteamento e Obras (particulares)	226.090
04012303	Ocupação da Via Pública (particulares)	125.070
04012305	Caça, uso e porte de arma	180
04012306	Saneamento	10
04012307	Arrendamento Urbano	10
04012399	OUTRAS	
0401239901	TDFTH	10
0401239999	Outras	132.180
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	

Município de Oeiras

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
040201	Juros de Mora	496.380
040202	Juros Compensatórios	23.010
040204	Coimas e Penalidades por Contraordenações	82.840
040299	Multas e Penalidades Diversas	18.340
	<b>Total do Capítulo Económico 04:</b>	<b>1.104.130</b>
<b>05</b>	<b>RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE</b>	
0501	JUROS -SOC E QUASE SOC NÃO FINANCEIRAS	
050101	Públicas	10
050102	Privadas	10
0502	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	
050201	Bancos e Outras Instituições Financeiras	133.300
050202	Companhia Seguros e Fundos Pensões	10
0507	DIVIDENDOS E PARTIC LUCROS SOC E QS SOC N/FIN	
050701	Empresas Públicas	10
050702	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	33.960
050703	Empresas Privadas	10
050799	Outras	10
0509	PARTICIPAÇÕES LUCROS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	
050901	Associações Município	10
050902	Associações Freguesia	10
050903	Serviços Municipalizados	4.000.000
050999	Outras	10
0510	RENDAS	
051001	Terrenos	48.270
051099	Outros	10
	<b>Total do Capítulo Económico 05:</b>	<b>4.215.630</b>
<b>06</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	
0601	SOC E QUASE SOC NÃO FINANCEIRAS	
060101	PÚBLICAS	
06010101	Empresas Públicas	10
06010102	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	10
06010199	Empresas Privadas	10
060102	Outras	10
0602	SOCIEDADES FINANCEIRAS	
060201	Bancos e Outras Instituições Financeiras	10
060202	Companhias Seguros e Fundos Pensões	81.480
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	

Município de Oeiras

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
060301	ESTADO	
06030101	FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	10
06030102	FSM - Fundo Social Municipal	10
06030103	Participação Fixa no IRS	17.825.530
06030106	Contrato Interadministrativo (ME)	11.206.400
06030199	Outras	10
060306	ESTADO - PARTICIP COMUNITÁRIA PROJ CO-FINANC	
06030601	FSE	10
06030602	QREN / FEDER	10
060307	Serviços e Fundos Autónomos	92.770
0605	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	
060501	CONTINENTE	10
0607	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
060701	Instituições sem Fins Lucrativos	10
0608	FAMÍLIAS	
060801	Famílias	10
0609	RESTO DO MUNDO	
060901	União europeia - Instituições	10
	<b>Total do Capítulo Económico 06:</b>	<b>29.206.320</b>
<b>07</b>	<b>VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES</b>	
0701	VENDA DE BENS	
070103	Publicações e Impressos	5.970
070105	Bens Inutilizados	10
070107	Produtos Alimentares e Bebidas	55.940
070110	Desperdícios, Resíduos e Refugos	10
070199	Outros	2.710
0702	SERVIÇOS	
070201	Aluguer Espaços e Equipamentos	1.690
070203	Vistorias e Ensaios	10
070204	Serviços de Laboratório	10
070206	Reparações	10
070208	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULT E DESPORTIVO	
07020801	Serviços Sociais	140
07020802	SERVIÇOS RECREATIVOS	
0702080299	Outros	24.800
07020803	SERVIÇOS CULTURAIS	
0702080301	Turismo Sénior	220

Município de Oeiras

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
0702080399	Outros	27.450
07020804	Serviços Desportivos	30.650
070209	SERVIÇOS ESPECIFICOS DAS AUTARQUIAS	
07020901	Saneamento	10
07020902	Resíduos Sólidos	7.854.700
07020904	Trabalho por Conta de Particulares	3.870
07020905	Cemitérios	269.250
07020906	Mercados e Feiras	300.870
07020999	OUTROS	
0702099901	Livretes e Chapas Veículos	10
0702099902	Outros Encargos	63.580
0702099903	Participação Emolumentar Funcionário	10
0702099904	Senhas Refeições Escolas	937.090
0702099905	Outras Compensações e Serviços Prestado	96.920
070299	Outros	355.370
0703	RENDAS	
070301	Habitações	2.344.210
070302	Edifícios	1.385.640
070399	Outras	3.054.950
	<b>Total do Capítulo Económico 07:</b>	<b>16.816.100</b>
<b>08</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	
0801	OUTROS	
080199	OUTROS	
08019902	Indemnização Estragos Provocados por Outrem	22.670
08019999	Diversas	387.260
	<b>Total do Capítulo Económico 08:</b>	<b>409.930</b>
	<b>Total das Receitas Correntes:</b>	<b>125.353.070</b>
<b>09</b>	<b>VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO</b>	
0901	TERRENOS	
090101	Soc e Quase Sociedades Não Financeiras	10
090110	Famílias	100.590
0902	HABITAÇÕES	
090201	Soc e Quase Sociedades Não Financeiras	10
090209	Instituições sem Fins Lucrativos	10
090210	Famílias	51.480
0903	EDIFÍCIOS	
090301	Soc e Quase Sociedades Não Financeiras	10

Município de Oeiras

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
090309	Instituições sem Fins Lucrativos	10
090310	Famílias	10
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	
090401	SOC E QUASE SOC NÃO FINANCEIRAS	
09040101	Equipamento Transporte	36.250
09040102	Maquinaria e Equipamento	230
09040103	Outros	80
	Total do Capítulo Económico 09:	188.690
<b>10</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	
1001	SOC E QUASE SOC NÃO FINANCEIRAS	
100101	PÚBLICAS	
10010101	Empresas Públicas	10
10010102	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	10
10010199	Outras	10
100102	Privadas	10
1002	SOCIEDADES FINANCEIRAS	
100201	Bancos e Outras Instituições Financeiras	10
100202	Companhias Seguros e Fundos Pensões	10
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
100301	ESTADO	
10030101	FEF - FUNDO EQUILÍBRIO FINANCEIRO	10
10030106	Contrato Interadministrativo (ME)	7.380
10030199	Outras	2.469.860
100307	ESTADO - PARTICIP COMUNITÁRIA PROJ CO-FINANC	
10030701	FSE	10
10030702	QREN / FEDER	10
100308	Serviços e Fundos Autónomos	20
1005	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	
100501	CONTINENTE	10
1007	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
100701	Instituições sem Fins Lucrativos	10
1008	FAMÍLIAS	
100801	Famílias	10
1009	RESTO DO MUNDO	
100901	União europeia - Instituições	10
	Total do Capítulo Económico 10:	2.477.390
<b>11</b>	<b>ACTIVOS FINANCEIROS</b>	

Município de Oeiras

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
1106	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	
110601	Soc e Quase Sociedades Não Financeiras	10
1110	ALIENAÇÃO PARTES SOCIAIS EMPRESAS	
111001	Alienação Partes Sociais Empresas	10
	<b>Total do Capítulo Económico 11:</b>	<b>20</b>
<b>12</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	
1206	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	
120602	Sociedades Financeiras	10
1207	Outros Passivos Financeiros	10
	<b>Total do Capítulo Económico 12:</b>	<b>20</b>
<b>13</b>	<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	
1301	OUTRAS	
130101	Indemnizações	10
130102	Ativos Incorpóreos	10
130199	Outras	4.140
	<b>Total do Capítulo Económico 13:</b>	<b>4.160</b>
<b>15</b>	<b>REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS</b>	
1501	Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	
150101	Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	10
	<b>Total do Capítulo Económico 15:</b>	<b>10</b>
	<b>Total das Receitas de Capital:</b>	<b>2.670.290</b>
	<b>Total do Orçamento da Receita:</b>	<b>128.023.360</b>

**Município de Oeiras**  
**Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)**

<b>Económica</b>	<b>Designação</b>	<b>Dotação</b>
01	Despesas com o pessoal	43.474.141,00
0101	Remunerações certas e permanentes	31.300.502,00
010101	Titulares órgãos soberania e memb órg autárquicos	209.200,00
010104	Pessoal dos quadros - Regime Contindividtrabalho	21.301.602,00
01010401	Pessoal em Funções	20.601.600,00
01010402	Alter Obrigatórias posicionamento remuneratório	1,00
01010403	Alter Facultativas posicionamento remuneratório	1,00
01010404	Recrutamento Pessoal Novos Postos de Trabalho	700.000,00
010106	Pessoal contratado a termo	148.900,00
01010601	Pessoal em Funções	85.900,00
01010604	Recrutamento Pessoal para Novos Postos Trabalho	63.000,00
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	582.200,00
010108	Pessoal aguardando aposentação	13.400,00
010109	Pessoal em qualquer outra situação	1.786.600,00
010111	Representação	147.300,00
010112	Suplementos e prémios	120.600,00
010113	Subsidio de refeição	2.357.700,00
01011301	Pessoal dos quadros	2.257.500,00
01011302	Pessoal em qualquer outra situação	94.200,00
01011303	Membros dos órgãos autárquicos	6.000,00
010114	Subsídio de férias e de Natal	4.254.600,00
01011401	Pessoal dos quadros	3.919.600,00
0101140101	Subsídio de Férias	2.042.800,00
0101140102	Subsídio de Natal	1.876.800,00
01011402	Pessoal em qualquer outra situação	335.000,00
0101140201	Subsídio de Férias	167.000,00
0101140202	Subsídio de Natal	168.000,00
010115	Remunerações doença e maternidade / paternidade	378.400,00
0102	Abonos variáveis ou eventuais	1.923.500,00
010202	Horas extraordinárias	31.500,00
010204	Ajudas de custo	12.600,00
010205	Abono para falhas	128.800,00
010206	Formação	11.200,00
010210	Subsídio de trabalho nocturno	95.900,00
010211	Subsídio de turno	1.001.200,00
010212	Indemnizações por cessação de funções	2.100,00
01021201	Abono Devido a Cessação de Funções	2.100,00
010213	Outros suplementos e prémios	222.400,00
01021301	Prémios de desempenho	50.000,00
01021302	Outros	27.800,00
01021303	Senhas de Presença	144.600,00
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	417.800,00
0103	Segurança social	10.250.139,00
010301	Encargos com a saúde	1.393.900,00
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	120.600,00
010304	Outras prestações familiares	4.300,00
010305	Contribuições para a segurança social	8.549.439,00

**Município de Oeiras**  
**Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)**

<b>Económica</b>	<b>Designação</b>	<b>Dotação</b>
01030501	Assist doença funcionários públicos (ADSE)	6.400,00
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	8.329.501,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	4.731.501,00
0103050202	Segurança Social-Regime Geral	3.598.000,00
01030503	Outros	213.538,00
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	158.100,00
01030601	Contribuições para a Segurança Social	23.800,00
01030602	Outras Despesas	134.300,00
010310	Outras despesas de segurança social	23.800,00
01031001	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	23.800,00
02	Aquisição de bens e serviços	38.908.782,00
0201	Aquisição de bens	5.680.539,00
020102	Combustíveis e lubrificantes	1.145.168,00
02010201	Gasolina	26.110,00
02010202	Gasóleo	1.075.998,00
02010299	Outros	43.060,00
020103	Munições, explosivos e artifícios	15,00
020104	Limpeza e higiene	25.000,00
020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	1.800.000,00
020106	Alimentação - Géneros para confeccionar	50.470,00
020107	Vestuário e artigos pessoais	598.100,00
020108	Material de escritório	115.543,00
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	101.000,00
020112	Material de transporte - Peças	581.180,00
020114	Outro material - Peças	10.000,00
020115	Prémios, condecorações e ofertas	62.389,00
020117	Ferramentas e utensílios	21.000,00
020118	Livros e documentação técnica	15.400,00
020119	Artigos honoríficos e de decoração	10.500,00
020120	Material de educação, cultura e recreio	108.113,00
020121	Outros bens	1.036.661,00
0202	Aquisição de serviços	33.228.243,00
020201	Encargos das instalações	2.550.000,00
020202	Limpeza e higiene	151.548,00
020203	Conservação de bens	6.736.211,00
020204	Locação de edifícios	905.000,00
020206	Locação de material de transporte	695.467,00
020208	Locação de outros bens	552.300,00
020209	Comunicações	85.970,00
020210	Transportes	351.911,00
020211	Representação dos serviços	20.000,00
020212	Seguros	700.001,00
020213	Deslocações e estadas	70.900,00
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	1.821.149,00
020215	Formação	421.400,00
020216	Seminários, exposições e similares	119.900,00
020217	Publicidade	339.750,00

**Município de Oeiras**  
**Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)**

<b>Económica</b>	<b>Designação</b>	<b>Dotação</b>
020218	Vigilância e segurança	1.027.600,00
020219	Assistência técnica	68.000,00
020220	Outros trabalhos especializados	4.419.282,00
020222	Serviços de Saúde	149.900,00
020224	Encargos de cobrança de receitas	1.000.000,00
020225	Outros serviços	11.041.954,00
03	Juros e outros encargos	1.088.373,00
0301	Juros da dívida pública	71.633,00
030103	Soc financ - Bancos e outras instit financeiras	71.633,00
03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	71.633,00
0305	Outros juros	1.016.740,00
030502	Outros	1.016.740,00
04	Transferências correntes	12.740.731,00
0401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	963.712,00
040101	Públicas	853.712,00
04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	300.000,00
04010102	Outras	553.712,00
040102	Privadas	110.000,00
0403	Administração central	4.085.660,00
040301	Estado	4.085.660,00
0405	Administração local	1.741.300,00
040501	Continente	1.741.300,00
04050102	Freguesias	1.741.300,00
0407	Instituições sem fins lucrativos	5.884.059,00
040701	Instituições sem fins lucrativos	5.884.059,00
0408	Famílias	66.000,00
040802	Outras	66.000,00
06	Outras despesas correntes	1.326.548,00
0602	Diversas	1.326.548,00
060201	Impostos e taxas	160.000,00
060203	Outras	1.166.548,00
06020301	Outras restituições	20.000,00
06020302	IVA pago	240.000,00
06020305	Outras	906.548,00
	<b>Total das Despesas Correntes:</b>	<b>97.538.575,00</b>
07	Aquisição de bens de capital	25.115.057,00
0701	Investimentos	17.145.778,00
070101	Terrenos	2.535.500,00
070102	Habitacões	1.682.978,00
07010203	Reparação e beneficiação	1.682.978,00
070103	Edifícios	7.051.731,00
07010301	Instalações de serviços	1.549.098,00
07010302	Instalações desportivas e recreativas	10.000,00
07010305	Escolas	2.857.984,00
07010306	Lares de terceira idade	1.556.185,00
07010307	Outros	1.078.464,00

**Município de Oeiras**  
**Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)**

<b>Económica</b>	<b>Designação</b>	<b>Dotação</b>
070104	Construções diversas	1.464.533,00
07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	121.594,00
07010405	Parques e jardins	373.297,00
07010406	Instalações desportivas e recreativas	483.813,00
07010409	Sinalização e trânsito	235.629,00
07010411	Infraestruturas tratamento de resíduos sólidos	150.000,00
07010413	Outros	100.200,00
070106	Material de transporte	709.200,00
07010601	Recolha de resíduos	450.900,00
07010602	Outro	258.300,00
070107	Equipamento de informática	493.895,00
070108	Software informático	433.474,00
070109	Equipamento administrativo	189.500,00
070110	Equipamento básico	2.574.867,00
07011001	Equipamento de recolha de resíduos	2.116.273,00
07011002	Outro	458.594,00
070112	Artigos e objectos de valor	10.100,00
0703	Bens de domínio público	7.969.279,00
070303	Outras construções e infraestruturas	7.969.279,00
07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	5.422.716,00
07030304	Iluminação pública	20.000,00
07030305	Parques e jardins	224.828,00
07030306	Instalações desportivas e recreativas	755.415,00
07030313	Outros	1.546.320,00
08	Transferências de capital	1.916.364,00
0803	Administração central	7.380,00
080301	Estado	7.380,00
0805	Administração local	784.600,00
080501	Continente	784.600,00
08050102	Freguesias	784.600,00
0807	Instituições sem fins lucrativos	1.121.884,00
080701	Instituições sem fins lucrativos	1.121.884,00
0808	Famílias	2.000,00
080802	Outras	2.000,00
0809	Resto do mundo	500,00
080903	Países terceiros e organizações internacionais	500,00
09	Activos financeiros	776.000,00
0908	Unidades de participação	776.000,00
090802	Unidades de Part /Soc e Quase Soc Não Fin Pública	776.000,00
10	Passivos financeiros	2.674.364,00
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	2.674.364,00
100603	Soc financ - Bancos e outras instit financeiras	2.674.364,00
11	Outras despesas de capital	3.000,00
1102	Diversas	3.000,00

## Município de Oeiras

### Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)

Económica	Designação	Dotação
110201	Restituições	3.000,00
Total das Despesas de Capital:		30.484.785,00
<b>Total do Orçamento da Despesa:</b>		<b>128.023.360,00</b>

**Município de Oeiras**  
**Resumo da Despesa por Classificação Orgânica (2017)**

	Orgânica	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
01	Assembleia Municipal	155.301,00	0,00	155.301,00
02	Camara Municipal	96.294.901,00	27.810.421,00	124.105.322,00
03	Operações Financeiras	1.088.373,00	2.674.364,00	3.762.737,00
	<b>Total Geral:</b>	<b>97.538.575,00</b>	<b>30.484.785,00</b>	<b>128.023.360,00</b>

Município de Oeiras

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa**

<b>Código</b>		<b>Designação</b>	<b>Montante</b> €
Class. Orgânica/Económica			
<b>01</b>		<b>Assembleia Municipal</b>	
01	01	Despesas com o pessoal	
01	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
01	010204	Ajudas de custo	300
01	010213	Outros suplementos e prémios	
01	01021302	Outros	21.800
01	01021303	Senhas de Presença	127.800
		<b>Total do Capítulo Económico 01:</b>	<b>149.900</b>
01	02	Aquisição de bens e serviços	
01	0202	Aquisição de serviços	
01	020210	Transportes	201
01	020213	Deslocações e estadas	5.200
		<b>Total do Capítulo Económico 02:</b>	<b>5.401</b>
		<b>Total das Despesas Correntes:</b>	<b>155.301</b>
		<b>Total do Capítulo Orgânico 01:</b>	<b>155.301</b>
<b>02</b>		<b>Camara Municipal</b>	
02	01	Despesas com o pessoal	
02	0101	Remunerações certas e permanentes	
02	010101	Titulares órgãos soberania e memb órg autárquicos	209.200
02	010104	Pessoal dos quadros - Regime Contindividtrabalho	
02	01010401	Pessoal em Funções	20.601.600
02	01010402	Alter Obrigatórias posicionamento remuneratório	1
02	01010403	Alter Facultativas posicionamento remuneratório	1
02	01010404	Recrutamento Pessoal Novos Postos de Trabalho	700.000
02	010106	Pessoal contratado a termo	
02	01010601	Pessoal em Funções	85.900
02	01010604	Recrutamento Pessoal para Novos Postos Trabalho	63.000
02	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	582.200
02	010108	Pessoal aguardando aposentação	13.400
02	010109	Pessoal em qualquer outra situação	1.786.600
02	010111	Representação	147.300
02	010112	Suplementos e prémios	120.600
02	010113	Subsidio de refeição	
02	01011301	Pessoal dos quadros	2.257.500
02	01011302	Pessoal em qualquer outra situação	94.200
02	01011303	Membros dos órgãos autárquicos	6.000

Município de Oeiras

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa**

<b>Código</b>		<b>Designação</b>	<b>Montante €</b>
Class. Orgânica/Económica			
02	010114	Subsídio de férias e de Natal	
02	01011401	Pessoal dos quadros	
02	0101140101	Subsídio de Férias	2.042.800
02	0101140102	Subsídio de Natal	1.876.800
02	01011402	Pessoal em qualquer outra situação	
02	0101140201	Subsídio de Férias	167.000
02	0101140202	Subsídio de Natal	168.000
02	010115	Remunerações doença e maternidade / paternidade	378.400
02	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02	010202	Horas extraordinárias	31.500
02	010204	Ajudas de custo	12.300
02	010205	Abono para falhas	128.800
02	010206	Formação	11.200
02	010210	Subsídio de trabalho nocturno	95.900
02	010211	Subsídio de turno	1.001.200
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	
02	01021201	Abono Devido a Cessaçao de Funções	2.100
02	010213	Outros suplementos e prémios	
02	01021301	Prémios de desempenho	50.000
02	01021302	Outros	6.000
02	01021303	Senhas de Presença	16.800
02	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	417.800
02	0103	Segurança social	
02	010301	Encargos com a saúde	1.393.900
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	120.600
02	010304	Outras prestações familiares	4.300
02	010305	Contribuições para a segurança social	
02	01030501	Assist doença funcionários públicos (ADSE)	6.400
02	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	4.731.501
02	0103050202	Segurança Social-Regime Geral	3.598.000
02	01030503	Outros	213.538
02	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	
02	01030601	Contribuições para a Segurança Social	23.800
02	01030602	Outras Despesas	134.300
02	010310	Outras despesas de segurança social	

Município de Oeiras

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa**

<b>Código</b>		<b>Designação</b>	<b>Montante €</b>
Class. Orgânica/Económica			
02	01031001	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	23.800
Total do Capítulo Económico 01:			43.324.241
02	02	Aquisição de bens e serviços	
02	0201	Aquisição de bens	
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	
02	02010201	Gasolina	26.110
02	02010202	Gasóleo	1.075.998
02	02010299	Outros	43.060
02	020103	Munições, explosivos e artifícios	15
02	020104	Limpeza e higiene	25.000
02	020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	1.800.000
02	020106	Alimentação - Géneros para confeccionar	50.470
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	598.100
02	020108	Material de escritório	115.543
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	101.000
02	020112	Material de transporte - Peças	581.180
02	020114	Outro material - Peças	10.000
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	62.389
02	020117	Ferramentas e utensílios	21.000
02	020118	Livros e documentação técnica	15.400
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	10.500
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	108.113
02	020121	Outros bens	1.036.661
02	0202	Aquisição de serviços	
02	020201	Encargos das instalações	2.550.000
02	020202	Limpeza e higiene	151.548
02	020203	Conservação de bens	6.736.211
02	020204	Locação de edifícios	905.000
02	020206	Locação de material de transporte	695.467
02	020208	Locação de outros bens	552.300
02	020209	Comunicações	85.970
02	020210	Transportes	351.710
02	020211	Representação dos serviços	20.000
02	020212	Seguros	700.001
02	020213	Deslocações e estadas	65.700
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	1.821.149
02	020215	Formação	421.400

Município de Oeiras

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa**

<b>Código</b>		<b>Designação</b>	<b>Montante €</b>
Class. Orgânica/Económica			
02	020216	Seminários, exposições e similares	119.900
02	020217	Publicidade	339.750
02	020218	Vigilância e segurança	1.027.600
02	020219	Assistência técnica	68.000
02	020220	Outros trabalhos especializados	4.419.282
02	020222	Serviços de Saúde	149.900
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	1.000.000
02	020225	Outros serviços	11.041.954
<b>Total do Capítulo Económico 02:</b>			<b>38.903.381</b>
02	04	Transferências correntes	
02	0401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
02	040101	Públicas	
02	04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	300.000
02	04010102	Outras	553.712
02	040102	Privadas	110.000
02	0403	Administração central	
02	040301	Estado	4.085.660
02	0405	Administração local	
02	040501	Continente	
02	04050102	Freguesias	1.741.300
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	5.884.059
02	0408	Famílias	
02	040802	Outras	66.000
<b>Total do Capítulo Económico 04:</b>			<b>12.740.731</b>
02	06	Outras despesas correntes	
02	0602	Diversas	
02	060201	Impostos e taxas	160.000
02	060203	Outras	
02	06020301	Outras restituições	20.000
02	06020302	IVA pago	240.000
02	06020305	Outras	906.548
<b>Total do Capítulo Económico 06:</b>			<b>1.326.548</b>
<b>Total das Despesas Correntes:</b>			<b>96.294.901</b>
02	07	Aquisição de bens de capital	
02	0701	Investimentos	
02	070101	Terrenos	2.535.500

Município de Oeiras

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa**

<b>Código</b>		<b>Designação</b>	<b>Montante €</b>
Class. Orgânica/Económica			
02	070102	Habitacões	
02	07010203	Reparacão e beneficiação	1.682.978
02	070103	Edifícios	
02	07010301	Instalações de serviços	1.549.098
02	07010302	Instalações desportivas e recreativas	10.000
02	07010305	Escolas	2.857.984
02	07010306	Lares de terceira idade	1.556.185
02	07010307	Outros	1.078.464
02	070104	Construções diversas	
02	07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	121.594
02	07010405	Parques e jardins	373.297
02	07010406	Instalações desportivas e recreativas	483.813
02	07010409	Sinalização e trânsito	235.629
02	07010411	Infraestruturas tratamento de resíduos sólidos	150.000
02	07010413	Outros	100.200
02	070106	Material de transporte	
02	07010601	Recolha de resíduos	450.900
02	07010602	Outro	258.300
02	070107	Equipamento de informática	493.895
02	070108	Software informático	433.474
02	070109	Equipamento administrativo	189.500
02	070110	Equipamento básico	
02	07011001	Equipamento de recolha de resíduos	2.116.273
02	07011002	Outro	458.594
02	070112	Artigos e objectos de valor	10.100
02	0703	Bens de domínio público	
02	070303	Outras construções e infraestruturas	
02	07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	5.422.716
02	07030304	Iluminação pública	20.000
02	07030305	Parques e jardins	224.828
02	07030306	Instalações desportivas e recreativas	755.415
02	07030313	Outros	1.546.320
<b>Total do Capítulo Económico 07:</b>			<b>25.115.057</b>
02	08	Transferências de capital	
02	0803	Administração central	
02	080301	Estado	7.380
02	0805	Administração local	

Município de Oeiras

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa**

<b>Código</b>		<b>Designação</b>	<b>Montante €</b>
Class. Orgânica/Económica			
02	080501	Continente	
02	08050102	Freguesias	784.600
02	0807	Instituições sem fins lucrativos	
02	080701	Instituições sem fins lucrativos	1.121.884
02	0808	Famílias	
02	080802	Outras	2.000
02	0809	Resto do mundo	
02	080903	Países terceiros e organizações internacionais	500
Total do Capítulo Económico 08:			1.916.364
02	09	Activos financeiros	
02	0908	Unidades de participação	
02	090802	Unidades de Part /Soc e Quase Soc Não Fin Pública	776.000
Total do Capítulo Económico 09:			776.000
02	11	Outras despesas de capital	
02	1102	Diversas	
02	110201	Restituições	3.000
Total do Capítulo Económico 11:			3.000
Total das Despesas de Capital:			27.810.421
Total do Capitulo Orgânico 02:			124.105.322
<b>03</b>		<b>Operações Financeiras</b>	
03	03	Juros e outros encargos	
03	0301	Juros da dívida pública	
03	030103	Soc financ - Bancos e outras instit financeiras	
03	03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	71.633
03	0305	Outros juros	
03	030502	Outros	1.016.740
Total do Capítulo Económico 03:			1.088.373
Total das Despesas Correntes:			1.088.373
03	10	Passivos financeiros	
03	1006	Empréstimos a médio e longo prazos	

Município de Oeiras

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Orgânica/Económica		€
03 100603	Soc financ - Bancos e outras instit financeiras	2.674.364
	Total do Capítulo Económico 10:	2.674.364
	Total das Despesas de Capital:	2.674.364
	Total do Capítulo Orgânico 03:	3.762.737
	Total do Orçamento da Despesa:	128.023.360

ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

.....

